

Diário do Legislativo de 23/09/2003

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PL

2º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Dilzon Melo - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PSDB

3º-Secretário: Deputado Pastor George - PL

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 20ª Reunião Especial - Destinada a Homenagear a Fundação João Paulo II, Sistema Canção Nova, pelos 25 Anos de sua Fundação

1.2 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Mesa da Assembléia

2.3 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATAS

ATAS

ATA DA 20ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 18/9/2003

Presidência do Deputado Bonifácio Mourão

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Deputado Miguel Martini - Exibição de vídeo - Palavras do Padre Jonas Abib - Entrega de placa - Apresentação musical - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Bonifácio Mourão - Célio Moreira - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Jayro Lessa - Jô Moraes - José Henrique - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Miguel Martini - Paulo Piau - Sebastião Navarro Vieira.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Bonifácio Mourão) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- A Deputada Maria Tereza Lara, 2ª-Secretária "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa o Revmo. Padre Jonas Abib, fundador da Comunidade Canção Nova e Presidente da Fundação João Paulo II; e os Exmos. Srs. Osmânio Pereira, Deputado Federal; José Carlos Stangarlíni, Deputado à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo; e Deputado Miguel Martini, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor - Registramos a presença do ex-Deputado Péricles Ferreira, atual Prefeito Municipal de Salinas.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear a Fundação João Paulo II, Sistema Canção Nova, pelos 25 anos de sua fundação.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, interpretado pelo Coral da Assembléia Legislativa, sob a regência do maestro Guilherme Bragança.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Sr. Presidente

Revmo. Padre Jonas Abib, Exmos. Srs. Deputado Federal Osmânio Pereira, Deputado Estadual de São Paulo José Carlos Stangarlíni, Deputado Miguel Martini, demais autoridades, senhoras e senhores, esta Presidência abre, com grande satisfação, a reunião especial em comemoração aos 25 anos da Fundação João Paulo II, responsável pelo Sistema Canção Nova.

Igualmente preocupada com a ética e a dignidade nos meios de comunicação, sobretudo na TV Assembléia, voltada para a disseminação da cidadania consciente como essência da prática da democracia, esta Casa saúda a Rádio e a TV Canção Nova. Cultura, educação e formação espiritual têm sido a tônica da programação das duas emissoras, sempre realizada com grande competência profissional e criatividade, tendo em mente os mais altos valores familiares.

Em um mundo em que a informação e o entretenimento têm cada vez mais se associado à exploração da violência e da sexualidade, de uma forma gratuita e irrefletida, é imperioso que os veículos de comunicação abram espaço para que o público reconheça suas melhores crenças, numa atmosfera espiritual permeada de temas elevados, para que possamos descortinar um mundo melhor e um futuro positivo.

Ao responder, no seu trabalho informativo cotidiano, ao desafio lançado em 1975 pelo então Papa Paulo VI em prol da evangelização, a Rádio Canção Nova, desde 1980, e a TV Canção Nova, a partir de 1989, têm levado a cabo sua missão, de uma forma dinâmica e variada, sem nenhuma propaganda comercial. Quando o consumismo se impõe como finalidade e objetivo de vida de grande parte de nossa juventude, é altamente louvável o modo de atuação do Sistema Canção Nova, usando dos maiores avanços tecnológicos, incluindo a Internet, para levar aos jovens, integrados ao convívio de suas famílias, uma mensagem que não se esgota nem na imediatividade nem na inseqüência. Sua missão é a formação espiritual, que reconhece no ser humano sua dimensão além da matéria, em que uma sociedade meramente tecnológica e capitalista tem procurado encerrá-lo.

O povo mineiro e o povo brasileiro foram formados numa tradição de profunda religiosidade, que sempre considerou a solidariedade e a cordialidade nas relações entre as pessoas. Para que esses valores não se percam, mergulhando nossos cidadãos no egoísmo, na indiferença, no pessimismo e na solidão, precisamos de uma ação permanente e efetiva. Nesse sentido, têm tenazmente trabalhado o Sistema Canção Nova e a Fundação João Paulo II, com todo o mérito. Hoje, esse reconhecimento é manifestado com esta homenagem, efetivada a requerimento do Deputado Miguel Martini e de toda a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

Palavras do Deputado Miguel Martini

Boa-noite a todos. Queremos saudar o Deputado Bonifácio Mourão, Presidente nesta reunião, amigo e brilhante parlamentar, o Revmo. Padre Jonas Abib, fundador da Comunidade Canção Nova e Presidente da Fundação João Paulo II, que dispensa quaisquer qualificativos, quaisquer adjetivos, o Deputado Federal Osmânio Pereira de Oliveira, caríssimo amigo e irmão, o Deputado José Carlos Stangarlíni, caríssimo amigo e irmão, os caríssimos companheiros desta Casa, Deputados Domingos Sávio, Célio Moreira - companheiro da Renovação -, Maria Tereza Lara e Maria Olívia, que representa a região de Lagoa da Prata; o Prefeito Péricles Ferreira, caríssimo amigo e companheiro em vários mandatos nesta Casa, na pessoa do qual quero estender meus cumprimentos aos outros Prefeitos; minha esposa, Lennira Martini, Felipe, Monique, Lili, Inês Pimenta, a coordenadora estadual, Poliana, enfim, todos os amigos, irmãos, assessores, aqueles que nos acompanham pela TV Assembléia e pela TV Canção Nova, senhoras e senhores, a minha relação de amizade, os laços que me unem ao Padre Jonas Abib e à Canção Nova existem há vários anos, diria quase que o mesmo tempo de existência da Canção Nova: 23 anos. Apesar de ser católico, de uma família católica - tenho a honra de ter dois irmãos padres e uma irmã freira -, estava vivendo uma profunda crise de fé. Mais do que crise, posso dizer que havia perdido toda a minha fé. Acabei orando para um Deus em cuja existência não acreditava, e esse Deus provou que existe e me deu o dom da fé.

E foi por meio de um livretinho - hoje está mais sofisticado - chamado "A Bíblia Foi Escrita para Você", do Padre Jonas Abib, que reencontrei a minha caminhada rumo ao Senhor e redescobri a minha fé.

De lá para cá, a minha vida se transformou, a ponto de Deus retirar-me de uma favela no Rio de Janeiro e hoje, dar-me a honra de ser representante do povo mineiro nesta Assembléia.

Deus cuida de nós. Deus quer treinar-nos no amor. E tem feito isso. Temos todas as condições para amar, porque o Espírito Santo habita em nós. O mundo é um deserto em que as pessoas não se amam, não se perdoam, não se reconciliam, falam mal umas das outras, fofocam, acusam, condenam. O mundo está carente de amor; por isso é preciso amar sem cobrar a perfeição do irmão. Precisamos lembrar-nos sempre que o Senhor nos buscou e aos nossos irmãos nas encruzilhadas. Estávamos feridos, cegos, maltrapilhos nas estradas da vida, e o Senhor nos

recolheu para a sala do banquete do seu Reino. Todos nós, cada um à sua maneira, fomos recolhidos pelo Senhor nas encruzilhadas da vida. Estamos todos na mesma situação.

Deus, bondosamente criou um oásis de amor, por causa do deserto em que o mundo se encontra. Os grupos, as pastorais, as comunidades, os movimentos são oásis de amor; por isso, precisamos cultivá-los. Não podemos perdê-los. É questão de vida ou morte. Essas palavras não são minhas, mas do Padre Jonas, em recente pronunciamento. Ao comemorar 25 anos, podemos afirmar que, desde suas origens, o Padre Jonas fez da Canção Nova um oásis de amor, quando, para amadurecer a idéia, criou primeiro uma comunidade marcada pelo amor de Cristo e integrada, predominantemente, por jovens, com o objetivo de evangelizar o Brasil e o mundo por meio dos meios de comunicação. Hoje, o resultado é a TV Canção Nova, um oásis de amor no mundo da mídia. Esse desafio havia sido lançado pelo Papa Paulo VI, por meio de sua encíclica "Evangelii Nuntiandi", a partir da constatação de que a mídia priorizava o lucro, estava e está predominantemente marcada pelo culto ao consumismo, pela exaltação da tendência humana do ter, em vez do ser, pela fixação em mostrar o que de negativo ocorre em nosso dia-a-dia, enfim, pela quase sistemática difusão de valores anticristãos, como a vingança, o adultério, o aborto, as drogas, o alcoolismo, o desrespeito, o egoísmo, os crimes, os assaltos, os seqüestros, os esoterismos, etc. Tudo isso está gerando na população sentimentos de insegurança, frustração, abandono, desespero, desesperança, enfim, de impotência e incapacidade para enfrentar, com determinação, os desafios do dia-a-dia. Esse quadro motivou a criação da Canção Nova. Esse contexto, analisado e discernido à luz do Evangelho, intimou o Padre Jonas Abib a assumir o tremendo desafio de criá-la.

Mas é bom salientar que o projeto só deu certo porque, desde o início, o Pe. Jonas vacinou-se contra qualquer tentação de desânimo ao sentir, em seu mais profundo íntimo, que, sendo essa a vontade de Deus, a ele correspondia trabalhar com muita criatividade e com absoluta fé. Por isso estes 25 anos que se passaram foram de incessante esforço para realizar um grande sonho, o de colocar a serviço de Deus um poderoso instrumento de evangelização, sonho esse hoje realizado porque Pe. Jonas soube compartilhá-lo, em sua comunidade, com outros que foram se somando. Como disse D. Hélder Câmara, um sonho que se sonha sozinho não é mais do que um sonho, mas um sonho que se compartilha começa a se tornar realidade. A sentença ecoou forte e intimou-o para o empreendimento dessa obra vitoriosa. Verifica-se que as condições do mundo atual tornam cada vez mais urgente o ensino catequético para numerosos jovens e adultos que, tocados pela graça, descobrem pouco a pouco o rosto de Cristo e experimentam a necessidade de a ele se entregar.

Essa sentença virou um grande objetivo, o de evangelizar o povo de Deus. Imediatamente sentiu-se que, para atingi-lo na dimensão que Deus queria, era preciso antes alcançar outro objetivo: conseguir um meio próprio de comunicação social. Convém salientar que, operacionalmente, o primeiro passo deu-se por meio de uma estação de rádio de pequeno alcance, por cujas ondas fez-se um trabalho intenso de animação espiritual do povo em geral, particularmente da Renovação Carismática Católica. Foi um de seus fundadores, continua sendo um dos grandes referenciais no Brasil e continua fazendo parte do Conselho Nacional. Assim, pela Rádio Canção Nova, inaugurada em 25/5/80, a palavra de Deus começou a ser difundida além dos templos, além das igrejas. Hoje essa rádio multiplicou seu potencial e ampliou sua área de influência, levando aos ouvintes, por meio de uma programação dinâmica e variada, sem propaganda, sem comercial, informações, cultura, educação, princípios, valores e formação espiritual. Em 8/12/89, tornou-se uma realidade em nosso País a TV Canção Nova, atualmente instalada com cinco geradoras: Cachoeira Paulista, Aracaju, Rio de Janeiro, Brasília e, mais recentemente, Belo Horizonte. A TV Canção Nova já abrange todo o território nacional, por meio das antenas parabólicas, de 127 operadoras de TV a cabo e de 209 repetidoras, e ainda consegue atingir o continente americano, a Europa Ocidental e a África do Norte, por meio do sistema de satélites e TV a cabo, levando imagens de mais alta qualidade, devido ao profissionalismo e à criatividade de seus funcionários e à aplicação, em seu sistema de transmissão, dos mais recentes avanços científicos e tecnológicos, além da Internet, que permite chegar ao mundo inteiro.

Como membro da Renovação Carismática Católica, fui chamado a assumir funções de coordenação e evangelização, o que me deu a honra de conhecer e conviver com Pe. Jonas, nascendo daí uma grande e profunda amizade.

O Deputado Célio Moreira (em aparte) - Obrigado, Deputado Miguel Martini. É uma honra apartear-lo. Cumprimento nosso querido Deputado Bonifácio Mourão, representante do Presidente Mauri Torres. Cumprimento também o querido amigo e fundador da Fundação João Paulo, de nossa querida Comunidade Canção Nova, Pe. Jonas, meu amigo Stangarlini, membro da Renovação Carismática.

A fé não é semente que se lance ao léu, esperando-se que germine em um coração qualquer. Para que brote e se mantenha em viço, é preciso que seja cuidada, lembrada e glorificada.

Esse tem sido o papel da Comunidade Canção Nova em sua tarefa evangelizadora. Ela tem desempenhado com competência esse mister, esse sacerdócio, sob a clara e permanente inspiração do Divino Espírito Santo, na figura de nosso querido Pe. Jonas Abib, seu fundador.

Quero louvar, meu amigo e colega, Deputado Miguel Martini, a iniciativa desta homenagem, necessária e justa, a esse singular sacerdote, de rara sensibilidade e talento, que tenho a honra de cumprimentar nesta noite em que se comemora o 25º aniversário da Comunidade Canção Nova.

Uma comunidade fundada em 1978, com o definido propósito de disseminar a palavra de Cristo, de suscitar a fé nos que não cultivam mais a esperança. A partir de 1986, por meio das ondas sonoras da emissora, esse trabalho de evangelização passou a ter abrangência nacional, adentrando milhares de residências, e hoje ganha o mundo pela Internet.

É sempre bom e de feliz lembrança conhecer a vida desse sacerdote, que em 1971 conheceu a Renovação Carismática Católica, empenhando-se no trabalho com a juventude. Sete anos depois, fundou a Comunidade Canção Nova, fortificando assim as bases de nossa RCC. Hoje, Pe. Jonas se destaca como um dos pilares da Renovação.

Com séculos de atraso, o despertar para a necessidade urgente da evangelização levou nosso Papa a lançar ao ar uma semente que teve acolhida no coração de D. Antônio, Bispo de Lorena. Uma semente que só precisava de um terreno fértil, de boa terra, da boa-vontade e espírito vocacionado para pastorear almas do nosso Pe. Jonas.

Quero louvar a Deus pela Canção Nova e principalmente pela vida de Pe. Jonas. Por meio da Renovação Carismática, assumi meu batismo e minha crisma e, como coordenador da Renovação Carismática da Região Episcopal Nossa Senhora Aparecida, pude aprender mais e amar mais minha igreja. Se não fosse por meio de meus irmãos da Canção Nova, talvez não estivesse aqui. Por meio da Renovação Carismática, num momento de dor e sofrimento, pude perceber a presença viva de Jesus e tê-lo no meu coração. Foi num momento de muita dor que recebi essa acolhida, quando perdi um filho de 5 anos, atropelado; após um ano, perdi minha mãe; após um ano, perdi um irmão assassinado; após um ano, mais um irmão e, após um ano, o irmão caçula. Foi por meio do apoio da Igreja que tive forças para suportar a saudade e a lembrança.

Assistindo sempre às palestras que ajudavam a mim e à minha família, levantei a cabeça, bati no peito e disse: "Tudo posso naquele que me fortalece". É muito boa esta oportunidade de homenagearmos a Canção Nova. Tenha certeza de que ela tem ajudado a salvar vidas. Há o lema: "Quem realmente se liga na Canção Nova muda de vida". Sabemos que muitos jovens e muitas famílias foram resgatados por meio da Canção Nova. Por isso, peço a Deus, em nome de Jesus, que lhe dê saúde, força, perseverança e discernimento, para que ela continue o seu trabalho por mais 25, 50 e 75 anos, a fim de que seja realmente esta luz e esta graça de Deus não só para nós, mineiros, e o Brasil, mas para o mundo, levando a palavra de Deus e de Jesus, que salva, que restaura e que traz força e esperança. Parabéns, Deputado Miguel Martini, pela iniciativa. Sou testemunha, Pe. Jonas, do trabalho fervoroso do Irmão Martini, na Canção Nova e na Assembléia Legislativa. Por meio da Canção Nova, ele

tem dado a oportunidade para que todos assistam e acompanhem não só os seus trabalhos, mas os meus, os de Maria Tereza Lara, os de Osmânio e os de Vereadores e políticos empenhados e comprometidos com a doutrina social da Igreja. Isso tem sido realmente uma referência para nós, um canal, uma luz e uma esperança, porque a política é uma oportunidade, como disse o Papa, que temos para praticar a verdadeira caridade. Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço o aparte concedido pelo nobre Deputado, desejando a ele e à sua família muita saúde, paz e luz.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Início agradecendo-lhe, meu querido Deputado Miguel Martini, uma referência na Assembléia Legislativa. Você jamais teria que fazer menção alguma a perdão, porque nós lhe devemos muito. Quero cumprimentar o Presidente desta reunião, prezado amigo Deputado Bonifácio Mourão; o nosso homenageado, querido Pe. Jonas Abib; o prezado Deputado Federal e amigo Osmânio Pereira, o Deputado José Carlos, os demais companheiros Deputados, os Prefeitos, os irmãos e irmãs presentes neste momento glorioso da Assembléia Legislativa. Fazer esta homenagem é para todos nós motivo de muito orgulho e muita alegria. Devemos isso a você, Miguel Martini. Inicialmente, cumprimento V. Exa. de coração. Esta foi de fato uma feliz iniciativa. No dia-a-dia, temos aqui o dever de procurar o melhor para o povo mineiro e devemos nos inspirar nas referências maiores do amor e da palavra. A TV Canção Nova, o movimento Canção Nova, a Renovação Carismática são referências para nós, cristãos católicos. Temos a absoluta convicção de que é nosso dever levar essas referências a todos os nossos irmãos e irmãs de qualquer religião e de qualquer crença, em especial àqueles que estão no sofrimento e desprovidos de uma atitude religiosa ou de qualquer postura de devoção e de fé. Posso dar, em breves palavras, o meu testemunho de que tive o privilégio, não apenas como cristão e católico, mas na condição de Prefeito de Divinópolis, de receber um grupo animado e com vontade de assistir à transmissão da TV Canção Nova.

Juntos, conseguimos viabilizar o espaço para instalação da torre e do transmissor. Hoje, o povo de Divinópolis, cidade que represento neste parlamento, tem o sinal da TV Canção Nova e portanto, o sinal de Deus, da vida e do amor. Pe. Jonas, essa missão evangélica é o sinal dos novos tempos. Aproximadamente há 2 mil anos, os 12 apóstolos começaram sua peregrinação. Cada um de nós, como cristãos, também tem essa missão, mas o sinal da Canção Nova é motivo da certeza de que não pereceremos diante de tanta obscuridade e tenebrosidade que a mídia e os tempos atuais nos impõem. A TV Canção Nova não é apenas um oásis de amor, é um sinal dos novos tempos.

Parabenizo a todos aqueles que, a exemplo do Deputado Miguel Martini, contribuem para que esse sinal chegue cada vez mais aos lares dos mineiros e brasileiros. Que Deus continue nos abençoando na nossa caminhada. Obrigado.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte) - Cumprimento o Deputado Bonifácio Mourão, representante do Presidente desta Casa, as autoridades presentes e demais participantes deste encontro. Parabenizo o Deputado Miguel Martini por esta feliz iniciativa. Trago o abraço carinhoso de todos desta Casa e do Deputado Federal Odair José ao Padre Jonas. Além do Deputado Miguel Martini, o Deputado Célio Moreira também está conosco na Renovação Carismática. Temos a alegria de contar com a presença da Coordenadora Estadual, Inês Pimenta.

Nossa responsabilidade é grande. Além de cidadãos, somos cristãos, e precisamos pedir a Deus que realmente possamos ser fiéis ao seu plano. A Canção Nova tem tido o papel de nos ajudar a cumprir essa missão, especialmente em um momento difícil como este que vivemos. Muitos nos assistem pela TV Canção Nova e pela TV Assembléia. Rendo homenagens à D. Terezinha, mãe da nossa amiga Deputada Maria Olívia, que assiste todos os dias a esse canal, assim como milhares de outras pessoas que têm alento nas suas vidas e renascimento da esperança por meio dessa emissora. O grande desafio, para nós políticos, é fazer uma síntese entre a espiritualidade e a nossa ação social e política. A Canção Nova tem-nos ajudado muito, porque nos faz conhecer a vontade de Deus. Esse desafio nos é colocado todos os dias.

Agradeço a toda a família Canção Nova. Permito-me citar o Programa O Amor Vencerá, de Luzia Santiago.

Às vezes, após a meia-noite, participo do programa, que nos incentiva a lembrar de nossos governantes. Agradeço as orações feitas pela Canção Nova destinadas aos governantes e ao Governo Federal. Nossas orações propiciarão aos governantes que têm boas intenções cumprir a missão que Deus lhes deu.

Peço a Nossa Senhora, Maria, lembrando-me da Casa de Maria, na Canção Nova, a graça da fidelidade aos planos de Deus para essa obra maravilhosa. Que peçamos a Deus a graça da unidade, já que, unidos, cumpriremos a vontade do Senhor. Não há outro caminho a não ser o de conhecer a vontade de Deus, até mesmo nos espaços de poder. Obrigada, Padre Jonas, porque tem sido o instrumento de Deus para que este Poder seja colocado a serviço da sociedade. Nos 25 anos de existência da Canção Nova, apelo à sociedade para que se torne sócia da comunidade. Assim, teremos um Brasil cristão, onde os governantes e o povo, de mãos dadas, construirão uma sociedade fraterna, justa, igualitária e cristã.

O Deputado José Carlos Stangarlini (em aparte) - Senhoras e senhores, Srs. Deputados, Padre Jonas Abib, Deputado Federal Osmânio Pereira, estar aqui representa honra muito grande. Tive a oportunidade de, na Assembléia Legislativa de São Paulo, prestar homenagem, no dia 14/3/2003, ao Padre Jonas e à família Canção Nova.

Com intensa alegria, cumprimento os irmãos da Comunidade Canção Nova pelos 25 anos de existência e reverencio o seu criador, Padre Jonas Abib. Muito mais que ter idealizado essa maravilhosa obra, Padre Jonas abriu-se à ação do Espírito Santo, transformando-se em instrumento nas mãos de Deus. Faz-nos lembrar Maria Santíssima, que, encontrando graça aos olhos de Deus, colocou-se à disposição para que o Verbo se fizesse carne. Há um cântico que diz exatamente isso: "Maria disse sim e nasceu Jesus". O Padre Jonas disse sim e nasceu a Canção Nova, que caminha nos passos de Jesus. Quando nos colocamos à disposição de Deus e da Igreja, é comum não imaginarmos o tamanho da obra que Deus realizará por intermédio de nós. Pelo nosso querido amigo Padre Jonas Abib e por todos os integrantes da comunidade Canção Nova, ergo louvores a Deus.

Vocês disseram sim, e a Palavra de Deus continua sendo gerada para o mundo.

Cada um de nós tem um testemunho a dar. Particularmente, fui confirmado no batismo do Espírito Santo por um seminário pregado pelo Padre Jonas há 18 anos. Cada um de nós tem a dar o testemunho de uma fita ou um livro que o Padre Jonas colocou à nossa disposição. Tivemos a oportunidade de ser efetivamente voltados para esta nossa Igreja, a Igreja de Jesus Cristo, Católica, Apostólica e Romana, por meio do Movimento da Renovação Carismática Católica e desse seminário pregado pelo Padre Jonas Abib. Quantos de nós não podem dar esse testemunho? Quantos de nós, por meio da Rádio e da TV Canção Nova, não têm um testemunho a dar? Lembro-me de que, quando nos surgiu a oportunidade de, como leigos, levar adiante esse projeto político de fé - iniciado pelo Deputado Osmânio, depois tocado pelos Deputados Martini, Zimbaldi e outros -, procuramos a orientação e o aconselhamento do Padre Jonas. Naquela ocasião, o Padre Jonas abriu a Bíblia e nos mostrou a palavra de Deus, em Jer. 48:10: "Maldito o homem que faz com negligência a obra do Senhor". Disse-nos, então: "José Carlos, vá adiante e exerça esse sacerdócio na política". É isso o que estamos fazendo, Padre Jonas. Estamos fazendo de tudo para levar a todos a palavra de Deus e o compromisso com a doutrina social da Igreja, plantando essa sementinha, no meu caso, na Assembléia Legislativa de São Paulo, onde estamos em nosso segundo mandato, exercendo-o com bastante devoção e vontade de acertar. Por isso, fizemos questão de estar aqui junto com o Miguel Martini, o Osmânio e os demais Deputados que participam da Renovação Carismática, para dar esse abraço fraterno no Padre Jonas e em toda a família Canção Nova. Deus os abençoe abundantemente.

O Deputado Miguel Martini - Queremos registrar que o Deputado Salvador Zimbaldi, cuja presença nesta homenagem estava prevista, teve um contratempo em cima da hora e não pôde comparecer. Mas deixo aqui registrado, Padre Jonas, o abraço de Salvador Zimbaldi ao senhor.

O Deputado Federal Osmânio Pereira (em aparte) - Meu caro Presidente desta reunião, Deputado Bonifácio Mourão, aqui representando o Presidente desta Casa, Deputado Mauri Torres, na pessoa de quem gostaria de cumprimentar esta Assembléia, por estar recebendo nesta noite um homem que, tenho certeza, aqui deixará também a sua bênção, porque por onde anda e passa deixa sempre um pouco do perfume do amor de Deus. Assim, são uma bênção para esta Casa os passos e as pegadas do Padre Jonas aqui nesta noite.

Meu caríssimo Deputado Miguel Martini, meu caro Deputado Stangarlini, Deputados Domingos Sávio, Célio Moreira, Maria Olívia e Maria Tereza; ex-Deputado Pérciles Ferreira, atual Prefeito de Salinas, que tem uma tradição de relevantes serviços prestados a esta Casa; minha querida esposa, aqui presente, na pessoa de quem cumprimento todas as mulheres; senhoras e senhores, é com muita alegria que me encontro aqui nesta noite. Tivemos o privilégio de, no dia 21/8/2002, nas dependências do Congresso Nacional, homenagear a Canção Nova. Lá também ficou um pouco do perfume do amor de Deus pelas pegadas do Padre Jonas. Gostaria de falar também do trabalho da Fundação João Paulo II. O trabalho da Canção Nova é algo parecido com o nome do próprio Papa. João Paulo II brota, depois de 400 anos de Papas italianos, tirado do seio do regime comunista. É chamado, quem sabe, para preparar os caminhos da segunda vinda do Senhor. Ele veio, depois de ter experimentado a injustiça, o sofrimento, a opressão. Deus o colocou à frente da Igreja. Não tivemos, na história da Igreja Católica, um homem tão determinado a levar o Evangelho e a palavra de Deus a todos os continentes do mundo como ele. Hoje podemos dizer que todos os povos, de todas as raças, de todos os continentes não podem dizer que não ouviram a palavra do Senhor. O Evangelho tem sido pregado pelo testemunho do Papa e pela sua voz em todas as partes do mundo. Isso é para nós motivo de muito orgulho e alegria. A Canção Nova resolve também escolher o nome de João Paulo II para a obra mantenedora do Sistema Canção Nova de Rádio e Televisão. Não haveria nada mais oportuno do que pegar o seu nome. O que fez então Canção Nova? Talvez o Padre Jonas lembre-se daquele encontro em Cachoeira Paulista nos anos 70, quando nos falava do sonho de uma rádio em Queluz, São Paulo, para ser o início dessa sementinha de evangelização pelos meios de comunicação. Padre Jonas estava profundamente motivado por aquilo que o Deputado Miguel Martini falou, ou seja, pelo Evangelho anunciante, pois sabia da importância de se evangelizar pelos meios de comunicação. Ele enxergava onde poucos homens e mulheres enxergavam. Estivemos com ele em Queluz, quando apontou o alto da montanha, lugar onde seria instalada a primeira antena da Rádio Canção Nova. E ali se instalou e se foi espalhando pela região, cobrindo o Estado de São Paulo e outros Estados brasileiros. O sementeiro mal consegue ver a sementinha de mostarda quando é jogada ao chão. Ela chega a ser pisada, porque não é identificada quando jogada ao chão. Essa sementinha, jogada naquela montanha de Queluz, foi crescendo e crescendo. Hoje cobre a maioria dos Estados brasileiros, já está na África, na Europa. Na Europa, dentro do Vaticano, transmite as mensagens do próprio Papa para o Brasil e para o mundo. Está nos Estados Unidos, no Canadá e em outras regiões. A cada dia temos notícias dela. Aqui, agora, podemos dizer: Padre Jonas, pelos frutos conhece-se a árvore. Se essa árvore produziu tantos frutos, se a boa semente, se a palavra de Deus está sendo levada a tantos continentes, seguindo as pegadas de João Paulo II, é porque Deus tem um propósito para a Canção Nova. Disso não temos dúvida.

Nesta noite, também represento o Congresso Nacional. Ainda hoje, pela manhã, o grupo da Pastoral Parlamentar Católica reuniu-se com os Bispos e sacerdotes na CNBB, junto com Pedro Simon, Senador, Marco Maciel, Odair, Deputado Federal que também saiu da renovação carismática, Patrus Ananias, grande franciscano e parlamentar católico, e tantos outros, para celebrarmos a missa do mês de setembro.

Então, posso dizer, Padre Jonas, que o senhor também tem estado presente no Congresso Nacional. Ao lado de muitos de nós, em momentos de dúvida, sofrimento e angústia, o senhor tem estado como confessor e como timoneiro, nos orientando, assim como D. Alberto Taveira e outros sacerdotes que nos acompanham nessa difícil tarefa de trabalhar pelo povo.

Canção Nova tem estado presente no Congresso Nacional, nesta Assembléia, na Assembléia de São Paulo e em muitos outros lugares. Isso tudo são sinais de que Deus está movendo Canção Nova. Quem sabe, ao lado do Papa e de outros pregadores, como João Batista, esteja preparando os caminhos do Senhor!

Já vi o sinal do Presidente mostrando que o meu tempo se esgotou, mas não posso terminar sem deixar os meus cumprimentos ao nobre companheiro por essa feliz idéia de homenagear Canção Nova. No entanto, na verdade, quem está sendo homenageado é o povo mineiro, porque, nas antenas de Canção Nova, a cada dia estamos bebendo e recebendo a boa semente que vem do coração de Deus.

Que o Senhor te abençoe, Padre Jonas, e a toda a equipe, pois Canção Nova não é obra do homem, mas de uma equipe que, dia e noite, está ao seu lado, trabalhando lá e em outros lugares! Só para este ano, mais de 50 retransmissoras de TV Canção Nova estão prontas, aprovadas e em condições de ser instaladas no Estado de Minas. No resto do Brasil, outras 60 ou 70 também já estão em condições de ser inauguradas.

Enfim, gostaria de dizer que temos um compromisso, como missionários da Canção Nova. Como o senhor nos falou um dia, onde houver uma agência dos Correios, que haja também uma retransmissora Canção Nova para levar a boa semente a todos os brasileiros.

Que Deus nos abençoe! E agradeçamos, porque o grande homenageado é o povo mineiro, já que, neste salão, passaram os pés do Padre Jonas. Muito obrigado.

O Deputado Miguel Martini - Na pessoa do Vereador Aluísio Novaes, de Caratinga, queremos abraçar e registrar a presença de todos os Vereadores presentes a esta cerimônia.

Senhores, por essa rica experiência e por toda essa obra maravilhosa, agradecemos a Deus e homenageamos o Padre Jonas, nesta noite.

Obrigado, Pai, por ter-nos abençoado com a irradiação de Sua palavra e de Sua mensagem pelo Brasil inteiro. Obrigado por ter privilegiado o nosso País como foco irradiador de Sua palavra para o mundo. Obrigado por Sua imensa graça, Senhor!

Obrigado, Jesus, por ter sustentado o Padre Jonas e a todos os membros da Comunidade Canção Nova que o acompanharam nesse desafio de realizar um grande sonho, hoje uma gratificante realidade para a Sua glória!

Obrigado, Espírito Santo, pela força que infundiu e pela luz com que foi mostrando o caminho certo a Seu filho e nosso irmão Padre Jonas!

Padre Jonas, obrigado por sua generosidade e desprendimento. Obrigado por ter-se disponibilizado a ser o instrumento de que Deus se tem servido. Obrigado por esse testemunho de fé a toda a prova, que lhe fez perseverar firme e decidido diante de todas as dificuldades e problemas que apareceram em seu caminho.

Obrigado, por ter contribuído tanto e por continuar contribuindo para a evangelização do mundo e para a salvação de todos os filhos de Deus.

Obrigado, por ter sido tão visionário, ao criar a Canção Nova, instrumento de evangelização já amplamente reconhecido no Brasil, na América Latina e em outros continentes.

Deus merecia, há muito tempo, ter disponibilizados esses meios de comunicação tão importantes para fazer chegar a todos sua mensagem de amor, bem como seu povo merecia poder alimentar-se dessa mensagem em seus próprios lares.

Obrigado, Padre Jonas, por essa nova e gigantesca versão da nossa resposta ao chamado de Jesus, que nos pede ser o sal da terra, a luz do mundo e agentes transformadores da sociedade.

Obrigado, por reafirmar-nos que a fé pode mover montanhas e confirmar-nos que a força da graça divina pode tudo e concede tudo quando é para a conversão e a renovação dos filhos de Deus e para a transformação do mundo.

Por tudo isso, esta Casa - o Poder Legislativo do Estado de Minas Gerais - se sente honrada por ter sido escolhida como sede dos atos comemorativos dos 25 anos da Canção Nova. Honrada, porque, nestes dias, aqui se irradiou uma santa programação da Canção Nova para todo o Brasil e para outros continentes. Honrados somos todos, sem distinção, por tê-lo aqui conosco, Padre Jonas. Honrado está o nosso Brasil, cujos filhos, inclusive os que estão nos lugares mais afastados, poderão agora ter a palavra de Deus como alimento, por meio da Canção Nova. Parabéns, Padre Jonas! Parabéns, Canção Nova! Que Deus os abençoe!

Exibição de Vídeo

O locutor - Convidamos os presentes a assistir à apresentação de vídeo institucional produzido pelo Sistema Canção Nova.

- Procede-se à exibição de vídeo.

Palavras do Padre Jonas Abib

Não escrevi o discurso, pois queria falar com o coração, sentindo as emoções, o que não será fácil porque emocionei-me bastante. Só posso agradecer. O que vi, o testemunho de todos esses homens públicos, mostrando não apenas o seu reconhecimento à Canção Nova, mas, como acabaram de ver no vídeo, uma obra de Deus.

Reconheceram que isso é obra de Deus, um milagre aos nossos olhos, e milagre não se discute. Sinto-me nesta situação como aquele menino que deu os cinco pães e os dois peixes a Jesus. É claro que ele deu tudo. Era tudo o que ele tinha. Com aquilo que ele deu Jesus fez aquela multiplicação maravilhosa. Posso lhes dizer que comigo é a mesma coisa. Então, se aceito esta homenagem de coração, é porque ela apenas passa por mim como o Evangelho passou pelo menino, mas o atingido é aquele que fez a obra. Isso é obra do Senhor, um milagre aos nossos olhos. Sou o primeiro a testemunhar que esse é um milagre aos nossos olhos. Entendi, então, porque hoje de manhã, quando vinha para cá, ao trabalhar com a Bíblia, caí no capítulo 43, de Isaías, em que o Senhor diz: "Nada temas, pois eu te resgato; chamei-te pelo teu nome, tu és meu, porque és precioso aos meus olhos, porque te aprecio e te amo; permuto reinos por ti; entrego nações em troca de ti. Fiques tranqüilo pois estou contigo; do Oriente, trarei tua raça e, do Ocidente, te reunirei. Devolve-os, direi ao setentrão, à região Norte. E, ao meio-dia, à região Sul, direi: não os retenhas, traze os meus filhos de longínquas paragens e minhas filhas dos confins da Terra, todos aqueles que trazem o meu nome, e crie para a minha glória.

Entendi essa obra que o senhor está fazendo por todos os cantos, resgatando jovens. Esse é o testemunho que posso dar, nesta Casa, porque, desde o final dos anos 60 - 1967, 1968 - tive a graça de começar a trabalhar com a juventude, salesiano que sou. Por meio de, primeiro, simplesmente reuniões com jovens, depois das missas de jovens. Naqueles anos, elas eram uma total novidade. Isso tudo gerou os chamados encontros da juventude. Vi jovens serem verdadeiramente resgatados para Deus. Em 1971 fui atingido pela Renovação Carismática. Todo esse trabalho tomou uma nova dimensão. Vi principalmente os jovens se colocarem ao meu lado querendo trabalho, aquilo que o Deputado Miguel Martini trouxe aqui. O documento de Paulo VI, o "Evangelho Anunciante", realmente aconteceu. Diz o documento: "Esses jovens, conhecendo o rosto de Jesus, se encantariam tanto a ponto de resolver entregar a ele as suas vidas". Foi o que vi. Começamos esse trabalho, há 25 anos, com 12 que aceitaram o desafio de deixar suas casas, seus estudos e seus trabalhos para vivermos juntos. Hoje somos mais de 600. Passaram-se 25 anos, e aqueles jovens, que naquele tempo tinham cerca de 20 anos, hoje têm 45 anos, mas ainda continuam jovens no entusiasmo da sua entrega a Deus. Eles também se casaram, têm as suas famílias e os seus filhos. Eles me chamam de pai, os filhos deles me chamam de avô, formamos uma família.

Graças a Deus, a Canção Nova já formou dez sacerdotes para a Igreja. Temos mais 60 seminaristas estudando filosofia e teologia. Isso é obra do Senhor, é um milagre aos nossos olhos. Realmente, até aqui, ajudou-nos o Senhor. Pedi a Deus o dom da eficácia da palavra, e Ele me atendeu. Hoje, nem sei bem o que estou falando, tal a emoção que sinto neste instante. Estar aqui, na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, é, para mim, um grande compromisso. Aliás, assumi compromisso com o Governador de termos, em tempo recorde, juntamente com as emissoras que possuímos, uma TV nova, a TV Canção Nova Minas Gerais. Reassumo esse compromisso agora. Temos todas as possibilidades para realizar esse projeto. Amanhã, iremos estrear em São José dos Campos, coração do vale do Paraíba. Esse é um pequeno compromisso, diante da grande responsabilidade que esta Casa colocou nas minhas mãos. Os testemunhos que aqui ouvi me obrigam a fazer o que o Deputado José Carlos me lembrou. Só posso realizar com diligência essa missão que Deus me concedeu, e não parar aqui. Esses 25 anos e esta homenagem são apenas trampolim para continuarmos destemidos, e até com atrevimento de espírito, a nossa obra. (- Lê:)

"Maldito aquele que faz com negligência a obra do Senhor". Não posso, pois, fazê-la com negligência. Só posso fazê-la com diligência.

Como todos testemunharam, também quero testemunhar. O que eu vivenciei, nesta noite, traz-me importante compromisso. Posso dizer sem medo que tudo o que foi feito funciona como se eu não tivesse feito nada. Sinto-me obrigado a começar tudo de novo. Deus lhes pague. Muito obrigado pelo tremendo compromisso que é posto em minhas mãos. Até aqui, ajudou-nos o Senhor. E é certo que ajudará a todos nós a seguirmos em frente na missão que Ele mesmo nos confiou. Deus lhes pague.

Entrega de Placa

O locutor - Senhoras e senhores, neste momento, o Sr. Presidente e o Deputado Miguel Martini farão a entrega de placa alusiva a esta homenagem ao Padre Jonas Abib, com os dizeres: "Os meios de comunicação reconfiguram e ampliam as dimensões da palavra. A Fundação João Paulo II compreendeu a importância desse fenômeno e, por intermédio do Sistema Canção Nova, realiza trabalho de formação espiritual inovador e de grande alcance social. A homenagem do Poder Legislativo Estadual a essa comunidade católica, que hoje usa as modernas tecnologias da comunicação para evangelizar e propagar a Palavra de Deus, como o fizeram os apóstolos e como o farão sempre os homens de bem."

- Procede-se à entrega da placa.

Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir a apresentação do Coral da Assembléia, sob a regência de Guilherme Bragança, que interpretará as músicas: "I'm going to sing", com arranjo de Alice Parker e Roberto Shaw; "Sicut Cervus Desiderat", de Giovanni Pierluigi da Palestrina, que contém a letra do Salmo 42; e "Vira Virou", de Kleiton, com arranjo de Zé Pedro.

- Procede-se a apresentação musical.

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta às autoridades, aos Deputados Estaduais mineiros, meus ilustres colegas, ao Sr. José Carlos Stangarlini, Deputado Estadual paulista, ao Sr. Osmânio Pereira, Deputado Federal, ao autor do requerimento, ilustre Deputado Miguel Martini, especialmente ao Padre Jonas Abib, ao Prefeito Péricles Ferreira, nosso ex-colega Deputado Estadual, aos convidados e ao coral os agradecimentos pela honrosa presença.

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião de debates de amanhã, dia 19, às 9 horas. Levanta-se a reunião.

ATA DA 7ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Saúde, em 17/9/2003

Às 10h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ricardo Duarte, Fahim Sawan, Carlos Pimenta, Célio Moreira e Neider Moreira, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Leonardo Quintão e Leonídio Bouças. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ricardo Duarte, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlos Pimenta, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência comunica o recebimento de ofícios do Sr. Carlos Magno de Freitas, Vereador à Câmara Municipal de Contagem, denunciando a terceirização do laboratório central desse município, de suas unidades laboratoriais de urgência, do laboratório do Hospital Municipal e do Pronto-Socorro Geraldo Pinto; da Auditoria Assistencial da Secretaria da Saúde, respondendo à denúncia de que o Hospital Nossa Senhora das Graças, de Sete Lagoas, estaria preterindo os pacientes do SUS, nos casos de internações em UTI, em favor de pacientes de convênio; da Sra. Maria Tereza de Fátima Barbosa, Secretária Executiva do Governador do Estado, reportando-se ao ofício encaminhado a pedido do Deputado Dalmo Ribeiro Silva para que seja revertida a decisão de fechamento da Santa Casa de Misericórdia de Jacutinga. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projeto de Lei nº 674/2003, em 1º turno (Deputado Carlos Pimenta); Projeto de Lei nº 773/2003, em turno único (Deputado Célio Morreira); e avoca a si a relatoria do Projeto de Lei nº 689/2003, em 1º turno. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. A Presidência passa a palavra ao Vice-Presidente, em virtude da apreciação de proposições de sua autoria. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação dos Projetos de Lei nºs 174/2003, em 2º turno, na forma do vencido no 1º turno (relator: Deputado Fahim Sawan); e 621/2003, em 1º turno (relator: Deputado Fahim Sawan). Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Requerimentos nºs 1.262, 1.264, 1.289 e 1.328/2003. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Célio Moreira (2), em que solicita seja realizada audiência pública em Corinto, para discutir a reabertura do bloco cirúrgico da Santa Casa de Misericórdia; e seja realizada audiência pública para discutir o possível encerramento do atendimento fisioterápico no Hospital Júlia Kubitschek e do atendimento do Hospital São Paulo pelo SUS; Carlos Pimenta, em que solicita seja realizada audiência pública com o comparecimento dos Diretores do IPSEMG, a fim de se discutirem os programas de reestruturação do Instituto; Leonardo Quintão, em que solicita seja realizada audiência pública para debater questões relativas às políticas públicas de transplantes em Minas Gerais; Ricardo Duarte, em que pleiteia seja encaminhada ao Secretário de Ensino Superior do Ministério da Educação solicitação para imediata diligência desse órgão junto às faculdades de Medicina de Ipatinga, Caratinga, Juiz de Fora, UNIFENAS - BH, e Faculdade de Medicina Mário Pena - UNINCOR, em Belo Horizonte; Ricardo Duarte, em que solicita seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Educação para debater a situação dos cursos de Medicina das seguintes instituições: Faculdade de Medicina de Ipatinga, pertencente à UNIVAZO; Faculdade de Medicina de Caratinga, da Fundação Educacional de Caratinga; Faculdade de Medicina da Universidade Presidente Antônio Carlos - UNIPAC -, em Juiz de Fora; Faculdade de Medicina da UNIFENAS em Belo Horizonte; Faculdade de Medicina Mário Pena, mantida pela Universidade Vale do Rio Verde de Três Corações - UNINCOR -, em Belo Horizonte; Jô Moraes, em que solicita seja formulado apelo ao IPSEMG para viabilizar a instalação de um posto autorizado no Município de Cruzília e a assinatura de convênio entre esse Instituto e o Hospital Dr. Cândido Junqueira; Fahim Sawan, em que pleiteia sejam solicitadas informações à Secretaria da Saúde e ao Ministério Público relativas às investigações sobre irregularidades denunciadas no funcionamento do sistema de transplantes em Minas Gerais. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de setembro de 2003.

Ricardo Duarte, Presidente - Fahim Sawan - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Neider Moreira.

ATA DA 2ª REUNIÃO Extraordinária da comissão de ética e decore parlamentar, em 18/6/2003

Às 15h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Biel Rocha, Gilberto Abramo e Padre João, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Gilberto Abramo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão. O Deputado Dalmo Ribeiro Silva passa a Presidência ao Deputado Gilberto Abramo para apresentar requerimento no qual solicita sejam convidados a comparecer a reunião desta Comissão os Srs. Jarbas Medeiros, cientista político; Ricardo Uberto, Procurador do Estado; Patrus Ananias, Deputado Federal; além de juristas, sociólogos, cientistas políticos e jornalistas, a fim de se discutirem questões relativas à ética e ao decore parlamentar. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. O Deputado Gilberto Abramo retorna a direção dos trabalhos ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva. O Presidente esclarece que o inteiro teor desta reunião consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, a ser marcada posteriormente, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de setembro de 2003.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Fábio Avelar - Célio Moreira - Gilberto Abramo - Biel Rocha - Padre João - Gustavo Valadares.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia DA 77ª reunião ordinária, EM 23/9/2003

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 677/2003, do Deputado Irani Barbosa, em que solicita ao Secretário da Fazenda cópia das atas do Conselho de Contribuintes do Estado que se referem ao disposto no art. 12, inciso I, alíneas "b" e "d", incisos I e II, de seu Regimento Interno. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 711/2003, do Deputado Leonardo Quintão, em que solicita ao Diretor-Geral do DER-MG informações sobre as tarifas e contratos de permissão de serviços de táxi especial na Região Metropolitana de Belo Horizonte. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 747/2003, do Deputado Leonardo Quintão, em que solicita ao Secretário de Defesa Social informações sobre a população carcerária, com as especificações que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 779/2003, da Comissão de Educação, em que solicita à Secretaria da Educação informações sobre o cumprimento das Leis nºs 8.503, de 19/12/83, e 10.315, de 11/12/90, que regulamentam, respectivamente, a substituição dos livros didáticos em escolas públicas e particulares. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 792/2003, do Deputado Biel Rocha, em que solicita ao Secretário de Planejamento e Gestão explicações acerca do desvio funcional e das diferenças salariais hoje existentes entre os ocupantes de cargos do corpo técnico e administrativo do setor penitenciário e os agentes penitenciários. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 803/2003, do Deputado Luiz Fernando Faria, em que solicita ao Diretor-Geral do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais - IDENE - o encaminhamento dos contratos firmados pelo referido Instituto nos últimos 24 meses. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.585, que revoga o art. 22 da Lei nº 5.945, de 11/7/72; o art. 10 da Lei nº 6.565, de 17/4/75; o art. 12 da Lei nº 8.019, de 23/7/81; a Lei Delegada nº 35, de 28/8/85; a Lei nº 9.532, de 30/12/87; o art. 5º da Lei nº 10.945, de 27/11/92; a Lei nº 13.434, de 30/12/99; e a Lei nº 13.533, de 11/5/2000, e dá outras providências. (FAIXA CONSTITUCIONAL). A Comissão Especial opina pela manutenção do veto aos §§ 6º e 8º do art. 1º e aos arts. 3º e 4º.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 94/2003, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que cria assentos preferenciais para pessoas com dificuldade de locomoção temporária ou permanente. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 101/2003, do Deputado Durval Ângelo, que torna obrigatória a afixação em restaurantes, lanchonetes e estabelecimentos afins de cartaz com informações sobre a quantidade média de calorias das porções dos alimentos comercializados e de tabela explicativa sobre a quantidade de calorias que deve ser ingerida diariamente pelos indivíduos, de acordo com o sexo e idade. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Defesa do Consumidor opina por sua aprovação. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 631/2003, do Deputado Mauri Torres, que altera dispositivo da Lei nº 14.134, de 28/12/2001. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 15ª reunião Ordinária da mesa da Assembléia, a realizar-se às 10 horas do dia 23/9/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e apreciação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia.

Discussão e votação de proposições da Mesa da Assembléia.

Ordem do dia da 17ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública, a realizar-se às 10 horas do dia 23/9/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 8/2003, do Deputado Leonardo Quintão; 406/2003, do Deputado Miguel Martini.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.295/2003, da Comissão de Direitos Humanos; 1.372/2003, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 16ª reunião ordinária da comissão de Segurança Pública, a realizar-se às 10 horas do dia 23/9/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: tratar de assuntos de interesse da Comissão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 21ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, a realizar-se às 14h30min do dia 23/9/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.357/2003, do Deputado Weliton Prado; 1.370 e 1.399/2003, do Deputado Doutor Viana; 1.374, 1.375, 1.376 e 1.377/2003, do Deputado Leonardo Moreira; 1.384, 1.385, 1.386, 1.387 e 1.388/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.399/2003, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 21ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, a realizar-se às 14h30min do dia 23/9/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.346, 1.397 e 1.398/2003, do Deputado Doutor Viana; 1.355/2003, do Deputado Weliton Prado; 1.393/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 20ª reunião ordinária da comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, a realizar-se às 9h30min do dia 24/9/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Realização de debate sobre o desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica no Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 22ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, a realizar-se às 9h30min do dia 24/9/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 143/2003, do Deputado Carlos Pimenta.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.380/2003, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 1.400/2003, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da Comissão Especial da Santa Casa de Belo Horizonte, a realizar-se às 15 horas do dia 24/9/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 23/9/2003, destinada à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; à apreciação do veto à Proposição de Lei nº 15.585, que revoga o art. 22 da Lei nº 5.945, de 11/7/72; o art. 10 da Lei nº 6.565, de 17/4/75; o art. 12 da Lei nº 8.019, de 23/7/81; a Lei Delegada nº 35, de 28/8/85; a Lei nº 9.532, de 30/12/87; o art. 5º da Lei nº 10.945, de 27/11/92; a Lei nº 13.434, de 30/12/99; e a Lei nº 13.533, de 11/5/2000, e dá outras providências; e dos Projetos de Lei nºs 94/2003, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que cria assentos preferenciais para pessoas com dificuldade de locomoção temporária ou permanente; 101/2003, do Deputado Durval Ângelo, que torna obrigatória a afixação em restaurantes, lanchonetes e estabelecimentos afins de cartaz com informações sobre a quantidade média de calorias das porções dos alimentos comercializados e de tabela explicativa sobre a quantidade de calorias que deve ser ingerida diariamente pelos indivíduos, de acordo com o sexo e idade; e 631/2003, do Deputado Mauri Torres, que altera dispositivo da Lei nº 14.134, de 28/12/2001; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 22 de setembro de 2003.

Mauri Torres, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial da UEMG

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ivair Nogueira, Ricardo Duarte, Leonídio Bouças e Paulo Piau, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 23/9/2003, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de colher subsídios para a elaboração do relatório final.

Sala das Comissões, 22 de setembro de 2003.

Domingos Sávio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Gilberto Abramo, Durval Ângelo, Ermano Batista, Gustavo Valadares, Leonardo Moreira e

Leonídio Bouças, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 23/9/2003, às 11 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar os Projetos de Lei nºs 18, 276, 651, 663, 667, 810, 829, 865, 871, 962, 999, 1.003, 1.021, 1.033, 1.035, 447, 491, 520, 522, 541, 562, 619, 624, 725, 733, 763, 821, 822, 825, 828, 834, 843, 844, 845, 866, 868, 869, 874, 879, 880, 883, 888, 923, 936, 955, 972, 975, 976, 978, 979, 988, 1.013 e 1.015/2003.

Sala das Comissões, 22 de setembro de 2003.

Bonifácio Mourão, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 56/2003

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Durval Ângelo, Leonardo Moreira e Weliton Prado, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 23/9/2003, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 17 de setembro de 2003.

Bonifácio Mourão, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Piau, Dalmo Ribeiro Silva, Dinis Pinheiro, Fábio Avelar, Jô Moraes e Leonardo Quintão, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 24/9/2003, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se debater o cronograma de instalação do serviço de telefonia móvel nos municípios mineiros ainda não atendidos por esse serviço.

Sala das Comissões, 22 de setembro de 2003.

Domingos Sávio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Trabalho, da Previdência e da Ação Social e de Participação Popular

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Marília Campos e os Deputados Alencar da Silveira Jr., André Quintão e Elmiro Nascimento, membros da Comissão de Trabalho, da Previdência e da Ação Social; André Quintão, Gustavo Valadares, João Bittar, Leonardo Quintão e Mauro Lobo, membros da Comissão de Participação Popular, para a reunião a ser realizada em 25/9/2003, às 14h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutir, em audiência pública, o marco regulatório da economia solidária, especialmente o processo de certificação, além de se debater a matéria constante no Projeto de Lei nº 830/2003.

Sala das Comissões, 22 de setembro de 2003.

Alberto Bejani, Presidente.

CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

CORRESPONDÊNCIA

- O Sr. 1º-Secretário despachou, em 22/9/2003, a seguinte correspondência:

"MENSAGEM Nº 110/2003*

Belo Horizonte, 19 de setembro de 2003.

Senhor Presidente,

Reportando-me à Mensagem nº 102, de 16/9/2003, já em poder dessa egrégia Casa Legislativa, solicito a Vossa Excelência que ela seja apreciada em caráter de urgência, por tratar-se de matéria que visa a consolidação da legislação tributária de Minas Gerais, na parte relativa às taxas.

Atenciosamente,

Clésio Soares Andrade, Governador do Estado de Minas Gerais em exercício."

- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.078/2003.

* - Publicado de acordo com o texto original. A Mensagem nº 102, a que se refere o texto, foi recebida nesta Casa como Mensagem nº 104/2003.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

74ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 16/9/2003

A Deputada Lúcia Pacífico - Sr. Presidente, colegas Deputadas e Deputados, assumo hoje esta tribuna para registrar a comemoração de duas datas da maior importância para o cidadão consumidor: os 13 anos do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, que foi comemorado no dia 11/9/2003; e os 20 anos do Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais, por coincidência, no dia 13/9/2003. Essa entidade, da qual sou uma das fundadoras, foi criada em 1983.

Ao longo dessa trajetória de atuação, o Movimento conquistou credibilidade e respeito por suas ações efetivas na proteção e defesa do direitos do consumidor. Somos referência em todo o País e escrevemos a nossa história de lutas com as marcas da coragem, autonomia, transparência e democracia, sobretudo do compromisso com os ideais de promoção de relações de consumo mais justas, tendo sempre em vista o bem coletivo.

O MDC-MG participou ativamente da discussão, elaboração e aprovação da Lei nº 8.078, de 11/9/90, que criou o Código de Proteção e Defesa do Consumidor. As donas de casa e associados do Movimento levantaram, em Minas Gerais, a bandeira da coleta de assinaturas, a qual se estendeu por diversas capitais. Levamos aos constituintes 390 mil assinaturas, para legitimar a maior emenda popular que possibilitou a inclusão do tema "A Proteção e Defesa do Consumidor", na Constituição Federal.

O Código de Proteção e Defesa do Consumidor surge, então, em 1990, como forte aliado ao amadurecimento das relações de consumo no Brasil. Ao longo de sua trajetória, o Movimento vem acompanhando, com muita atenção, a situação política e econômica do País e seu reflexo no cotidiano dos consumidores. As donas de casa vêm intervindo, sempre que necessário, para o equilíbrio e a harmonia das relações fabricante-fornecedor-consumidor final.

Nossa entidade ocupa atualmente uma nova sede, na rua da Bahia, 1.148, 3º andar, e funciona, de modo voluntário, de segunda a sexta-feira, de 9 às 18 horas, com atendimento ao público, recebendo, pessoalmente ou por telefone, reclamações, denúncias e também sugestões.

A entidade oferece ainda aos seus associados e à população em geral um serviço gratuito de orientação jurídica, visando esclarecer dúvidas e solucionar conflitos em todas as áreas de consumo.

Oferecemos também à população o Programa de Prestadores de Serviços, cadastro de profissionais autônomos de diversas categorias, criado em 1985 para monitorar preços, gerar trabalho e dar garantia e segurança. É o cadastro das pessoas que irão às nossas casas fazer algum conserto ou reforma. Esse programa é inédito no País.

Damos ainda assistência jurídica, por intermédio de uma advogada da área trabalhista, à questão dos direitos e deveres de patroas e empregadas domésticas. Fazemos pesquisas semanalmente, denunciando a alta dos preços e a "maquiagem" dos produtos, exigimos preço e qualidade e, sobretudo, levamos à população informações sobre todas as campanhas empreendidas pela entidade.

Somos os grandes defensores do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, o qual procuramos divulgar, por meio de palestras e debates, de maneira a facilitar o entendimento de todos os segmentos da população. Temos um Grupo de teatro, formado pelas donas-de-casa, chamado "Trupe Tropel de Saia", por intermédio do qual levamos à população, de forma bem descontraída, situações do nosso dia-a-dia como consumidoras.

É de nossa autoria, como Deputada desta Casa, o Projeto de Lei nº 105/2003, que segue para sanção do Governador do Estado e que obriga a disponibilização nos estabelecimentos comerciais de um exemplar do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, o que certamente contribuirá para as consultas por consumidores, lojistas e prestadores de serviço.

Conforme dispõe o Código de Proteção e Defesa do Consumidor, no seu art. 81, entramos com ações civis públicas, por meio do movimento das donas-de-casa, usando dessa prerrogativa legal. Já temos um total de 71 ações civis coletivas, que atendem, de modo especial, ao interesse de toda a coletividade, numa demonstração clara e objetiva do exercício da cidadania.

Nos últimos anos, o Movimento das Donas-de-Casa e Consumidores de Minas Gerais ampliou-se significativamente, por intermédio da criação de entidades civis de defesa do consumidor em 22 municípios do interior. Nosso projeto de interiorização apenas se inicia e, para o próximo biênio, nosso planejamento inclui a criação de pólos regionais e entidades autônomas que possam cobrir, com sua atuação em defesa dos interesses do cidadão consumidor, toda a área do Estado de Minas Gerais.

Essa expansão gera compromissos, mas temos a mais profunda convicção da participação da sociedade civil na condução dos processos políticos e na construção, consolidação e exercício da cidadania plena.

Como Vereadora, conseguimos a sanção do Prefeito, e o dia 13 de setembro é hoje considerado o Dia Municipal da Dona-de-Casa. E, nesta Casa, também apresentamos projeto para que esse mesmo dia venha a ser reconhecido como Dia Estadual das Donas-de-casa. Obrigada.

O Deputado Dinis Pinheiro* - Se verificarmos a história, especialmente os séculos XVI, XVII, e XVIII, verificamos que o Estado é criação jurídico-política. Assim, o instrumento por meio do qual o Estado se manifesta é a Carta Magna. É a partir dela que sabemos o que foi autorizado a esse ente em qualquer de suas manifestações.

Chama nossa atenção, e é foco de nosso pronunciamento, o art. 2º da Constituição da República, ao dispor que as funções - chamadas de Poderes - caracterizam-se pela independência e harmonia.

Esse Estado atua pelas preponderâncias das funções legislativa, executiva e judiciária por meio de pessoas denominadas genericamente agentes públicos.

Todos os agentes públicos, pelo princípio republicano, devem buscar a finalidade pública e não a vontade individualizada. Isso porque a atuação se faz em nome do povo e de forma democrática, o que está registrado como princípio basilar da mesma Constituição.

Quanto ao Poder Legislativo, destacamos que, após longo e frutífero debate, que teve como condutor maior nosso Governador Aécio Neves,

chegou-se à aprovação da Emenda à Constituição nº 35, de 20/12/2001. Dela decorreu nova redação do art. 53, que preceitua: "Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos".

Essa inviolabilidade não quer dizer, nem poderia, impunidade. Mas, para fins de garantir a independência do exercício, não pode receber restrições de outros Poderes ou de órgãos.

Cabe tão-somente ao próprio Poder Legislativo verificar os limites. Se assim não fosse, não teríamos a conceituação do Poder.

O limite da atuação do agente político deve ser regulado pelo próprio Poder, não se perdendo de vista o direito de expressão do agente político, sob pena de coação da liberdade.

A Constituição do Estado bem como o Regimento desta Casa seguem as determinações da Carta da República.

Feitas essas considerações, podemos comentar, em defesa do Poder Legislativo, o episódio do Deputado Irani Barbosa, noticiado na imprensa.

Desnecessário é dizer que não saímos em defesa do Deputado. Não temos procuração para tanto nem ele precisa que assim atuemos, face a sua capacidade e experiência parlamentar.

O que é ponto central é a independência do Poder Legislativo ao apurar o fato e assegurar ao parlamentar a liberdade de opinião, palavra e voto.

Não devemos, para convivência harmoniosa dos Poderes, ficar à mercê ou sob pressão. Com o devido respeito, não é dado ao Ministério Público atuar senão nos limites das Constituições.

O instrumento de averiguação poderá ou não evidenciar a concretude do ato. Mas cabe tão-somente à comissão respectiva, dentro da legalidade, atuar.

A Comissão de Ética é formada por parlamentares que têm ciência da importância do seu desempenho, principalmente para o fortalecimento das instituições. O Ministério Público exerce função indispensável à sociedade e, por conseguinte, à democracia. Após 1988, alguns assinalam que se constituiu em Poder, mesmo não sendo formalmente declarado pela Constituição. Como expressão do organismo social exerce função pública, ou seja, atua em nome do outro, e não em nome próprio. Essa é a característica republicana do exercício da função.

O Estado, ente político e jurídico, está em constante movimento, ou seja, não é um todo acabado e pronto. Da interpretação das normas é que os limites se evidenciam. Aviventar os limites, especialmente em prol de convivência harmônica, é função de todos que acreditam nela.

Reafirmo o valor do Legislativo, que é Casa da mais alta ressonância democrática. Indispensável é a atuação do parlamentar na fiscalização, na denúncia e, por conseguinte, na liberdade de atuar. O momento exige cumprimento das normas constitucionais, dentro do espírito sistemático.

Até onde vai a liberdade da palavra, do voto e da opinião?

Onde começa e onde termina o decoro parlamentar? Sem dúvida, em uma Casa plural, em uma Casa democrática, em uma Casa de ressonância, de diferentes matizes, devemos observar a finalidade pública, que deve preponderar e legitimar todas as atuações. O Poder deverá atuar sempre de acordo com as normas estabelecidas pela Constituição. Não se pode então, "a priori", determinar a punição, especialmente a cassação de mandato parlamentar.

A Assembléia, coerente com os membros que a integram, ciente da função precípua que lhe é destinada, da qual não pode abrir mão, irá, com tranquilidade, isenção e postura democrática, cumprir sua função. Reafirmo que a independência se faz com gestos concretos. Não se pode, a qualquer título, cassar a liberdade de expressão. Deve, pois, imperar a harmonia. É o que esperamos e temos certeza de que irá acontecer nesta Casa do povo. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Bonifácio Mourão - Sr. Presidente, Srs. Deputados, abordarei a questão da Lei Robin Hood. Existe um projeto do Deputado Dinis Pinheiro, de 2003, que está pronto para ser votado em 1º turno.

Antes, queremos fazer ligeiras considerações sobre a reforma tributária que tramita no Congresso Nacional. Na verdade, não vemos profundidade nos propósitos dos Presidentes da República e do Congresso. A desvinculação das receitas da União, por exemplo, vem de Governos anteriores e continua em vigor. O mesmo ocorre com a CPMF, mecanismo que não existe em outro país do mundo. Procuraram torná-la permanente. A desoneração das exportações também não traz novidades, vem de Governos anteriores. Os Estados lutam para ser compensados nessas questões, especialmente Minas e São Paulo. Quanto à padronização do ICMS, espera-se que seja feita para não prejudicar o contribuinte. Há grande preocupação com isso, porque as alíquotas variam, alguns Estados cobram 12%, outros, 18%. O receio é de que sejam niveladas por cima.

Os critérios de rateio entre os municípios fazem-nos entrar no assunto central do nosso pronunciamento, que é a Lei Robin Hood. O projeto de reforma tributária desconstitucionaliza a fixação de percentual - hoje em 75%, no mínimo, pelo VAF e até 25% pelos critérios sociais - para rateio de ICMS entre os municípios.

Os critérios constarão de lei complementar. Essa lei certamente demorará, porque precisa esperar pelo término da votação da reforma tributária, que posteriormente será promulgada e publicada. Nem sequer sabemos se será votada este ano. A lei complementar teria de vir, no mínimo, em 2004 e, pelo princípio da anualidade, só vigorará no ano seguinte ao da sua publicação, ou seja, em 2005.

Terá tramitação demorada, pois tratará de temas relevantes, com muitas interferências políticas. A hipótese de ser uma grande Lei Robin Hood, em nível nacional, reduzindo espaço para a legislação estadual, não pode ser admitida. Não podemos aceitar que São Paulo, com seus problemas de trânsito, saneamento básico, saúde e educação e com privilegiado parque industrial, tenha a mesma legislação que Rondônia, Roraima, Acre ou outros Estados pobres do território nacional.

As enormes diferenças entre os Estados brasileiros não permitem tratamento generalizado nessa matéria. A lei complementar deverá fixar os

percentuais para o VAF e para a população, deixando margem, como hoje existe de 25%, para o legislador estadual. Será fruto de intenso trabalho da Confederação Nacional de Municípios - CNN -, com o objetivo de privilegiar o critério população no rateio, com índice próximo ao do VAF.

Conclusão: com certeza, o rateio entre os municípios mineiros, em 2004, obedecerá a nossa Lei Robin Hood. Promulgada em 1995, fez previsão de índices apenas até o ano 2000. Como era uma experiência, o Governador Eduardo Azeredo rateou 20,4% pelos critérios sociais, deixando 4,6% excedentes no VAF, como margem de segurança para possíveis correções de sua obra social, cujo texto previa sua reformulação em 1998. Não foi cumprido o dispositivo e não foi votada a nova lei, em 1998. Em 1999, um projeto chegou a ser aprovado em 2º turno, mas uma emenda o inviabilizou. Em 2000, já no término do ano legislativo, não havendo acordo político e diante da imperiosa necessidade de prever índices para 2001, foi aprovado um projeto que prorrogou os índices vigentes, sem ratear os 4,6%, e um acordo de Líderes estabeleceu que, no ano seguinte, o assunto seria resolvido. Em 2001, foi instituída a Comissão Especial da Lei Robin Hood, cujas conclusões não foram acatadas pela Casa. Em 2002, tramitou outro projeto, aprovado em 1º turno e arquivado ao final da legislatura. Há, agora, um projeto de lei do Deputado Dinis Pinheiro, pronto para votação em 1º turno, em Plenário.

Como reflexos dessa situação, desde 1999, 4,6% do rateio de ICMS entre os municípios vêm sendo feitos com base no índice econômico, e não em critérios sociais, beneficiando os municípios ricos. Em 2003, com rateio total superior a R\$2.300.000.000,00, os 4,6% representarão R\$106.000.000,00.

Conclusão: enquanto esta Casa não vota a matéria, na verdade está validando a permanência de 4,6% do rateio no critério econômico, quando poderia distribuí-los por critérios sociais. O projeto de lei do Deputado Dinis Pinheiro antecipa a destinação de percentual maior para a população, o que acontecerá após a reforma tributária. Para que não continuemos repassando, indevidamente, aos municípios ricos parcelas que não lhes cabem, precisamos mudar nossa Lei Robin Hood neste ano e votar o projeto do Deputado Dinis Pinheiro.

Em síntese, a modificação pretendida atenderá à grande maioria dos municípios mineiros que não têm relevante atividade econômica, bem como aos municípios onde o índice populacional é maior que o econômico, como Belo Horizonte, Juiz de Fora, Montes Claros, Governador Valadares, Ribeirão das Neves, Teófilo Ottoni, Muriaé, Conselheiro Lafaiete, Caratinga, Ibirité, Esmeraldas, Santa Luzia, Sabará, Coronel Fabriciano e tantos outros, incluídos todos os municípios da área mineira da SUDENE e a grande maioria dos situados no vale do rio Doce, excetuados alguns poucos do Vale do Aço.

O Deputado Dinis Pinheiro (em aparte)* - Parabéns o Deputado Bonifácio Mourão pelo histórico exemplar e a sabedoria com que descreveu a luta dos municípios pobres do Estado, visando à aprovação de uma lei mais justa, cristã e humana. Esse projeto já percorreu todas as comissões desta Casa, foi aperfeiçoado pelo debate e contribuições de inúmeros Deputados, entre eles o Deputado Ermano Batista, que apresentou um substitutivo.

Espero que esta Casa se sensibilize diante do apelo, dificuldades e carência de quase 15 milhões de mineiros, para que 740 cidades sejam beneficiadas. Parabéns, Deputado! Unidos, teremos a oportunidade de intensificar o debate e colocar o projeto em votação.

O Deputado Bonifácio Mourão - Parabéns, Deputado Dinis Pinheiro. O Deputado Ermano Batista é o autor do substitutivo. Já que não podemos participar da reforma tributária em âmbito nacional porque Deputados Federais não somos, pelo menos que façamos devagarinho a reforma estadual. Não vamos ficar de braços cruzados, deixando acontecer essas injustiças. Segundo o Deputado Dinis Pinheiro, cerca de 700 municípios mineiros, 80%, estão prejudicados. Vamos esperar a promulgação da reforma tributária no âmbito nacional, no mínimo no final do ano, a lei complementar, no mínimo em 2004, com vigor pelo princípio da anualidade, no mínimo, em 2005, e legislarmos na Lei Robin Hood, sendo que os 700 municípios têm prejuízos de mais de R\$100.000.000,00 por ano? É necessário despertarmos-nos para essa reflexão e pedir clamor unânime a pelo menos 80% dos Deputados que querem o desenvolvimento do Estado, para que se coloque em votação o projeto de lei do Deputado Dinis Pinheiro, com substitutivo do Deputado Ermano Batista.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Ana Maria Resende - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia, quem só olha para baixo nunca enxergará as estrelas. Venderam para todo o Brasil a falta de perspectiva da nossa região, castigada pelo clima inclemente. Mas se esqueceram de contar que, em nosso território, o Senhor Deus abrigou dos bens o mais precioso: as águas mágicas do rio São Francisco e afluentes.

Esse "marketing" às avessas fez com que introjetássemos essa imagem que, por muito tempo, impediu-nos de enxergar as estrelas. Mas hoje temos várias vitórias para comemorar. Comemoramos o fato de que, em breve, a região do Alto do Rio Pardo e a da AMESF experimentarão a alegria do progresso, da expressiva safra de grãos, frutos e sementes e a alegria da disponibilidade do emprego. Isso porque a barragem de Berizal, enfim, será desencantada. O recurso para licitação do estudo acerca do impacto ambiental, documento necessário para que a obra garanta benefícios aos envolvidos, será, em breve, disponibilizado pelo Ministro Ciro Gomes. E ontem, em audiência pública em Pirapora, tivemos a alma renovada por diversas e importantes participações e contribuições.

O Governo do Estado pôs a ação de suas Secretarias, como a do Desenvolvimento Econômico, a da Reforma Agrária, a Secretaria para o Desenvolvimento dos vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas, a do Meio Ambiente, à disposição desse projeto. Para a COODEVASF, esse é o melhor projeto brasileiro, tendo em vista o ganho social e humano, o diminuto impacto ambiental e a resposta econômica. Garantimos o dinheiro para viabilizar parte dela. O Presidente da República garante que nenhum projeto iniciado será detido.

Precisamos contar com os que acreditam e trabalham pelo crescimento do ser humano, para que a partir desses "starts" outros mais se desencadeiem. A força dos fracos é o abraço dos que acreditam no valor da amizade.

A Deus quero creditar a alegria e a renovada esperança por dias melhores. A implantação dessas duas obras trará desenvolvimento para o povo do Norte de Minas. Aos Deputados que estiveram conosco em Pirapora, Wanderley Ávila, Carlos Pimenta, Fábio Avelar, Doutor Ronaldo e o Deputado Federal Athos Avelino; aos Secretários de Estado Elbe Brandão, Marcelo Gonçalves, Wilson Brumer e José Carlos Carvalho; ao Sr. Anderson de Vasconcelos Chaves, Superintendente da COODEVASF, e ao Sr. Clementino Coelho, Diretor da COODEVASF, peço que guardem isso em seus corações: a sua ação fará com que esse povo olhe para o céu e nele encontre as estrelas. Aos funcionários da TV Assembléia nosso enorme carinho pela participação e ajuda.

Finalizando, lembro a lenda indígena que nos explica a existência do rio São Francisco. Segundo a lenda, ele surgiu das lágrimas de saudade da índia Iati, pela ausência do guerreiro amado que partira para a guerra. Com a execução das barragens que possibilitarão os projetos Berizal e Jequitai, as lágrimas da índia Iati continuarão a povoar a nossa imaginação, mas molharão o solo ressequido de nosso cerrado, que dele farão brotar o resgate social e a redução das desigualdades regionais. Enfim, as lágrimas da índia Iati resgatarão a vitória que o nosso povo da região do Norte de Minas tanto precisa.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Deputada, faça coro com V. Exa. por seu belo discurso. Na verdade, é mais uma prestação de contas do seu trabalho parlamentar em prol da nossa região.

O dia 15 de setembro ficará marcado para a região do médio São Francisco. Devido à sua proposta e à presença de tantas autoridades citadas por V. Exa., essa data é importantíssima, pois significa, efetivamente, o início de um processo de desenvolvimento para essa região.

Ontem, esta Casa realizou audiência pública para a construção da barragem hidrelétrica do rio Jequitaiá. Como foi dito, um sonho de muitos anos. Há mais de 20 anos essa barragem tem a sua concepção e os seus projetos arquitetônicos prontos e elaborados. Para a CODEVASF, a barragem significa projeto extremamente viável e importante, que possui várias funções, tais como regular as águas do rio São Francisco. O grande processo de revitalização do Velho Chico está na coordenação e na responsabilidade do Vice-Presidente José Alencar, mineiro do Norte de Minas, que tem a função de gerar renda e emprego.

Serão mais de 70 mil empregos o que essa barragem irá proporcionar quando estiver pronta, irrigando quase 40.000ha, e terá também a função social de geração de energia para toda a região. É uma barragem de baixo custo - muito mais barata que as barragens construídas pela CODEVASF nos Estados da Bahia e de Pernambuco - que poderá ser iniciada no ano que vem, inclusive com dotação orçamentária para tal. Quero parabenizá-la, Deputada, assim como ao companheiro Anderson Chaves, Superintendente da CODEVASF em Minas, que está colocando esse projeto como prioridade do seu trabalho à frente daquele órgão. Saí extremamente satisfeito de Pirapora ontem, retornando a Belo Horizonte confiante em que, efetivamente, a construção da barragem de Jequitaiá terá início no ano que vem, com um prazo recorde de construção em quatro anos. Terá duração de dez anos a implantação dos projetos de irrigação. Esse prazo poderá ser antecipado com o ingresso da iniciativa privada. Já estamos marcando uma nova audiência em Belo Horizonte, com a presença do Presidente da CEMIG, Djalma de Moraes, o Presidente da COPASA e a iniciativa privada. Se a CEMIG interessar-se pelo projeto, que é de interesse do Governo de Minas, que fez dele uma prioridade, se houver a participação da COPASA, como houve em Irapé, com a liderança de pessoas como a senhora, que tem feito um trabalho fantástico, tenho certeza de que o grande sonho de tantos anos da construção da Barragem de Jequitaiá poderá se tornar realidade, beneficiando os Municípios de Jequitaiá, Francisco Dumont, Engenheiro Navarro, todos os municípios do médio São Francisco, além da nossa Montes Claros, que tem interesse no desenvolvimento econômico da região como um todo.

Quero agradecer à Mesa, na pessoa do Presidente aqui representado pelo Deputado Rêmoló Aloise, pela oportunidade que nos proporcionou de realizarmos essa audiência pública. Quero apresentar minhas congratulações de maneira especial ao trabalho eficaz, objetivo e prático feito pela senhora para que fosse realizada essa audiência pública em Pirapora ontem, dia 15. Espero que possamos realizar as próximas audiências e ver o início efetivo dessa obra. Parabéns, Ana Maria.

A Deputada Ana Maria - Muito obrigada, Deputado Carlos Pimenta. Sei que V. Exa. tem um carinho tão grande quanto o meu pela nossa região. Estamos juntos em todos os empreendimentos e, com certeza, ao fim dos quatro anos do Governo Aécio Neves, vamos ver nosso Norte de Minas e o nosso Jequitinhonha recuperados, com um novo visual, com uma nova alma. Que Deus nos abençoe e principalmente a esse povo que acredita em nós e que confia em nosso trabalho. Com certeza, daremos as respostas a todos os anseios dessa gente tão querida. Muito obrigada.

O Deputado Alberto Pinto Coelho* - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que me traz a esta tribuna é o imperativo de ter de esclarecer, de vez, os vetos do Governador do Estado às propostas que abarcaram a chamada reforma administrativa.

Em primeiro lugar, é importante dizer - e aqui gostaria de contar com a atenção do Deputado Rogério Correia, Líder da Oposição, para, com toda certeza, ratificar a nossa afirmativa - que os vetos às propostas da reforma administrativa, todos eles, não foram objeto dos entendimentos levados a curso e dos acordos firmados neste parlamento entre as bancadas de Situação e de Oposição.

O resultado do trabalho e do diálogo permanente que existiu, por ocasião das negociações relacionadas às propostas que compunham a reforma administrativa, foi, com certeza, exitoso e permitiu que todas as propostas fossem apreciadas por este Plenário de forma consensual.

Quero esclarecer a posição de cada um dos senhores parlamentares, principalmente dos parlamentares da base de apoio ao Governo. A questão suscitada com relação aos ocupantes de função pública foi motivada pela sensibilidade do Deputado Ermanno Batista, que solicitou à Liderança do Governo que fosse colocada na proposta de forma destacada e que pudéssemos levar a termo, em momento posterior, junto ao Governo, o exame dessa matéria na sua profundidade, em todas as suas latitudes, para que soubéssemos se seria possível ou não acolher os ocupantes de função pública em relação ao apostilamento.

Essa matéria está para ser apreciada por este Plenário. Volto a chamar a atenção para o fato de em nenhum momento ter sido essa questão suscitada ou levantada pelos parlamentares da Oposição. Já nomeiei o parlamentar da base do Governo que solicitou, de maneira expressa, que essa questão viesse ao exame do Governo do Estado e deste parlamento na profundidade devida.

Estamos diante de um quadro em que este Plenário irá decidir soberanamente. Posteriormente ao veto, tivemos, quando da elaboração do parecer na comissão de mérito, o acolhimento do Governo, com a presença do ilustre Secretário, o Prof. Anastasia, que fez uma exposição pormenorizada e didática com seu profundo conhecimento da matéria, oriundo de sua formação acadêmica, mostrando que não depende do Governo a solução dessa questão.

Ao contrário, trata-se de matéria transitada em julgado. Portanto, o Poder Judiciário, a quem caberia - e coube -, em última instância, se pronunciar sobre a questão, mostrou que infelizmente não pode ter acolhimento, porque é eivada do princípio da inconstitucionalidade.

Portanto, é importante que fique claro para todos que essa matéria não depende da boa-vontade, do interesse ou da sensibilidade do Governo ou de quem quer que seja. Mas sim, antes de tudo, é uma decisão do Poder Judiciário sobre a qual não cabe fazer nenhum tipo de arguição, principalmente porque se trata de uma matéria, como disse anteriormente, transitada em julgado.

A questão relativa ao apostilamento também foi objeto, por parte dos parlamentares da base de Governo, de inúmeras tentativas, das quais participaram ainda os Deputados da Oposição, para chegarmos a um ponto consensual. Como resultado desse trabalho, fixamos uma data final para acolher os apostilamentos, inicialmente proposta pelo Governo para o dia 31/12/2003, e, posteriormente, estendida para 29/2/2004. Desse modo, não cometeremos injustiça com as Diretoras das escolas que tiveram sua eleição promulgada em determinado ano e sua nomeação exarada no "Minas Gerais" em janeiro ou fevereiro do ano seguinte. Ou seja, desde dezembro do ano anterior, estavam eleitas e no exercício da direção das escolas.

Também houve acolhimento por parte do Governo para que, por princípio de tratamento isonômico, o entendimento fosse amplo, universal, estendendo-se essa data de modo a acolher todas as categorias do funcionalismo público.

Por iniciativa de parlamentar da base de Governo, Deputado Antônio Andrade, hoje 1º-Secretário, foi apresentada emenda fixando o tempo definido para o apostilamento proporcional para o último dia do exercício correspondente à função, de modo a se fazer justiça em toda a sua plenitude.

Houve também acolhimento por parte do Governo em relação às gestões da Oposição.

Portanto, será assegurado o direito ao apostilamento a todo funcionário que estiver no exercício de função até o dia 29 de fevereiro. Trata-se de avanço significativo para fazermos justiça àqueles que estiveram no exercício de função e para passarmos a um novo tempo, com a substituição do apostilamento e das gratificações pelo exercício da promoção advinda do mérito e da evolução de cada um dos funcionários públicos.

Por último, gostaria de poder contar com a atenção de todos os parlamentares da Oposição, por questão de coerência em relação ao que acordamos e votamos consensualmente, para que possamos colocar, em toda a sua extensão, a tentativa de fazer acordo em relação aos planos de carreira.

Numa linha de entendimento, houve também acolhimento do Governo à emenda apresentada pelos parlamentares da Oposição, que gostariam de ver assegurado - aliás, como dispositivo constitucional - o prazo definido para o envio a este parlamento dos diversos planos de carreira. Hoje, trata-se de realidade esse dispositivo constitucional, assegurando a obrigatoriedade do Governo - e, antes de obrigatoriedade, compromisso público, agora exarado no texto constitucional - de que os planos de carreira estarão neste parlamento até o dia 31/12/2003.

Quando estávamos no término dos entendimentos, houve da nossa parte, com a concordância do Governo, compromisso de que buscaremos o encaminhamento a esta Casa, até o final do mês de setembro, do plano de carreira do magistério.

Entretanto, cabe aqui um esclarecimento fundamental, do qual, certamente, os parlamentares da Oposição, por seus compromissos com o funcionalismo e suas ligações, têm conhecimento: houve tentativas, anterior ao trâmite da reforma administrativa na Casa, com os representantes dos sindicalistas, que solicitaram ao Governo que começasse todo o trabalho dos planos de carreira por meio das diretrizes. Assim foi feito e, de lá para cá, Deputado Rogério Correia, se os planos ainda não vieram para esta Casa, isso se deve ao fato de terem ocorrido reuniões pró-ativas, produtivas e eficazes, entre os representantes do Governo e os das diversas categorias. Tenho um quadro, que passarei depois ao Líder da Oposição, e que retrata, em detalhes, todos os entendimentos feitos, com o propósito de avançar, o máximo possível, nessa questão tão importante. Temos aqui retratado que, depois da reforma administrativa, ocorreram seis reuniões, que somaram cerca de 26 horas de trabalho, entre os líderes sindicais e os representantes do Governo.

Graças à sensibilidade deste Governo, tivemos avanços significativos e, se as propostas não chegarem aqui até o final deste mês, chegarão dentro dos prazos definidos, com planos mais avançados e condições reais para buscarmos, efetivamente, a solução consensual. Quando vierem, serão agora, essas propostas estarão mais próximas do objetivo de todos: estabelecer um plano de carreira para os vários segmentos do funcionalismo público.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Deputado Alberto Pinto Coelho, como nosso tempo é curto, não farei um balanço desse processo de negociação, embora tenhamos uma visão crítica do projeto, em sua forma inicial. Concordamos que houve, durante o processo de discussão, avanços reais dentro das propostas iniciais do Governo, e o principal foi exatamente a garantia da existência dos planos de carreira. Por isso, temos pressa em cobrar e vontade de que tudo se realize, pois, sem o plano de carreira, toda a negociação perder-se-ia.

Esperamos, com ansiedade, que os planos de carreira venham. Nossa expectativa era a de que o plano da área de educação viesse em agosto, no mais tardar, em setembro, mas, se está havendo, junto ao sindicato, uma negociação que possa aperfeiçoá-lo mais, teremos paciência. O que não queremos é que esse plano deixe de se tornar uma realidade, ainda este ano, para que possamos iniciar sua implementação, no conjunto das categorias, no ano que vem.

Mas, com relação aos acordos feitos e à reforma propriamente dita, alguns vetos ficaram para ser discutidos. Como, provavelmente, entraremos no processo de votação deles hoje, segundo um acordo com o Presidente, faremos a votação desse veto, se possível, amanhã à tarde, para que todos os servidores e Deputados tenham uma data para a votação. Sendo assim, Deputado, pediria que V. Exa. fizesse ainda um esforço para conseguir um acordo com o Governo relativamente a dois vetos. Um deles refere-se às Diretoras das escolas, que solicitam que esse período delas, por haver eleição de três em três anos, seja contabilizado e, assim, tenham a totalidade do apostilamento no período de seis anos, para esse caso específico de eleição de Diretora. O outro diz respeito à função pública.

Os servidores trouxeram-nos uma decisão do Poder Judiciário, em primeira instância, em que uma funcionária pública do IEF conseguiu suspender uma liminar que tirava o direito de anulação da vantagem recebida como apostilamento. A partir daí, voltou a recebê-la, mesmo não exercendo a função. Essa decisão, emitida em 9/9/2003, em primeira instância, pelo Poder Judiciário, de certa forma demonstra que os servidores de função pública têm razão em pleitear os mesmos direitos dos servidores públicos estáveis, já que nós mesmos aprovamos a sua efetivação.

Esse caso é novo. Gostaria que V. Exa. e o Prof. Anastasia, que conhece a fundo a questão, levassem-no em consideração, tentando um acordo entre o Governo e a Oposição, para derrubarmos o veto do Governador Aécio Neves.

O Deputado Alberto Pinto Coelho* - Agradeço a contribuição do Deputado Rogério Correia. Quanto a esses dois pontos expostos pelo Líder da Oposição, por um princípio de isonomia, que é preocupação de todos, fundamentalmente dos parlamentares da Oposição, não podemos buscar um tratamento diferenciado para nenhuma categoria dos servidores. Encontra-se nesta Casa um projeto de iniciativa dos demais Poderes, que versa sobre apostilamento, solicitando um tratamento diferenciado em relação aos servidores do Executivo. Não podemos estabelecer no serviço público categorias diferentes para a mesma visão de apostilamento. Se abrirmos uma exceção, o que faremos com relação a essas propostas que solicitam um tratamento privilegiado no que diz respeito ao que, em consenso, votamos nesta Casa?

Por outro lado, a questão relativa ao Poder Judiciário, em boa hora, reforça o que expomos. Caso o Executivo se sinta à vontade para decidir e acolher a questão, do ponto de vista social e também do reconhecimento pelo trabalho dos servidores de função pública, com certeza, esbarrará na limitação imposta pelo Poder Judiciário. Caso o caminho para a solução da questão seja a via judiciária, esse será o caminho natural para os funcionários que entendam estar prejudicados, podendo recorrer à justiça, que, em última instância, deliberará sobre a matéria.

Com muita satisfação, passo ao Líder da Oposição o relatório das tratativas relacionadas aos planos de carreira, solicitando-lhe que dê conhecimento de seu teor a todos os membros da bancada da Oposição. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Célio Moreira - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhoras e senhores, fatos recentes envolvendo a Comissão Especial do Metrô e o Ministério das Cidades forçam-me a desacreditar na tão propalada seriedade do Governo.

Logo que essa Comissão foi instituída, solicitamos uma audiência com o Ministro Olívio Dutra. Parece-me que os Deputados dessa Comissão são ignorados pelo Ministério das Cidades.

Com relação às obras do nosso metrô, há duas semanas essa comissão se esforça para levar seu justo clamor a Brasília. Porém, temos

esbarrado em seguidas negativas do Ministério das Cidades, que não nos recebe. Hoje, às 11 horas, deveríamos nos reunir com o Ministro Olívio Dutra, quando contaríamos também com a presença dos Senadores Aelton Freitas, Hélio Costa e Eduardo Azeredo, além dos Deputados Federais majoritários em Belo Horizonte, principalmente os da 36ª Zonal do Barreiro. No entanto, fomos surpreendidos pela informação de que a reunião havia sido cancelada. É lamentável que a voz deste Estado continue sendo ignorada, apesar de sua grandeza e representatividade política e econômica. Aparentemente, o Ministério das Cidades deseja que este Estado continue omissivo, como esteve até hoje, com relação ao destino do metrô. No momento em que os políticos do Estado resolvem participar das decisões, cobrar verbas urgentes e necessárias para dar prosseguimento às obras, o Governo, aqui representado pelo Ministério das Cidades, não encontra espaço em sua agenda para tratar do assunto.

Nossa primeira frustração ocorreu quando constatamos que a previsão orçamentária para a linha Barreiro-Calafate é zero. Esse era um dos assuntos constantes da pauta da reunião que não aconteceu. Outro assunto de igual urgência diz respeito à liberação de R\$8.500.000,00 para compra de equipamentos de sinalização. Por falta deles aconteceu grave acidente na linha 1, trecho São Gabriel-Vilarinho, que impede hoje a total entrada em operação desse ramal. Na reunião, buscaríamos apoio junto do Ministério, visando à alocação de recursos para a linha Barreiro-Calafate, que corre o risco de ser sucateada, porque as obras foram paralisadas e não há dotação nem para pagamento dos vigias. O risco de invasão das áreas desapropriadas é iminente.

Recentemente, em Pouso alegre, o Presidente Lula prometeu priorizar o metrô de Belo Horizonte, mas a promessa não foi introduzida no orçamento. Ademais, a Secretária-Executiva do Ministério, Sra. Hermínia Maricato, prometeu-nos dotação orçamentária bem acima do que foi realmente destinado ao metrô desta Capital. Estão brincando com essa comissão, tratando com desprezo esta Capital, que teve peso considerável na eleição do Presidente Lula. Todavia, nossa luta não vai ser detida. Precisamos mostrar ao Ministério das Cidades que parar o metrô, na situação em que se encontra, será um grande equívoco, pois resultará em desperdício do dinheiro público. Há 22 anos, anunciam o metrô. A faixa de domínio corre o risco de ser novamente invadida, e o dinheiro aprovado no orçamento não é liberado.

Na semana passada, disse aqui que dos R\$35.300.000,00 aprovados no orçamento para 2003 apenas R\$235.000,00 foram liberados para nosso metrô. Duzentos mil reais é o valor de uma escultura que o Prefeito de Belo Horizonte colocou em um jardim, na Pampulha.

Estão brincando com o metrô de Belo Horizonte. Parar com as obras, mais uma vez, é jogar dinheiro público no lixo, no ralo. A Comissão Especial do Metrô não vai, de maneira alguma, parar. Ligamos para os Senadores e para os Deputados Federais e estamos contando também com os Deputados Estaduais majoritários em Belo Horizonte e no Barreiro. Vamos nos unir para que o metrô de Belo Horizonte seja uma realidade.

O Deputado André Quintão - O Deputado Rogério Correia comunicou previamente a solicitação e o acordo, para que, amanhã, com a presença dos servidores, analisemos os vetos em pauta.

Recebemos dos próprios servidores decisão judicial que reforça nossa convicção, não somente do ponto de vista de interesse do servidor que, em última instância, é de Minas Gerais, do povo de Minas. Não podemos desvincular o servidor bem remunerado, motivado, com seus direitos garantidos e respeitados, da boa prestação do serviço público, pois ela depende de planos de carreira e de os direitos serem resguardados.

O Bloco PT-PCdoB tem sua posição firmada pela derrubada do veto. O Deputado que nos antecedeu reclamou do Governo Lula quanto ao metrô de Belo Horizonte. Parece que ele está na Presidência desde 1981, ano em que começaram as obras do metrô. O Deputado encabeça, com nosso apoio, comissão para que o metrô se torne uma realidade. É injustiça jogar a culpa no Governo Lula, pois ele pegou o País quebrado. Assumiu herança pesada, dívida social que atinge 52 milhões de brasileiros em situação de pobreza, dólar na casa dos R\$4,00, risco-país acima dos 2 mil pontos, inflação projetada para além de 40%. Foi este o Brasil herdado pelo Presidente Lula. Conseguiu, num período de grande tormenta, reduzir a perspectiva de inflação, projetada agora para menos de 15%.

Conseguiu, gradativamente, iniciar a redução das taxas de juros. Equilibrou, em patamares razoáveis, a cotação do dólar, que é fundamental para o bom desempenho da balança de importação e exportação. Além disso, reduziu o risco-país para menos de 700 pontos, valorizando os títulos brasileiros no exterior. No seu primeiro dia de mandato, tinham o valor de face de apenas 45% no mercado internacional. Hoje, esse valor chega a 85% ou 90%.

Tais medidas garantiram ao País a oportunidade da retomada do seu crescimento econômico. Mais que isso, o Governo Lula, como nunca tinha sido feito no Brasil, assumiu a dianteira das negociações entre os países em desenvolvimento e não só os Estados Unidos, mas também os demais países desenvolvidos. É preciso destacar, inclusive pela vocação de Minas em defesa dos interesses e da soberania nacional, o relevante papel cumprido pelo Brasil na última rodada de negociações da OMC. O Brasil liderou um grupo de 21 ou 22 países, rediscutindo, pressionando, resistindo à tentativa de uma negociação com os países ricos na qual o protecionismo e o privilégio imperam, nas regras para esses países. Como os países em desenvolvimento cumprem um papel secundário, suas economias internas são mutiladas, dizimadas, fragilizadas, o que os torna ainda mais dependentes do capital financeiro das grandes empresas transnacionais.

Cancún, como disse o Ministro Roberto Rodrigues, foi apenas mais uma estação nessas negociações. Outras virão, como a que será realizada no final do ano. Os países ricos endureceram, não abriram mão do protecionismo. Mas dessa vez as negociações foram diferentes, porque os países em desenvolvimento estavam sob a liderança da política internacional ditada pelo Governo Lula, inclusive com presenças importantes, como a da China e Índia.

É preciso destacar que a política internacional do Governo Federal agrega os países da América do Sul e da América Latina, a fim de enfrentar não apenas os Estados Unidos, mas também os países ricos, que nos tratam como se fôssemos quintais dos grupos econômicos, que manipulam os organismos internacionais para aumentarem ainda mais seus lucros exorbitantes nos países em desenvolvimento.

Portanto, nestes últimos dias, aconteceu um fato político internacional da mais alta relevância. Não houve desfecho: os países ricos não aceitaram as condições dos países em desenvolvimento, e estes, por sua vez, sob a liderança do Brasil, não fecharam nenhum acordo de subserviência ao interesse do capital financeiro internacional.

Outras rodadas virão. É importante que o povo brasileiro acompanhe essas negociações, porque elas têm a ver diretamente com o preço dos produtos comercializados no Brasil, com o nível de emprego e de exportação, com a economia interna, com o superávit e com a balança comercial. O povo deve estar coeso também para dar sustentação ao Presidente Lula, exatamente no momento em que ele se prepara para discutir assunto tão espinhoso como o acordo com o FMI. Com certeza, independentemente da renovação desse acordo, há uma questão já dita claramente pelo Presidente: "De maneira nenhuma iremos reeditar acordos como os do passado, que remetiam o povo brasileiro à lógica fiscalizatória, que não incluíam metas sociais e não determinavam a livre soberania nas ações internas e econômicas do nosso País". Estamos preparando novo diálogo internacional, como foi feito na OMC.

Essa renovação não é obrigatória. Somente a faremos se realmente for necessária ao projeto de retomada do crescimento, com justa distribuição de renda. Assim será também na rediscussão da Área de Livre Comércio das Américas, a ALCA. Felizmente, findou-se o tempo da subserviência do Brasil aos ditames internacionais.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Deputado André Quintão, concordo com a análise de V. Exa. quanto à política internacional brasileira. Trata-se de grande avanço já demonstrado neste pouco tempo de Governo Lula. Também é importante observarmos o papel do nosso País nos acordos de Cancún, feitos agora, em que, mesmo não conseguindo a vitória, o Brasil liderou o grupo de 22 nações em fase de desenvolvimento - portanto, não se submetem aos interesses do imperialismo americano e da Comunidade Européia. Isso demonstra que a nossa política internacional busca fortalecer o MERCOSUL e os laços com a América Latina. Tal fortalecimento reforça a possibilidade de melhoria das relações dos mercados nacional e internacional com os países desenvolvidos, garantindo independência e não-submissão.

Além do progresso na esfera internacional, O Governo Lula avança também nas relações com os Estados. Gostaria que V. Exa. abordasse esse aspecto. O Presidente conseguiu a aprovação, em 1º turno, da reforma da Previdência e está concluindo a reforma tributária na Câmara Federal, por meio de importantes negociações com os Governadores. Para isso, não utiliza a figura do rolo compressor, como fez o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso para ganhar mais um mandato na base da truculência. O Governo FHC não se interessou e não fez as reformas tributária e previdenciária - hoje, alega que o PT não deixou. Isso não é verdade, porque a bancada do nosso partido era numericamente pequena, se comparada com o número total de Deputados Federais. Portanto, não poderia representar empecilho. Na verdade, não havia vontade política de fazer a reforma tributária nem a previdenciária. Digo isso como resposta ao Deputado Bonifácio Mourão, que fez uma crítica, a meu ver pouco consistente, à reforma tributária que está sendo analisada no Congresso Nacional, com as propostas do próprio PSDB. O Governador Aécio Neves tentou derrubá-la, não conseguiu e voltou para Minas festejando vitória, como se fosse um dos articuladores dessa reforma. Se ele deseja comemorar o que é proposta do Governo Lula, que o faça, mas o Governo Lula negociou com os Governadores e Prefeitos alterações importantes nas duas reformas.

Além disso, o Governo Federal vem dando tratamento especial aos Estados e tem feito acordos com Minas, os quais têm sido elogiados pelo próprio Secretariado do Governo Aécio Neves, pelo tratamento especial que tem sido dado a nosso Estado. Quem dera Minas houvesse recebido um décimo desse tratamento no Governo FHC. Pelo contrário, o tratamento foi de completo boicote. Hoje, o Governo tem acordos nas áreas do Fome Zero, Primeiro Emprego, segurança pública, educação, saúde, etc. Os investimentos que Minas consegue são, em geral, fruto de acordos com a União. Mesmo isso não tem servido, e talvez o Governo Aécio Neves comece a ter uma postura de chorar ainda mais sobre os problemas, ao invés de resolvê-los, devido aos resultados da pesquisa. Não sei se o Deputado André Quintão observou, mas os resultados de uma pesquisa, publicada apenas em um pé de página do jornal "O Tempo", não apontam, entre os dez Governadores mais honestos do País, o nome de Aécio Neves. É injusto, pois não consta denúncia contra ele nessa área. Porém, mais injusta ainda é a classificação no quesito excelência administrativa e na avaliação de desempenho, na qual o Governador Aécio Neves aparece em 24º lugar entre os 26 classificados.

Creio que faltou melhor relacionamento com o funcionalismo público, maior afinidade real com a política de mudanças do Governo Federal, pois tentar impedir as mudanças tem levado o Governo mineiro a um desgaste. É necessário que o Governador retire o salto alto e comece a governar: o Governo tem sido muito tímido em ações. Choramingar era costume dos Deputados Federais antigamente: eles ficavam no Planalto, indo de ministério em ministério, tentando conseguir verba para sua base eleitoral. Hoje, o Governador age um pouco dessa forma, continua sendo um Deputado Federal buscando verba em Brasília. Fica mais em Brasília, ao invés de se preocupar com as questões administrativas locais.

A não ser anúncios de convênios com o Governo Federal, muitas questões não apresentam ação real do Governo, quer na área da segurança, quer na da saúde. Solicito ao Deputado Mauri Torres a instalação de comissão especial para acompanhar os problemas do IPSEMG, já que funcionários públicos ligam para os gabinetes cobrando-nos ações. O 24º lugar do Governo deveria servir como incentivo à reflexão sobre a necessidade de maiores ações do Governo Estadual, e não, como balde de água fria. Não basta pressionar o Governo de Lula e solicitar verbas. É preciso que a aplicação destas se dê a partir de melhor ação do Governo de Minas. O Governador, infelizmente, não toma consciência do que Lula faz para Minas. Digo "infelizmente" porque é o povo quem sofre com o desempenho dos Governos. Obrigado.

O Deputado André Quintão - A reforma tributária, criticada por alguns, renderá ao Estado quase R\$1.000.000.000,00 a mais por ano e resolverá o problema, sem chance de desculpa.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte) - Lula contribui para o Governo Estadual. Ao ver publicação no diário oficial, tenho certeza de que o Presidente faz bom trabalho para combater a fome. Se V. Exa. me permitir, lerei a amostragem. (- Lê:) "Em um país em que milhares morrem de fome, o Processo de Licitação nº 00140.000226/2003-67 irá recheiar as despensas do gabinete presidencial do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva. Na lista de 149 itens, constam 7.036kg de açúcar, 800 latas de castanha de caju, 900 caixas de chá, 6 mil barras de chocolate, 1.080 caixas de gelatina, 900 latas de leite condensado, 1.350 latas de leite em pó, 1.900 vidros de pimenta, 2.550 rolos de papel alumínio, 405 vidros de vinagre e 460 pacotes de sal grosso." Isso é para combater a fome. Detalhe: tudo deverá ser consumido nos últimos quatro meses do ano.

Deputado André Quintão, o povo, que não lê diário oficial, deveria ter conhecimento dessas orgias do Palácio do Planalto. Certamente V. Exa., como petista, ligará para o Presidente Lula e dirá: "Presidente, no Processo de Licitação nº 00140.000227/2003-10, V. Exa. adquirirá da PETROBRÁS dez bujões de gás de 2kg, 170 bujões de 13kg, 20 cilindros de 45kg e 45.000kg de gás a granel". Isso é o total de consumo, nos quatro meses, no Palácio do Planalto, no Gabinete do Presidente da República, de 48.130kg de gás. O total representa 3.072 bujões de 13kg, ou seja, um consumo de 740 bujões por mês e 24 bujões por dia. Se não for para esquentar, algo está para explodir no Palácio! Nem sei se o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sabe disso.

Há outra coisa inexplicável. O Processo de Licitação nº 0014.000143/2033 legalizará 450 taças de vinho, 150 taças de champanhe, 360 copos de cristais, 800 pratos, 300 colchas, 330 lençóis, 300 fronhas, 50 travesseiros, 66 cobertores, 15 roupões, 20 jogos de toalhas, 20 toalhas de banho e 120 colchões. Esse consumo, que é para quatro meses, está documentado. Lula consumia antes uma pinguinha e, agora, consome champanhe, vinho.

V. Exa. verá a nova decoração palaciana do Gabinete Presidencial. O Processo de Licitação nº 00140.000282/2003, permitirá que a Presidência da República - o Fernando Henrique deve ter consumido tudo - adquira os seguintes eletrodomésticos: dois fogões, duas cafeteiras, quatro fornos microondas, quatro geladeiras, oito ventiladores, seis aparelhos de ar condicionado, dois bebedouros, sete televisores, dois aparelhos de CD, três liquidificadores, uma sanduicheira e um frigobar. É melhor não falar nada!

Para completar, fiquei meio abobado. O Processo de Licitação nº 00140.000228/2003-56 matará a sede de muita gente no Palácio do Planalto. Na compra, constam 495 litros de suco de uva, 390 litros de suco de acerola, 390 litros de maracujá, 390 litros de suco de laranja, 390 litros de suco de tangerina e 390 litros de suco de manga. Como cada litro proporciona 35 copos de suco, os palacianos se afogarão em 99.225 copos de suco variados. E no Brasil ainda há gente que morre de sede! As licitações são para os próximos quatro meses.

A opinião pública, que não lê o diário oficial, não fica sabendo disso. Existe um contrato de licitação para adquirir 1.080kg de alho-poró, 3.560kg de batatas, 2.324kg de cebolas, 2.100 dúzias de ovos, 240 abacaxis, 1.540kg de bananas, 1.000kg de caquis, 1.640kg de ameixas. É o Programa Fome Zero. Quando pedimos as licitações já publicadas no diário oficial, ficamos boquiabertos com a qualidade do PT. Estão preocupados com as visitas do Presidente. Com o café adquirido em licitação, vai poder servir 321.750 xícaras de café. Cada cafezinho consome 7g de café, e ele mandou licitar 2.250kg. São 64.350 cafezinhos por mês.

Nobre Deputado do PT, partido do Presidente Lula, em quem eu votei, em quem o PDT votou e ofereceu, no último mês, seu programa eleitoral. O Brizola ofereceu nosso programa eleitoral para o partido de V. Exa., e o Lula falou durante uns 15 minutos no programa do PDT.

Disse o que dizia no passado e o que diz hoje. Para terminar, digo que não é qualquer um que tem vara de condão. É difícil governar. Não adianta criticarmos o Governo Estadual, o Presidente da República, a Câmara dos Deputados. V. Exa. sabe perfeitamente que é difícil. V. Exa. é afilhado de um dos maiores Prefeitos de Belo Horizonte, Patrus Ananias. V. Exa. acompanhou a trajetória de Patrus. Tive a oportunidade de ser Vereador durante dois anos sendo Patrus o Prefeito. Não há como administrar. No início do ano, Lula mandou reduzir os gastos de viagens de todos os Ministérios em 60%. Estamos no mês de setembro e já ultrapassamos a meta de R\$667.000.000,00 com viagens. Já estouraram os gastos com viagens que o Lula mandou reduzir em 60%. Não adianta fazermos de conta. Administrar este País e este Estado é difícil. Temos boa intenção. Mas, quando a opinião pública fica sabendo das licitações feitas pelo Governo Lula para o Palácio, vendo que sua ordem de reduzir gastos não está sendo cumprida, a situação fica complicada, mas ele não consegue olhar tudo. Já não temos que criticar, mas não podemos apenas votar de acordo, sem negociação. Se todo o mundo votar de acordo, cada um por si, no Palácio do Planalto, na Câmara dos Deputados, o País não vai andar, assim como a Assembléia.

Sou o primeiro suplente do PDT. Ninguém precisa me lembrar disso. Tenho mais votos do que mais de 30 Deputados desta Casa.

Mas se estivesse no partido de V. Exa., com certeza, estaria tranqüilo com o meu mandato e com muita gente para trás. Não estou falando isso porque sou suplente, mas porque tive a satisfação de votar, nos últimos seis meses, em toda a reforma administrativa do Governador Aécio Neves, de acordo com o PT. No entanto, o Governador quis me deixar nesta Casa e ver o Deputado Alencar da Silveira Jr. continuar como Deputado Estadual e levou o Deputado Marcelo Gonçalves para a Secretaria Extraordinária para Assuntos de Reforma Agrária, para me deixar na Casa. Temos votado igual. Volto a repetir que a única que pode falar, porque votou diferente na reforma feita pelo Governador Aécio Neves, é a Deputada Jô Moraes. O meu voto foi igual ao de V. Exa.

Sou da base de Governo, mas tenho muitas divergências. Então, seria o Deputado Alencar da Silveira Jr. que teria que acompanhar o voto do Governador Aécio Neves? Não acompanhei; com tranqüilidade acompanhei o voto do Deputado Rogério Correia. Sempre que a matéria era colocada em votação pelo Presidente, o Deputado Rogério Correia levantava e o Deputado Alencar da Silveira Jr., como bom seguidor do Líder e da Bancada do PT, também levantava.

Podem ter certeza de que estamos votando junto com o PT nos últimos seis meses. E agora V. Exa. vem dizer que não vai haver mais acordo. Como vou continuar votando com V. Exa. e com o PT? V. Exa. já pensou se fosse Aécio Neves Presidente da República e Rogério Correia oposição? O que Rogério Correia iria fazer com essa publicação que saiu no jornal, por exemplo, sobre os gastos com viagem? Iria ficar duas horas falando. Não adianta criticar. Governar é difícil. Lula está vendo que não há jeito de agradar a todo o mundo.

Temos que fazer um Brasil melhor sim, mas temos que amenizar o sofrimento. Não basta dizer que está errado ou que não vai fazer nem acontecer. Temos que chegar a um acordo para que não se prejudique ninguém. Ou, se for prejudicar, que se prejudique a minoria, porque a grande parcela do funcionalismo público não pode sair perdendo. Se os seus companheiros que acreditaram perderam, podem saber que todos estão dando um pouco. Antes perder os anéis que os dedos.

V. Exa. tem que entender que se fosse o contrário - e tive oportunidade de acompanhar -, por exemplo, quando cheguei à Câmara Municipal havia uma bancada de oito Vereadores do PT, vieram as eleições e ficaram seis Vereadores - os dois lados. Vi Patrus Ananias Vereador e Patrus Ananias Prefeito. Acho que todos tinham que começar como V. Exa., numa Câmara de Vereadores. Para se chegar à Presidência da República, seria preciso passar por uma Prefeitura. V. Exa. sabe como é e como foi difícil administrar a Prefeitura de Belo Horizonte na companhia de seu padrinho, Patrus Ananias, meu particular amigo a quem considero muito. Muito obrigado.

O Deputado André Quintão* - Só corrigindo, o Deputado Federal Patrus Ananias é padrinho da minha filha Beatriz e não meu.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte) - Mas politicamente o Deputado Patrus Ananias é padrinho de V. Exa., que, se quiser, poderá dizer que sou um afilhado muito correto. Sou grato e reconheço que quando cheguei a esta Casa foi com a ajuda do Deputado Federal Heslander, porque só tinha votos em Belo Horizonte. Os meus votos do interior foram dados a pedido do Deputado Federal Paulo Heslander, a quem sou muito grato e a quem respeito muito.

V. Exa. tem de lembrar o seguinte: o então Vereador André Quintão tinha votos apenas em Belo Horizonte. O Patrus Ananias é padrinho da sua filha, mas, politicamente, é seu padrinho, e V. Exa. reconhece isso.

O Deputado André Quintão - Gostaria de agradecer ao Deputado Alencar da Silveira Jr., ao qual concedi aparte de 15 minutos. Sendo muito generoso, quando V. Exa. estiver nesta tribuna, terei a mesma reciprocidade.

Estávamos discutindo tema de muita importância - a rodada de negociações da OMC, a possibilidade ou não de acordo com o FMI, a integração ou não do Brasil na ALCA, os investimentos do Governo Lula em Minas Gerais. Como o Deputado Rogério Correia bem lembrou, a reforma tributária, que alguns tentam atacar, renderá 1 bilhão para Minas Gerais, de modo a resolver a situação do nosso Estado.

Na última semana, na Bahia, o Presidente Lula disse que a reforma previdenciária é dos Governadores, sendo por ele encampada por saber da sua importância para o País.

V. Exa. preocupa-se muito com os destinos de Minas Gerais. E, em nosso Estado, o Governo Lula está realizando investimentos. Recentemente, foram investidos 6 milhões no vale do Jequitinhonha para combater o analfabetismo e a desnutrição. O Fome Zero está atendendo a 288 mil famílias, 88 mil apenas em Minas. As pessoas que têm R\$50,00 para comprar comida para as suas crianças devem ter outra avaliação desse Governo. As famílias que não têm ar-condicionado em suas casas, nem geladeira e comida farta, devem estar valorizando-o muito. Porém, V. Exa., com a inteligência brilhante que tem, faz sofisma. Sabe que o Palácio é local não restrito apenas ao Presidente Lula; é local onde são recebidas todas as delegações, não somente pelo Presidente Lula, e onde há centenas de funcionários trabalhando, alimentando-se e morando. Além disso, V. Exa., bom conhecedor de administração pública, sabe que licitação não significa exatamente que aquilo será adquirido. V. Exa. tenta, por meio de palavras e dados, confundir a cabeça das pessoas. No entanto, V. Exa. pode ter certeza de que o cidadão mineiro está acompanhando o Governo Lula e sabe que a maioria das iniciativas do Governo do Estado é feita com recursos federais. Aliás, acho bom que assim seja. Não temos de fazer campeonato de aplicação de recursos, até porque, infelizmente, nos últimos anos, Minas Gerais sofreu de mal muito grande: falta de planejamento. Aqui, não farei disputa política menor com o Governador Aécio Neves, porque, de fato, ele também encontrou situação difícil. Então, é bom que o Governo Lula aporte recursos a Minas Gerais. Achei boa a ida do Ministro Ciro Gomes, semana passada, a Araçuaí, onde eu e a Deputada Maria José Hauelsen estávamos. Aliás, Deputado Alencar da Silveira Jr., lá foi inaugurado o Canal 20, da TV Assembléia, objeto de seu requerimento. Portanto, a cidade de Araçuaí e o vale do Jequitinhonha acompanham o nosso trabalho por meio da TV Assembléia. O Ministro Ciro Gomes escolheu entre as 13 mesorregiões do Brasil a dos vales do Mucuri e do Jequitinhonha para ser a primeira a receber investimentos para arranjos produtivos na área de gemas para jóias e artesanato.

Não foi à toa que o Presidente Lula fez com que a primeira subdelegacia de trabalho fosse inaugurada em Minas Gerais, na cidade de Araçuaí, e foi à BR-381, autorizar a continuidade das obras. Minas Gerais irá transformar-se em um canteiro de obras e políticas públicas com recursos federais, e isso é muito bom, já que Minas é um Estado política e economicamente muito importante. Entretanto, é o 11º em índice de desenvolvimento humano, e, por isso, 88 mil de suas famílias já foram incorporadas ao programa Fome Zero.

O Bloco PT-PCdoB não teve nenhum constrangimento em votar a reforma encaminhada pelo Governo Aécio Neves, até porque esta Assembléia entrou em um processo de negociação, por meio do qual buscamos transformar o primeiro estágio em primeiro emprego e garantir a estabilidade para os servidores, sendo que o projeto original possibilitava a demissão arbitrária, a avaliação sem critérios e o arbítrio político, principalmente no interior. Permitia ainda a contratação temporária nas áreas de educação e saúde, além de praticamente fechar o IPSEMG.

Com muito empenho e mobilização dos servidores e de seu sindicato, conseguimos juntos incluir emendas aprovadas. Agora, precisamos lutar para que Minas Gerais tenha um plano de carreira para seus servidores, pois é um absurdo não haver esse procedimento em áreas estratégicas como a da educação.

Deputado Alencar da Silveira Jr., queremos a companhia de V. Exa., amanhã, nesta Casa, para derrotarmos o veto; a mesma companhia que lhe fizemos na votação das emendas negociadas. Gostamos muito de V. Exa. a nosso lado e, por isso, conclamamos V. Exa. a caminhar junto conosco, até porque, no que se refere a seu partido, acredito que o Ministro Miro Teixeira esteja também tomando cafezinhos no Palácio do Planalto, porque integra o Governo e faz um bellissimo trabalho no Ministério das Comunicações.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte) - Deputado André Quintão, o partido de V. Exa. é muito transparente, não? Não precisa esconder nada.

O Deputado André Quintão* - Nunca escondeu.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte) - Nunca escondeu nada? Então, vou contar para V. Exa. bem baixinho, para que os telespectadores da TV Assembléia e os outros Deputados não possam ouvir: o PT é tão transparente que o Palácio do Planalto optou por uma atitude ditatorial: retirou do "site" do Governo os processos de licitação. O "site" do Governo não tem mais isso.

O PT é transparente, Deputado.

O Deputado André Quintão* - Os processos são públicos, Deputado. Tanto isso é verdade que V. Exa. está lendo. Tempos atrás, não havia sequer licitação.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte) - Vamos fazer uma aposta.

O Deputado André Quintão* - Esse negócio de jogo não é comigo, Deputado.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte) - Mas é uma apostinha boa. O jogo está em todo o Brasil, inclusive na Caixa Econômica Federal, que tem Mega Sena.

O Deputado André Quintão* - Jogo para mim só o do Galo, Deputado.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte) - Há a Mega Sena e esses outros jogos. E a CEF é comandada pelo Lula. Faço uma aposta com V. Exa., que descerá daí, para entrarmos no "site" e verificarmos se consta a licitação. Caso conste, assumirei que estou errado. Caso não conste, V. Exa. tem de falar que estou certo.

O Deputado André Quintão* - O debate é público. V. Exa. está expondo dados na tentativa de enganar o telespectador.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte) - Enganar como, Deputado?

O Deputado André Quintão* - V. Exa. sabe que o Palácio do Planalto faz essas compras para as recepções e para os servidores.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte) - Elas são para o Gabinete do Presidente da República e para o mesmo no Palácio do Planalto.

O Deputado André Quintão* - Imagine se formos contar o número de cafezinhos, de lanches e de maçãs oferecidos pela Assembléia Legislativa. O Brasil necessita de um outro debate.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte) - Se a Assembléia Legislativa está dando maçãs e biscoitos, é para V. Exa. Eu estou esperando.

O Deputado Dinis Pinheiro (em aparte)* - A partir de uma abordagem realizada pelo Deputado Rogério Correia, prestarei um esclarecimento. Acredito e tenho depositado grande confiança no Governo Lula. Entendo que esteja percorrendo o caminho correto e adequado, como está também o Governo Aécio Neves, ao enfrentar uma dificuldade histórica. Contando com o espírito conciliador do Presidente Lula, tem tido a habilidade para alocar para o Estado recursos importantíssimos para o equilíbrio, a retomada do crescimento e a execução de uma boa administração.

Aproveito o momento para discordar - tenho a certeza de que o Deputado Rogério Correia comunga com mesmo pensamento - dessa avaliação publicada pelo Instituto Brasmarket, que não tem credibilidade. Com qual metodologia, e critérios promoveram esse levantamento? Com muita sinceridade, não há nenhuma ironia nessa minha exposição. O Deputado Rogério Correia falou que o Governador Aécio Neves se encontra em 24º lugar. Não concordo, porque, indo a qualquer cidade do interior e conversando com a população de Belo Horizonte, verificaremos que a administração Aécio Neves está sendo muito bem avaliada pelo povo mineiro, assim como o Governo Lula, mesmo enfrentando todas as dificuldades.

Essa pesquisa, que não tem nenhuma credibilidade e não merece uma análise mais criteriosa, indica que o Governador Aécio Neves está em 24º lugar e demonstra que a avaliação da administração dos Prefeitos do PT nas Capitais é negativa, colocando nos sete últimos lugares as administrações desse partido. A administração do Fernando Pimentel está em último lugar, mas, a meu ver, desempenha uma boa administração em Belo Horizonte. A Marta Suplicy ficou em 20º lugar, mas deveria estar em último, porque administra o Estado que tem os maiores recursos do Brasil e não consegue nem quitar em dia os débitos da Prefeitura. Essa administração está carente de coordenação, de zelo e de austeridade. Tantas outras Prefeituras do PT, como a de Aracaju, de Belém e do Recife, estão nos últimos lugares, de acordo com a avaliação da Brasmarket.

Isso tudo vem referendar o nosso pensamento de que essa pesquisa não merece crédito e não deve ser considerada pelos mineiros e pelos brasileiros. Quando observamos que classifica o Governo Aécio Neves em 24º lugar e o de Fernando Pimentel em último lugar, verificamos que

não merece o crédito dos mineiros.

O Deputado André Quintão - Agradeço-lhe. Tenho convicção de que um Governo é avaliado, mormente agora, com o instituto da reeleição, depois do cumprimento de seu mandato, pelas pessoas mais importantes, que são os eleitores, cidadãos e cidadãs. As pesquisas, sejam de institutos renomados ou não, não valem como avaliação definitiva de Governo.

Infelizmente, o Deputado Alencar da Silveira Jr. quis desvirtuar o debate. É importante retomarmos o momento da afirmação do Brasil no cenário internacional. Não é pouco o Presidente Lula, a diplomacia, os negociadores brasileiros encabeçarem, liderarem um processo que tem a ver com a constituição de um grupo de 21 ou 22 países que, historicamente, estão enfrentando uma política econômica internacional perversa contra os países pobres e em desenvolvimento. Trata-se de fato novo, da maior importância para o povo brasileiro. Felizmente, a política brasileira está adquirindo contornos de civilidade e integração institucional. Cabe a nós, políticos de todos os partidos, rechaçarmos qualquer disputa menor que coloque em risco o interesse maior, que é o público, da população. Para tanto, é bom que ocorram parcerias entre os Governos Federal e Estaduais; que o pacto federativo seja valorizado; que os municípios sejam ouvidos; que haja um processo limpo de negociação no Congresso Nacional, pois o Governo acolheu emendas que possibilitam aos Estados conquistar mais recursos com a reforma tributária, que seja criado um fundo de desenvolvimento regional e que, com a ação parlamentar, regiões pobres de Minas Gerais sejam atendidas; que o Programa Fome Zero se estenda a centenas de municípios do Estado; que a BR-381 tenha suas obras de duplicação reiniciadas; que a Região Metropolitana de Belo Horizonte tenha recursos para acabar com essa novela, que se arrasta desde 1981, sobre o metrô; que recursos sejam carreados para a política de segurança pública mineira; que a campanha de combate ao analfabetismo seja vigorosa no Estado de Minas Gerais. Chegou o tempo das realizações, e estas têm dono: o povo brasileiro. Em última instância, as políticas públicas e sociais são realizadas com a contribuição sagrada do povo brasileiro, que, em nosso caso, atinge 36% do PIB. Do conjunto das riquezas produzidas neste País, 36% são carga tributária. O povo brasileiro é responsável pelo crescimento e pela produção dessas riquezas.

Felizes são nossas gerações, que podem compartilhar essa experiência única, histórica, de um Governo Nacional, democrático-popular, sem ufanismo, sem achar que é dono da verdade. A publicidade dos atos faz parte do ideário das pessoas que assumiram o Governo neste País. É bom que os eventuais erros sejam identificados. As críticas, não as laterais, com efeito de retórica para ludibriar o povo que acompanha os debates nesta Casa, mas as consistentes, que apontam para a redefinição de rumos de políticas públicas, são importantes para qualquer Governo, seja estadual ou federal. Esse é o papel que o Bloco PT-PCdoB, a Oposição, vem fazendo, qual seja o de negociar com serenidade, responsabilidade, reconhecendo avanços e identificando possibilidade de correção de rumos.

Foi assim que agimos no processo da reforma, e assim agiremos em relação ao PPA, à lei orçamentária e ao PMDI. Nos níveis municipal, estadual e federal, Oposição e Situação têm um objetivo comum: reconstruir o Brasil, colocando-o a serviço da população. Obrigado.

75ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 17/9/2003

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Sr. Presidente, Srs. Deputados, prezada assistência e telespectadores da TV Assembléia, os que se interessam verdadeiramente pelo problema da educação em nosso País - e entre eles nos incluímos - são unânimes em reconhecer que a Lei nº 9.394, de 1996, que definiu as diretrizes e bases da educação nacional, representou extraordinário avanço, inclusive, entre outros aspectos, ao contemplar a autonomia dos sistemas de ensino. Com efeito, o legislador ateu-se à necessidade de ampliar as fronteiras da educação e de otimizar o sistema como um todo, baseando-se no pressuposto da maturidade dos poderes públicos para fazê-lo.

Em razão dessa mesma maturidade, causou-nos espécie o pronunciamento feito nesta Casa pelo colega Deputado Ricardo Duarte, posicionando-se contra a instalação, autorizada pelo Executivo mineiro, do curso de Medicina, no "campus" universitário de Belo Horizonte, da Universidade Vale do Rio Verde - UNINCOR, de Três Corações. Acrescente-se que a ação do colega Deputado foi além ao apresentar à Casa o Projeto de Resolução nº 1.020/2003, que visa sustar os efeitos do Decreto nº 43.551, de 2003, o qual, por sua vez, havia autorizado o funcionamento do referido curso.

Não é nosso objetivo polemizar e longe estamos de defender interesses que não sejam aqueles legítimos para o povo mineiro. Entretanto, acreditamos que a fala do nobre colega merece, se não uma réplica, pelo menos alguns esclarecimentos, os quais justificam de sobejo a decisão do Governo mineiro, ao autorizar a instalação do curso de Medicina em pauta. Isso é o que nos propomos aqui fazer, contando com a atenção e tradicional preocupação desta Casa quanto aos temas educacionais.

Vejamos, portanto, em primeiro lugar, os fundamentos constitucionais e legais que amparam o decreto em questão:

A Constituição Federal, em seu art. 24, inciso IX, determina que cabe à União, aos Estados e aos municípios legislar sobre educação, cultura, ensino e desporto; já o art. 211 da Carta Magna define que a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios organizarão, em regime de colaboração, seus sistemas de ensino; a norma constitucional é suplementada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a qual confere tanto à União como aos Estados, expressamente, a atribuição de autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar os cursos das instituições de educação superior e estabelecimentos do seu sistema de ensino; trata-se de inequívoca competência concorrente, da qual o Estado não se exclui.

Já a Constituição do Estado, em seu art. 199, define que as universidades gozam de autonomia didático-científica e administrativa, incluída a gestão financeira e patrimonial, observado o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; o preceito deixa clara a legitimidade da UNINCOR, ao deliberar pela instalação do curso de Medicina em Belo Horizonte.

O art. 206 da mesma Constituição Estadual estabelece que compete ao Conselho Estadual de Educação - CEE-MG -, sem prejuízo de outras atribuições a ele conferidas por lei, e observadas as diretrizes da União, autorizar e supervisionar o funcionamento do ensino particular, avaliando-lhe a qualidade; o preceito constitucional é amplamente referendado pela Lei Delegada nº 31, de 1985, e pelo Decreto nº 35.503, de 1994.

O art. 82 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias define que a Universidade do Estado de Minas Gerais, a Universidade Estadual de Montes Claros e as fundações educacionais de ensino superior criadas ou autorizadas por lei estadual ou municipal, existentes na data da promulgação da Constituição do Estado, integram o sistema estadual de ensino; entre essas instituições, escusado dizer, inclui-se a UNINCOR.

Já o art. 241 da Constituição mineira define que as fundações educacionais estarão sujeitas, pedagogicamente, ao Conselho Estadual de Educação e, administrativamente, aos respectivos Conselhos de Curadores; ficam patentes, portanto, os papéis devidamente assumidos pela UNINCOR e pelo CEE-MG no ato ora questionado pela Oposição nesta Casa.

Voltando à Lei das Diretrizes e Bases da Educação, seu art. 3º determina que, no exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades as atribuições para criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior previstos na lei; será que

o curso de Medicina da UNINCOR, questionado desta tribuna, tem características que não se coadunam com a lei? A pergunta dispensa resposta.

Por fim, no âmbito do Conselho Estadual de Educação, a Resolução nº 432, de 1998, em seu art. 10, determina que o pedido de autorização de curso de graduação em Medicina, em Odontologia e em Psicologia, por parte de universidade, centro universitário ou instituição de ensino superior, será submetido à prévia manifestação do Conselho Nacional de Saúde; no caso específico, lembramos, o Conselho Nacional de Saúde foi ouvido e opinou favoravelmente.

Perdoem-nos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, se até agora nos estendemos tão minuciosamente sobre a legislação concernente à matéria. Mas o fizemos, evidentemente, como caminho para dirimir toda e qualquer dúvida sobre a constitucionalidade, legalidade e juridicidade da decisão do Executivo, ao autorizar a instalação do curso. A esta altura, aliás, ao formularmos mais algumas considerações a respeito, gostaríamos de lembrar que a emocional interveniência da Oposição nesse episódio nada acrescenta ao desenvolvimento do ensino em nosso Estado.

Em primeiro lugar, está cristalino o princípio da autonomia dos sistemas de ensino federal, estadual e municipal. Além disso, não resta dúvida sobre a autonomia universitária, tampouco sobre a vinculação da UNINCOR ao sistema estadual de ensino. Sua subordinação ao Conselho Estadual de Educação está evidente. Sobre as atribuições conferidas pela norma constitucional ao conselho - que hoje congrega cerca de 35 instituições de ensino em nosso Estado - diríamos que nada mais há a acrescentar.

Por outro lado, carece de fundamento a afirmação de que o decreto governamental seja fruto de equívoco. Note-se, novamente, que a Resolução nº 432, de 1998, do Conselho Estadual de Educação, já contemplava consulta ao Conselho Nacional de Saúde sobre cursos de Medicina, Odontologia e Psicologia. Ela antecede, em muito, o Decreto Federal nº 3.860, de 2001, que dispõe sobre o tema de maneira idêntica.

Outrossim, são inúmeros os procedimentos seguidos previamente à manifestação do Conselho Estadual de Educação. Vejamos:

em 12/7/2002, em reunião do Conselho Universitário da UNINCOR, foi aprovada a criação do curso de medicina e de alguns outros na área da saúde, para funcionamento no "Campus" Universitário Mário Penna, em Belo Horizonte;

em 22/7/2002, a matéria foi submetida à consideração do Curador das Fundações, representante do Ministério Público Estadual, órgão competente para a fiscalização da instituição;

em 5/8/2002, o Curador se manifestou favoravelmente à implantação dos cursos; na ocasião, o representante do Ministério Público recomendou fosse feita consulta ao Conselho Nacional de Saúde e ao CEE-MG, para cumprir o disposto na Resolução nº 432, de 1998, do Conselho Estadual de Educação;

em 28/10/2002, foram protocolados no Conselho Nacional de Saúde, segundo registro nº 25000.134225/2002-60, carta-consulta e projeto específico, objetivando obter-se autorização para funcionamento do curso de medicina no "Campus" da UNINCOR em Belo Horizonte;

em 19/12/2002, o Conselho Nacional de Saúde, baseando-se no Decreto Federal nº 3.860, de 9/7/2002, manifestou-se pela implantação dos cursos em questão, "considerando análise quantitativa do projeto, aspecto qualitativo baseado no perfil profissional a ser formado e atendimento às necessidades expressas pela Direção Única do SUS.

Ora, claro fica que, àquela altura, estava a UNINCOR plenamente credenciada para instalar o curso de medicina em Belo Horizonte. Mas com louvável excesso de zelo, a instituição decidiu ouvir ainda o CEE-MG, solicitando fosse ampliada em quantidade e qualidade a participação da Comissão Verificadora, no que foi atendida.

Cabem aqui, também, algumas palavras sobre a parceria da UNINCOR com a Fundação Mário Penna, para instalação em Belo Horizonte do curso de Medicina e do respectivo hospital universitário. A Fundação - esse referencial de excelência em termos de saúde e de filantropia que todos conhecemos - tornou disponível, para tal fim, nada menos que cinco estabelecimentos de sua rede, a saber: Hospital Luxemburgo, Hospital Mário Penna, Hospital de Apoio, Lar Célia Janotti e Lar da Criança Januário Carneiro. O complexo responde por 373 leitos hospitalares, 9 unidades cirúrgicas de grande porte, 2 ambulatórios, 14 leitos de CTI, 11 UTIs móveis e 850 médicos em exercício. Portanto, não será por falta de estágios, de treinamento, de vivência profissional, que os alunos do Curso de Medicina da UNINCOR deixarão de ser excelentes profissionais no futuro.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, poderíamos ainda nos alongar falando sobre a UNINCOR, cujo trabalho é hoje reconhecido além-fronteiras. Não vamos fazê-lo, mas colocamos à disposição de todos uma série de dados, em nosso poder, que ratificam o alto nível do trabalho da instituição. Vamos terminar, portanto, lembrando que o ato do Governador, ao assinar o decreto de autorização do curso de Medicina em questão, não só está respaldado por farta legislação, como representa extraordinário benefício para a sociedade mineira.

Não será com frases de efeito e atitudes bombásticas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que iremos equacionar o sério problema da educação em nosso País. Somos os primeiros a não advogar a proliferação indiscriminada de cursos destituídos de credenciais mínimas. Não é esse o caso, porém, do curso de medicina programado pela UNINCOR para seu "campus" em Belo Horizonte. Nesse caso, conjugam-se a constitucionalidade, a legalidade e a juridicidade da iniciativa com sua formidável relevância socioeconômica. Querer obstar a iniciativa, torpedear-la, dificultar sua viabilidade como mero exercício de oposição parlamentar ou de manifestação corporativista, é incompatível com a seriedade e isenção do trabalho que nos cumpre desenvolver nesta Casa. Muito obrigado.

O Deputado Ricardo Duarte (em aparte) - Obrigado, nobre Deputado Antônio Carlos Andrada. Não há em minha fala nada de emocional, muito menos de pura oposição. Nós, desde o início do ano, preocupados com a questão da formação médica em Minas Gerais, apresentamos alguns projetos de lei. Entre eles, um que pretende que esta Casa participe do debate do médico que queremos em Minas Gerais.

Não se trata aqui de uma questão puramente jurídica. Apesar de não concordar com V. Exa., com os dados que apresentou, não o contestarei, por não ser essa a questão. Trata-se de discutirmos de que médico precisamos e queremos para Minas Gerais.

Não se trata, de forma alguma, de uma defesa corporativa. Minas Gerais possui 250 municípios que não têm nenhum médico. No entanto, Belo Horizonte possui uma relação de 179 habitantes por médico, quando a relação ideal é de um para mil. Não existe hoje, no Estado de Minas, uma regulamentação adequada da formação desses profissionais.

Não há compromisso das escolas, principalmente das que foram criadas nos últimos dois anos, com um currículo mínimo que se relacione com a política de saúde pública que o próprio Governo do Estado está implementando.

Esta Casa não pode deixar de debater a questão do ensino médico, pois os profissionais formados lidarão com a vida. Não é correto o debate pelo lado jurídico e muito menos pelo corporativo. É necessário que todos participem da discussão para sabermos o que queremos do ensino médico, antes de haver autorização para a criação de novas escolas.

Apesar de não concordar com V. Exa. na questão jurídica, insisto que o debate não é emocional nem puramente por oposição. Boa parte das escolas que estão sendo criadas não têm curso de residência e boa parte dos médicos não terão, como acontece em muitos lugares, hospital-escola, laboratório adequado, biblioteca e professores gabaritados. Não podemos levar a discussão para esse lado, nem nos furtar a debater a questão da criação de novas escolas com o Conselho Estadual de Educação e com o Governo. Obrigado.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Agradeço sua intervenção. A Assembléia deve participar de todos os debates. Não podemos desconhecer as leis, para não cairmos numa anarquia geral. As leis permitem a criação das faculdades. Devemos trabalhar legislação mais perfeita, que atenda melhor aos interesses da classe médica e da população. Enquanto isso não acontecer, há leis em vigor que devem ser respeitadas.

Ninguém pode ser condenado por estar cumprindo rigorosamente a lei. É o que estão tentando fazer. Enquanto se debate a nova legislação da medicina, querem revogar a que está em vigor. Isso não é possível. A lei está em vigor para ser cumprida. Primeiro a lei deve ser mudada para depois se exigir mudança do comportamento das pessoas.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Convido o Deputado Ricardo Duarte para conhecer o "campus" Mário Pena, um dos poucos em que o aluno tem o curso dentro do hospital. Sua classificação no Conselho Estadual de Educação foi com louvor. Ali caberia uma escola universitária. Além disso, trará benefícios. Falo na qualidade de Presidente da Associação dos Amigos do Hospital Mário Pena. Trará benefícios a todos os que recebem tratamento de câncer gratuitamente.

Não é verdade que, ao se transformar no hospital-escola, haveria condições de maiores recursos para atendimento e tratamento do câncer, pois é preciso conhecer os professores que ministrarão aulas nessa universidade de altíssimo nível, como poucas. Se a UNICOR pode formar em tantos outros lugares, por que não em Belo Horizonte?

Não vemos outra maneira senão uma reserva de mercado. Não podemos concordar com isso. Concordo com o Deputado Antônio Carlos Andrada quando diz que a lei tem de ser cumprida. Endosso as palavras do Deputado Antônio Carlos Andrada.

Levarei ao hospital os Deputados que tiverem dúvidas, ao "campus" universitário do Mário Pena, ao Hospital Luxemburgo, para conhecerem as condições e a qualificação dos professores.

Portanto, fica esse registro e o nosso apoio ao Deputado. Infelizmente, não concordamos, nesse caso, com o corporativismo, que não é bom para a sociedade. Obrigado.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Obrigado.

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, público das galerias, funcionários da Casa, telespectadores da TV Assembléia, ocupo esta tribuna para ressaltar, em poucas palavras, a importância das comemorações dos 65 anos de emancipação político-administrativa do Município de Cordisburgo, festejado neste dia. A denominação do município é uma homenagem ao padroeiro Sagrado Coração de Jesus, visto que "cordis" significa coração e "burgo" quer dizer cidade.

Berço de Guimarães Rosa, um dos maiores escritores brasileiros, o município abriga um museu dedicado ao grande escritor, além da famosa festa da Semana Roseana, em homenagem ao seu filho ilustre: Joãozito, como era chamado pela família, nasceu em 27/6/1908, em Cordisburgo, distante cerca de 120km de Belo Horizonte, cidade limítrofe da minha querida Curvelo, habitada por uma comunidade hospitaleira, gente que admiro e respeito.

"Vivo no infinito; o momento não conta. Vou lhe revelar um segredo: creio já ter vivido uma vez. Nesta vida também fui brasileiro e me chamava João Guimarães Rosa", escreveu o escritor de Cordisburgo, cujas obras mais conhecidas são "Grande Sertão: Veredas" e "Manuelzão e Miguilim".

Poucos dias antes de morrer, em novembro de 1967, Guimarães Rosa resolveu, após quatro anos de adiamento, assumir a cadeira na Academia Brasileira de Letras. Considerado um homem de temperamento emotivo e sensível, foi enganado pela própria emoção, pois os anos de adiamento refletiram a apreensão que o momento lhe acarretaria. Mesmo que risse do pressentimento, revelou no discurso de posse: "...a gente morre para provar que viveu" e ainda: "As pessoas não morrem, ficam encantadas".

Citei como exemplo somente um dos filhos daquele encantador município, onde também se localiza uma das grutas mais bonitas do Brasil e do mundo: a Gruta de Maquiné, descoberta em 1834 pelo sábio naturalista dinamarquês Peter Lund, na época em que descia o rio das Velhas à procura de espécies vegetais e animais. A gruta é vista como o berço da paleontologia brasileira, com 650m de extensão, sendo 440m abertos ao público, com enormes salões e deslumbrantes galerias, belezas tão pujantes encontradas somente naquele aconchegante município mineiro.

Parabenizo todos os habitantes daquela cidade, na pessoa do Prefeito Geraldo Agnaldo da Silva, especialmente pela competente administração que vem realizando, tornando Cordisburgo referência turística em nosso Estado, em 65 anos de emancipação."

Quero também fazer referência à reunião da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, realizada na tarde de ontem, em que discutimos o importante retorno do incentivo à produção de álcool em nosso Estado e em nosso País. O antigo e não mais aceitável Pró-Álcool foi relembrado em momento como o que vivemos, em que países em desenvolvimento, diante do Manifesto de Kyoto, são obrigados a usar combustíveis menos poluentes para a natureza e em condições renováveis. A situação é boa para o Brasil, que conseguiu desenvolver a industrialização da cana-de-açúcar na produção do álcool nas décadas de 70 e 80, e aperfeiçoou o sistema na década de 90. Hoje, fabrica álcool a partir da cana-de-açúcar, com o menor custo de produção do mundo. É preciso que Minas descubra isso, e corra o mais rápido possível para aumentar a produção, seja por meio de incentivos à instalação de novas indústrias ou de estímulo às já existentes, seja por meio da melhoria na área de pesquisa e de investimentos agrícolas. Assim, teremos mais empregos e renda para o povo.

Sessenta e cinco por cento da produção do Estado vêm do Triângulo, mas Minas ainda não produz todo o álcool que consome. Gastamos cerca de 650 milhões de litros por ano do que é produzido aqui. Na realidade, precisamos de - e gastamos - 1 bilhão e 100 milhões de litros. Devemos, pois, aumentar nossa produção, para que não precisemos importar e perder divisas. O ideal é produzirmos o suficiente para até exportar, uma vez que o Brasil exporta muito pouco esse produto - cerca de 500 milhões de litros por ano -, tendo em vista as condições favoráveis do solo para o cultivo da cana-de-açúcar e o conhecimento histórico que detém. Aliada a esses fatores, soma-se a necessidade mundial pelo álcool. Se o Japão realmente cumprir suas metas, a partir do final deste ano, de introduzir 10% de álcool na mistura da sua gasolina e do seu óleo "diesel", importará aproximadamente 12 bilhões de litros por ano. Precisamos despertar para esse assunto e entrar rapidamente nesse negócio de perspectiva extraordinária.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Cumprimento-o por seu pronunciamento. V. Exa. trata de tema extremamente relevante, pela sua importância econômica e social. Esse projeto deve ser levado a sério, para que venham à tona distorções absurdas que existem no Brasil em relação ao monopólio do álcool pelas grandes usinas. O Governo é conivente ao garantir todas as facilidades e não criar projetos que incentivem a descentralização dessa produção.

Há grandes diferenças no preço do álcool entre as regiões do País. Em São Paulo, o litro custa R\$0,70; em Minas, R\$1,40. É um crime contra o cidadão. Como paralelo, cito a produção de leite em Minas - mais de 7 bilhões de litros por ano -, superior a 50% da produção nacional de álcool, que está em torno de 12 bilhões de litros por ano. Produzir um litro de leite fica mais caro que produzir um litro de álcool, e o produtor rural recebe apenas R\$0,40 pelo litro de leite, enquanto poderia produzir um litro de álcool por muito menos. As fazendas mineiras têm potencial para a plantação de cana-de-açúcar, e o consumidor compraria o álcool por um preço mais acessível, ao mesmo tempo em que haveria mais geração de empregos na zona rural. Parabéns! Seremos parceiros daqueles que queiram retirar o monopólio das grandes usinas e incentivar a produção de álcool nas fazendas e sua distribuição nas proximidades, diminuindo o preço para o consumidor. Obrigado.

O Deputado Doutor Viana - Obrigado. Respeitamos intensamente essa manifestação, que nos sensibiliza e nos faz aprofundar na reflexão sobre sua luta. Não desconhecemos a importância dos grandes usineiros e da parceria que o Governador vem fazendo por meio da Secretaria de Agricultura, com usineiros e produtores de álcool do Nordeste, principalmente do Estado de Alagoas, que estão se estabelecendo no Triângulo Mineiro, em Uberlândia, gerando empregos. No entanto, é preciso pensar no pequeno produtor, incentivando a formação de cooperativas, associações, para que, em todas as fazendas, assim como se produz leite, também se produza álcool, para que o produtor rural tenha acesso a mais uma fonte de renda.

O Deputado Padre João (em aparte) - Cumprimento servidores detentores de função pública e parabenizo o Deputado por requerer audiência pública para tratar do incentivo à produção de álcool. O requerimento de minha autoria, solicitando reunião com a Ministra Dilma Rousseff, para debater a produção de álcool pelo pequeno produtor, foi aprovado. Embora produza 200 litros de álcool por dia, o pequeno produtor depende de associativismo e cooperativismo.

Portanto, como se trata da descentralização da produção de álcool, de forma a que os agricultores tenham autonomia na produção de leite e insumos necessários à sua sobrevivência no campo, o projeto conta com nossa adesão. Parabéns pelo pronunciamento.

O Deputado Doutor Viana - Cumprimento os presentes. Se Deus quiser, nesta tarde, votaremos o projeto por que tanto esperam.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, funcionários públicos detentores de função pública que se encontram nas dependências desta Casa há vários dias, em um movimento forte que nos traz recado claro de perseverança e busca dos direitos, daqui a pouco a Assembléia analisará com carinho não suas reivindicações, mas seus direitos.

Tenho dois assuntos a tratar. O primeiro refere-se ao Projeto Jaíba e o outro, à violência, principalmente à nova modalidade ocorrida no Norte de Minas: assalto a Bancos em pequenas cidades. Antes, porém, trago solidariedade ao companheiro Anderson Aduato, Ministro dos Transportes, que, munido de competência e forma de trabalhar que deveria inspirar Ministérios, realiza grande tarefa. Ao se falar sobre reformulação ministerial, mudança de nomes e de ministérios, surge a provável mudança no Ministério dos Transportes, o que representa uma lástima. Anderson Aduato demonstra coragem e, principalmente, conhecimento ao promover mudança sistemática na forma de administrar nossas estradas e BRs.

Hoje a imprensa paulista noticia que certamente ocorrerão mudanças no Ministério dos Transportes.

Certamente, a nossa posição pouco influenciará. Porém, é bom que o povo mineiro saiba que à frente desse Ministério está um homem competente, realizando um trabalho fantástico e magnífico. Anderson Aduato, ex-Deputado Estadual e, hoje, Deputado Federal, conta com o apoio do Vice-Presidente José Alencar. Esse aliado importante disse que Anderson Aduato tem prestígio e continuará com esse belo trabalho no Ministério.

Enfim, transmito o sentimento e a solidariedade desta Casa e do povo de Minas ao companheiro Anderson Aduato.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, povo mineiro, na semana passada, lideranças e o Prefeito de Botumirim - pequena cidade do Norte de Minas, com pouco mais de 7 mil habitantes - comunicaram-me que a cidade viveu momento de pânico e de terror. Uma quadrilha de dez bandidos, fortemente armados, com veículos possantes, invadiu a cidade, intimidando os moradores, e roubou o único posto bancário. Aliás, não era nem Banco, mas uma agência. Eles levaram cerca de R\$55.000,00, dinheiro que serviria para pagar o funcionalismo e os trabalhadores de pequena indústria do município.

No mês passado, em Cristália, vizinha de Botumirim, um Banco foi assaltado. Há três meses, denunciámos assalto em Manga, que só vemos em filmes e nas grandes produções. Uma quadrilha, em praça pública, com o seu armamento, fuzis, disparou tiros para todos os lados, fazendo as pessoas correrem, e roubaram mais de R\$100.000,00 do Banco do Brasil.

Com o relato desses episódios, parece que o Norte de Minas é palco dessas quadrilhas. Isso é verdade. Escolhem pequenas cidades, cuja população não está acostumada com essa violência. O cidadão, que vive o dia-a-dia da cidade, além de ir regularmente ao Banco, naturalmente, para sacar, depositar, faz dele ponto de encontro e de bate-papo.

É triste que as cidades pequenas, principalmente norte-mineiras, não contem com proteção alguma. O contingente de policiais é o menor possível, ou seja, muitas vezes composto de um Soldado e um Cabo. A polícia não possui veículos para perseguir os bandidos nem coletes à prova de balas nem armamentos, às vezes apenas um trinta-e-oito. Por isso, muitas vezes, depende exclusivamente da ajuda e da boa-vontade do Prefeito. Por exemplo, em Manga, o Prefeito Aroldo Bandeira emprestou o carro do gabinete e o seu para a polícia perseguir os bandidos. Isso é o caos.

Há seis meses, em Ubaí, a polícia teve sorte em prender os bandidos. No tiroteio, felizmente, nenhum Soldado foi baleado, mas dois bandidos foram mortos pela guarnição da polícia.

O mais engraçado é que a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal constituiu Comissão Especial para apurar o que aconteceu na cidade de Ubaí, dando descarado apoio aos bandidos remanescentes que colocaram a vida da população em risco.

Essa é outra história. Não ando muito bem com a Comissão de Direitos Humanos, porque defendo a população, a ação da polícia, o cidadão que está desarmado, o cidadão que está temeroso e não tem condições sequer de sair da sua casa para ir ao Banco, ao supermercado, levar seus filhos para a escola. Nossos filhos estão ficando impedidos de frequentar a escola. Dessa forma, Sr. Presidente, neste momento queremos fazer um apelo ao Governador do Estado, ao Desembargador Lúcio Urbano, atual Secretário de Defesa Social, para que possamos criar um sistema de segurança mínima para as pequenas cidades. À cidade de Montes Claros foi prometido um helicóptero para fazer o policiamento de

emergência e urgência de todo o Norte de Minas. A população se uniu ao Prefeito Jairo Ataíde, a sociedade construiu um hangar e uma oficina para o helicóptero, e o personagem principal dessa história ainda não chegou a Montes Claros.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte) - Quando V. Exa. fala dos direitos humanos, gostaria de lembrar que, ainda no Governo Eduardo Azeredo, fizemos emenda destinando recurso para a Polícia Militar comprar câmeras para monitorar a região central de Belo Horizonte e de outras grandes cidades. Esse recurso serviria para o centro de Belo Horizonte, o Barreiro e Venda Nova. O pessoal dos direitos humanos lutou contra isso, alegando que tais câmeras tirariam o direito de ir e vir do cidadão, com uma fiscalização constante que acabaria com a privacidade do cidadão belo-horizontino. Hoje, quem ficou sem o direito de ir e vir foi o cidadão honesto. Ninguém consegue mais andar no centro da cidade, porque garotinhos de 1,80m, maiores que o Dimas Fabiano, estão assaltando a região central.

O Deputado Carlos Pimenta - Agradeço a participação de V. Exa. Se isso acontece na Capital, que tem de ser a cidade mais defendida de Minas Gerais, com maior segurança e maior aparato, imaginem o que acontece em Botumirim, Ubaí, Manga, Cristália e várias outras cidades. Esperamos que o Governador do Estado e o Desembargador Lúcio Urbano tenham ação especial naquela região. Será muito triste termos de anunciar, de 15 em 15 dias, assalto a um Banco de uma pequena cidade.

Por último, Sr. Presidente, anunciamos que constituímos, na tarde de ontem, Comissão Especial que terá um prazo de dois meses para analisar o que está acontecendo no maior projeto de irrigação da América Latina, o Projeto Jaíba. Tenho dito, meu caro Padre João, que o Projeto Jaíba tem duas fases. Tem uma primeira etapa, que é a social, onde foram assentadas 1.600 famílias. Isso há dez anos.

Dos 1600 assentamentos do Projeto Jaíba, praticamente a metade, 800, está paralisado. Alegam a falta do título da terra para negociar com o Banco algum tipo de empréstimo, o preço exorbitante da energia elétrica para a irrigação e a falta de assistência dos Governos Estadual e Federal, para cumprir sua obrigação social.

Na segunda etapa do Projeto Jaíba, na parte empresarial, 30.000ha serão colocados em licitação para produzir alimentos, gerar riqueza ao Estado e municípios. No entanto, essa parte empresarial não avançou. O processo licitatório não caminhou. O pior é que, a cada dia que passa, estão chegando os ônibus dos sem-terra, do MST, da Liga Operária Pobre e da Liga Operária Camponesa, que estão interessados na parte empresarial do Projeto Jaíba.

Se isso acontecer, com certeza será o fim desse projeto, ou seja, do sonho. Essa Comissão Especial terá a missão de dialogar com o Governo do Estado e de construir um fundo de aval, grande sonho dos Prefeitos Giovanni, de Jaíba, e Joquinha, de Matias Cardoso. Gostaria de convidá-lo, como representante do PT, V. Exa. que tem usado esta tribuna para defender os projetos vitoriosos de assentamentos - e o Jaíba pode ser um desses projetos - para, cumprirmos a missão histórica de dar um ponto final e ajudar na resolução dos assentados de Jaíba. Temos de colocar em prática a parte empresarial desse grande projeto. Muito obrigado.

O Deputado Chico Simões* - Sr. Presidente, demais Deputados da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, público que nos assiste e queridos funcionários públicos, o meu propósito é analisar como o Governo de Minas Gerais está sendo avaliado pelos mineiros. Antes, quero dizer que assisti a um debate que me chamou a atenção: a criação de novas escolas de cursos superiores no Estado, especialmente de Medicina, por ser médico, e as outras especialidades na área de saúde.

Posso falar sobre a matéria de uma maneira muito isenta, primeiro, porque não sou dono de escola de Medicina nem parente de dono de escola de Medicina e não tenho nenhum interesse na criação ou no fechamento de escolas nessa área. Até porque já estou com 26 anos de profissão e formarem-se mais mil médicos ou não altera nossa vida.

No entanto, não podemos ficar de fora desse debate. Percebemos que há um discurso que não corresponde à realidade: a defesa da criação de escolas superiores em Minas Gerais sem que se obedeca, primeiro, o caminho legal, o aval do Conselho Nacional de Saúde. Não quero também me ater à legalidade, mas sim à incoerência entre o discurso e a prática.

Os Deputados que nos antecederam e defendem a criação de escola pública como solução para o problema de educação em nosso Estado e no Brasil deveriam batalhar por escolas públicas gratuitas, pois quem precisa de educação e tem dificuldade de se instruir são os filhos das pessoas pobres, dos trabalhadores e dos empregados. Sem margem de dúvida, garanto-lhes que não existe escola de Medicina neste Estado - a não ser a Federal - que, embora tenha por trás fundação de aspecto filantrópico, o que oferece uma série de incentivos fiscais, cobre do estudante mensalidade inferior ao que qualquer médico recebe do serviço público. Na verdade, portanto, presenciamos uma indústria do ensino. A pessoa esconde-se por trás dessa ação aparentemente filantrópica, mas, na realidade, está querendo colocar dinheiro no bolso. Não podemos aceitar isso de braços cruzados, até porque não temos em Minas Gerais deficiência por parte da maioria dos profissionais das escolas hoje abertas por aí.

Em nosso Estado, há muito mais médicos do que preconiza a Organização Mundial de Saúde. Porém, esse profissional não quer trabalhar no interior, pois lá, infelizmente, tem de ser verdadeiro bajulador do Prefeito, senão é despedido.

Se quisermos resolver o problema da saúde, temos de criar as carreiras dos profissionais da saúde. E, para que possa haver carreira, tem de haver concurso, para que o profissional possa ser respeitado como funcionário público, e para que não seja funcionário de algum mandatário da Prefeitura, conforme está acontecendo em Minas. Infelizmente, isso também está ocorrendo com a função pública, atualmente humilhada pelo Governo. Não podemos aceitar essa situação.

Gostaria de aproveitar a oportunidade - hoje, provavelmente, votaremos essa matéria - para solicitar aos Presidentes em exercício e desta Casa que esse veto fosse votado abertamente, para que esses servidores pudessem saber quem realmente está preocupado com o seu destino. O Governador do Estado, ao vetar a matéria, em nenhum momento se amparou na legalidade ou ilegalidade do fato. A única alegação feita foi a de que, por interesse público, o Estado não poderia gastar mais com os servidores. Porém, com o apostilamento, tenho certeza de que o Estado gastará mixaria do total que, muitas vezes, é gasto com atividades que não atendem o interesse da comunidade. Mas, o contrário não é a mesma coisa, pois será tirado de alguns servidores mais de 50% do seu vencimento mensal. Esses servidores já organizaram sua vida com determinada receita e, da noite para o dia, terão seus vencimentos cortados pela metade. No meu entendimento, isso não só representa enorme prejuízo para o Estado, pois o servidor presta serviço à comunidade, mas ato de covardia muito grande contra esses funcionários. Não podemos concordar com isso. Este Poder não poderá aceitar esse veto de maneira pacífica, até porque a emenda que garantiu aos servidores direito ao apostilamento foi votada por unanimidade. Ou este parlamento tem ou não poder, tem ou não Deputado. Este Poder não cumprirá o seu papel e, mais uma vez, ficará de joelhos diante do Executivo, que não governa com a sensibilidade e da maneira como nossos servidores devem ser tratados.

Quero alertar a base de Governo. Dizem, nos corredores, que aqueles que já estão apostilados continuarão recebendo, mas esse é um compromisso meramente verbal, e não sabemos se podemos acreditar nele.

Tenho em minhas mãos o caso de uma servidora que já recebia o apostilamento. Como foi retirado do seu contracheque, ela entrou na justiça e ganhou direito a ele. Se votarmos pela manutenção desse veto, o Governo do Estado correrá o risco de sofrer uma enxurrada de ações, tendo

de pagar a todos, o que será uma humilhação sobretudo para nós.

Essas são atitudes do Governo, que fala muito e faz pouco, que não respeita o Estado nem o servidor. Diz que está excelente na área da segurança, da saúde e da educação. Quanto à segurança, o Deputado que nos antecedeu já mostrou como vai a violência neste Estado. Este é um Governo de conversa. Na área de educação, para fazer contenção de despesas, a administração tem tomado atitudes irracionais, chegando ao ponto de colocar professores, sem o devido preparo, para lecionar matérias que talvez não tenham tido oportunidade de aprender. Como ensinarão o que não sabem? Esse é o Governo do PSDB. Já na saúde, a situação é de desrespeito. Fizeram-nos votar um projeto, com toda pressa, para pagar uma dívida que está fazendo aniversário neste mês. Desde setembro do ano passado, o Governo do Estado, por intermédio do IPSEMG, tem uma dívida com os fornecedores e os hospitais conveniados. Votamos aqui a autorização para o pagamento, mas, até hoje, não se pagou um tostão.

Esse é o Governo do PSDB, que é defendido, com veemência, pelas lideranças presentes. Gostaria que elas dessem uma explicação ao Estado. Em um jornal de circulação, ontem, dia 16, saiu uma pesquisa nacional, feita pela Brasmarket, que coloca o Governador Aécio Neves em 24º lugar, entre os 26 Estados pesquisados. É a pior administração do País.

E o mais grave não é o fato de o Governo ser inoperante, mas a concepção que o povo tem dele. E essa concepção partiu de uma base, porque o nosso Governador é uma figura pública muito conhecida no País, uma vez que já foi Deputado por diversas vezes, é neto do Tancredo Neves e foi Presidente da Câmara dos Deputados. A massa não o colocou entre os dez mais honestos do País, o que é duro.

As Lideranças da Casa e os Deputados de apoio ao Governo devem fazer uma reflexão. Será que, de maneira irresponsável e irracional, continuará a defender um Governo que a população não aprova? Estamos aqui para representar quem nos elegeu ou o Governador do Estado?

Essa reflexão deve ser para todos, principalmente para os que, de maneira irracional, defendem as ações governamentais. Todos representamos a sociedade e, para continuar a fazê-lo, precisamos mostrar o serviço para o qual fomos eleitos. Esse é o nosso compromisso. Nem todos têm aptidão para a vida pública, mas os que a têm é de forma profunda. Na Assembléia Legislativa, pode haver todos os problemas, mas é muito bom exercitar o poder nela, principalmente quando o fazemos para construir o bem comum.

Dou um conselho à base de Governo. Caso continuem defendendo o Governo de maneira irracional, afundarão juntos. Galinha quando acompanha pato morre afogada. É bom que os Deputados que fazem essa defesa avaliem o Governador do Estado e o resultado dessa pesquisa, que é fruto de um Governo que fala demais, que faz uma propaganda enorme, que usa o meio de comunicação de maneira exemplar e que possui um "marketing" esplendoroso, mas que, na prática, não respeita os mineiros e o Estado nem adota uma política pública correta, desrespeitando os servidores.

O Deputado Paulo Piau (em aparte) - Agradeço o aparte ao Deputado Chico Simões, que, com muito brilhantismo, procede à sua exposição. Aproveite sua manifestação para uma reflexão. O nosso Estado está mal há algum tempo, desde o momento em que parou de pensar na política de desenvolvimento para se ater a essa política miúda, amarrada, partidária, de briga, de discórdia e de desavença. Minas Gerais vem andando para trás, mas isso não está ocorrendo nestes últimos meses, no Governo Aécio Neves. Trata-se de um problema muito antigo.

Hoje discutimos um projeto de desenvolvimento da agricultura irrigada e da industrialização do Estado e encontramos as amarras, primeiro, na Secretaria da Fazenda. A parte tributária e fiscal continua amarrando o Estado de maneira violenta. Podem dizer que bastaria ao Governador determinar que a Secretaria mudasse de comportamento. Parece simples, mas a Secretaria da Fazenda continua destruindo a produção neste Estado.

Estamos também amarrados pela questão do meio ambiente. É muito importante preservá-lo, mas este é o Estado que mais dificulta as ações produtivas; tanto é assim, que está muito aquém da média nacional. Isso é fruto não apenas das ações deste Governo, mas também das ações nefastas dos Governos passados. V. Exa., por meio de dados de pesquisas, consegue uma divulgação e dimensão às vezes maior que o caso merece. Esta Casa tem de se precaver e falar mais sobre produção. Estamos muito amarrados em questões menores e em brigas políticas. As pessoas presentes estão lutando por uma melhoria salarial. Concordamos com isso, mas o Estado tem de produzir, porque, sem produções agrícola, industrial e turística, não teremos dinheiro para atender às suas necessidades. Não vi nenhum ato de corrupção explícito no Governo Aécio Neves. V. Exa. está fazendo uma acusação grave, ao dizer que o nome do nosso Governador não figura entre os dez quanto à honestidade. Não podemos jogar ao léu dúvidas sobre a moral de uma pessoa. Quando trouxer acusações de atos concretos de corrupção do Governo, estarei junto a V. Exa., mas não podemos jogar ao vento acusações. Obrigado.

O Deputado Chico Simões* - Obrigado. Quero deixar claro que estou simplesmente mostrando à Assembléia e à sociedade algo que está assinado e tem nome, autor; porém, esse autor não é o Deputado Chico Simões. Concordo com V. Exa. em gênero, número e grau: temos de implementar a política de desenvolvimento; todavia, não vamos, de maneira absoluta, querer responsabilizar o passado. Quanto a atos de todos os tipos de corrupção, com cassação de Deputados e Governadores, uma das maiores mazelas que nacionalmente presenciamos, a mesma pesquisa indica Paulo Artung, do Estado do Espírito Santo, que não é do meu partido - nem o conheço -, como o mais honesto. Está entre os cinco melhores administradores do País. Gostaria que essa informação servisse para reflexão, para ajudarmos o Governo a melhorar sua imagem e fazer o Estado de Minas Gerais grandioso para todos.

O Deputado Dinis Pinheiro (em aparte) - Deputado Chico Simões, confesso que esse debate está superado; porém, somos obrigados a cumprir nosso dever de prestar esclarecimentos a Minas Gerais. Esse instituto de pesquisa não possui credibilidade, portanto não merece nosso respeito; aliás, gostaria de saber quais os critérios adotados e qual a metodologia utilizada por ele. Em nosso peregrinar, observamos que o acolhimento ao Governador Aécio Neves é bom. No entanto, de forma contraditória, o instituto o coloca em 24º lugar.

Aqui, em Belo Horizonte, mesmo enfrentando grandes dificuldades financeiras, reconheço que o Prefeito Pimentel tem feito grande esforço, realizado bom trabalho, atuando com honestidade e correção, e essa pesquisa também, de forma lamentável e indevida, o coloca em último lugar, entre todas as Capitais do Brasil. Ora, todos estamos observando: outros institutos que têm feito pesquisa em Belo Horizonte, colocam a administração municipal em um patamar bem razoável. O Prefeito trabalha com seriedade e respeito ao dinheiro público, da mesma forma como o faz o Governador Aécio Neves. Por isso, discordo do Deputado Chico Simões. Esse instituto de pesquisa não conta com o respeito dos mineiros. Obrigado.

O Deputado Chico Simões* - Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia - Solicitei esse artigo para que fiquem claros nosso posicionamento e a tentativa de fazer avançar as votações e os vetos do Governador Aécio Neves. Foi bastante discutido pelo Deputado Antônio Júlio, não precisando repeti-lo aqui. O primeiro dos vetos já se encontra em prosseguimento de votação.

Discutimos também, de forma demorada, o veto à proposição de lei da Deputada Maria José Hauelsen, que veda a inscrição do nome de consumidor de serviço público em cadastro de restrição ao crédito, ou seja, não permite que se coloque o nome no SPC e em outros cadastros de restrição de crédito daqueles que não pagam contas de luz e de água. Por vários momentos ocupamos a tribuna para protestar contra o veto.

Quero ater-me ao veto do Governador do Estado, ao que chamou de reforma administrativa, e que votamos recentemente, em especial no que diz respeito à questão do apostilamento tanto de Diretores de escola quanto de função pública.

Estamos fazendo obstrução do veto há, pelo menos, oito reuniões consecutivas. Depois da sexta reunião, entra em votação. Vimos discutindo acordo para que fosse apreciado hoje e para que os funcionários públicos pudessem acompanhar a votação.

Agradeço ao Deputado Mauri Torres, que, cumprindo o compromisso assumido conosco, colocou o veto para ser apreciado nesta tarde. A nossa aposta era a de que o Governo, até esta data, atenderia às duas reivindicações do funcionalismo público, ou seja, o apostilamento de Diretores de escolas e dos detentores de função pública. Infelizmente, até agora, não obtivemos, por parte do Governo, nenhum aval e nenhum avanço com relação ao veto. O Governo não dá nenhuma garantia de que discutirá, avançará ou deixará de cortar o apostilamento, ou seja, não garante que os ocupantes de função pública continuarão com os mesmos salários. Também não garante que a reivindicação dos Diretores de escolas seja atendida.

Ressalto a boa-vontade do Deputado Alberto Pinto Coelho, que, após conversar com o Secretário Anastasia, responsável por esse assunto, informou-nos que não pode, em nome do Governo, avaliar nenhuma negociação. Portanto, se insistirmos, hoje, na votação desse veto, sem que haja, por parte do Governo, algum aceno de que atenderá às reivindicações, o risco de derrota é bastante grande. Por quê? Precisamos de 39 votos contrários para que o veto seja derrubado. Ontem, fizemos algumas experiências: votamos alguns vetos, mas o máximo que obtivemos foram 29 votos. Faltaram pelo menos 10 em outros assuntos. Assim, não temos garantia de que, não havendo acordo, a base de Governo votará favoravelmente à derrubada do veto.

Ocupo a esta tribuna para, não apenas em meu nome e das Bancadas do PT e do PCdoB, mas também em nome dos servidores aqui presentes, solicitar que o Governo retome algum tipo de negociação acerca desses dois vetos. Na legislatura passada, por unanimidade, aprovamos uma proposta de emenda à Constituição que garantiu aos detentores de função pública a condição de efetivos. No entanto, esse caso ainda não foi resolvido pelo STF. Dessa forma, o Governo não precisa ter pressa para fazer o corte dos apostilamentos, enquanto o Tribunal não julgar aquela causa, podendo os ocupantes de função pública tornarem-se efetivos, como acontece hoje, porque a emenda não foi derrubada.

Apelamos ao Governador Aécio Neves e ao Secretário Anastasia que não façam cortes, escolhendo os servidores que terão seus salários reduzidos. Logicamente, procurarão a justiça, que, aliás, ainda não fechou questão em torno desse assunto. Por exemplo, a Sra. Míriam Maria da Silva impetrou mandado de segurança preventivo, com pedido de liminar, ante autoridade administrativa, na função do Diretor-Geral do IEF, o Sr. Humberto Candeias Cavalcanti, para fins de suspender e anular a notificação de irregularidades e suspensão de vantagens concedidas pelo ato de seu apostilamento. No dia 9/9/2003, foi vitoriosa. Então, a justiça ainda não considera que o detentor de função pública não tenha direito ao apostilamento. Portanto, o Governo não precisa ter essa pressa, porque o próprio Anastasia foi um dos defensores da efetivação dos servidores da função pública em Minas Gerais.

Então, o nosso apelo é para que se mantenha coerência, e que o Governo não faça o corte do apostilamento dos funcionários da função pública. Essa é a nossa solicitação. Esperamos que haja avanço na negociação com o Governo, que, até agora, afirma não ter condições de garantir o benefício a esses servidores. Não estamos dispostos a permitir a votação do veto, enquanto não se levar em consideração a necessidade de discussão séria com os representantes dos funcionários públicos. Portanto, não queremos votar sem termos garantia real de que a base de Governo nos ajudará na derrubada da matéria. Não sentimos segurança quanto a isso. Poucos Deputados da base de Governo ocuparam esta tribuna para dizer que nos ajudarão. Se não o fizeram, não é porque estão traindo alguém, mas porque não tiveram o aval do Governo. Isso é direito deles, assim como é o nosso não permitir a votação enquanto não chegarmos a um consenso.

Sr. Presidente, no caso desse projeto e do da Deputada Maria José Hauelsen, essa é a nossa posição. Solicitamos a derrubada dos vetos. Quem deixa de pagar contas de água e de luz está numa verdadeira pindaíba, e o seu nome ainda vai para o SPC. Essa proposta é simples, define a não-inclusão de nomes na restrição ao crédito nesse caso. O Governo deve dar à sua base a chance de derrubada dos vetos. Tenho a impressão de que ainda não acumulamos forças para que isso aconteça. O sindicato dos servidores tem condições de continuar a mobilização para tentar a derrubada até o último instante.

A nossa intenção é evidente. Queremos continuar a negociação com o Governo e sabemos que o processo de obstrução tem limites. Já passamos da fase de discussão e entramos na de votação. Não é nosso objetivo paralisar a pauta, mas sensibilizar o Governo e os Deputados de sua base para derrubarmos os vetos. Buscaremos uma obstrução construtiva, esperando que alguma saída seja apresentada aos servidores públicos.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte) - Sou testemunha da mobilização de todos vocês nesta Casa, procurando dialogar com as lideranças e com o Governo Estadual, tentando convencer esta Casa e o Governador do direito ao apostilamento. Não quero apenas criticar esse Governo, mas, há muitos anos, os salários no Estado estão defasados, e o apostilamento é uma condição que o servidor tem de, após galgar suas funções, garantir um salário digno para manter sua família. Não estamos defendendo privilégios, apenas o direito do servidor manter sua dignidade. Tenho visto alguns Deputados da base governista, que se dizem em conflito, que não querem votar contra os servidores, pois sabem que seu pedido é justo. Sou solidária com o Deputado Rogério Correia e com aqueles que têm a mesma posição. Solicito ao Governador que reveja essa situação. Hoje, em Congonhas, discutíamos a reforma tributária, e uma consultora desta Casa nos disse que Minas não perderá com a reforma, que o fundo de compensação garantirá a Minas e São Paulo os recursos justos. Defendemos Minas, independentemente de fazermos oposição ao Governo. Desejamos que o Governador repense e atenda o clamor dos servidores, que consiga recursos de outro setor, se preciso, reduza gastos, ou melhor, não é gasto, educação é investimento. É preciso que façamos parceria com sindicatos, bancadas, com uma comissão dessa Casa, e o próprio Governador poderá marcar sua presença no Palácio se tomar essa atitude em defesa do servidor público. Solicitamos ao Presidente desta Casa, ao Líder de Governo, às lideranças de todas as bancadas que se unam para fazer justiça. Era Vereadora de situação em Betim, quando conseguimos fazer nosso próprio Governo repensar uma posição em relação a alguns direitos dos trabalhadores. Independente de ser oposição ou situação, essa é uma questão de justiça com os servidores. Quando se tratar do Governo Federal, nossa postura será a mesma. É preciso haver diálogo e encontrar-se uma saída, pois, pode se tornar questão irreversível, e não poderemos chorar depois. Obrigada.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado. A Deputada tocou em um ponto importante, pois muitos nos perguntam de onde o Governo irá tirar dinheiro. Na verdade, o funcionário já ganha esse salário, o Governo não será onerado além do que já é. Já estão recebendo. Nesse caso, haveria retirada do que o Estado gasta. Não há aumento, apenas preservação do poder aquisitivo. Torna-se importante tratar a questão econômica, já que somos da situação, em relação ao Governo Federal. Não há gasto a mais.

A Deputada Maria Tereza Lara citou a reforma tributária em curso no Congresso Nacional. O Governador Aécio Neves chegou de Brasília comemorando vitória - que não era sua e fez tudo para atrapalhá-la -, e dizendo que, somente no dia da negociação da reforma, ganhou mais de R\$800.000.000,00 por ano. Levando-se em consideração o ICMS e o término da guerra fiscal, o Estado não mais perderá dinheiro. Pelo contrário, ganhará mais de R\$1.000.000.000,00 sem taxar a mais os contribuintes, o que representa a justiça da reforma, a qual,

infelizmente, Fernando Henrique não teve coragem de fazer. O déficit em torno de R\$1.000.000.000,00 de Minas Gerais não existirá. Há perspectiva de crescimento econômico e redução da taxa de juros, significando maior arrecadação para União, Estados e municípios, sem falar na economia dos Governos Estaduais. O Governador Aécio Neves foi dos que mais exigiram a reforma previdenciária e a taxação dos inativos para aliviar a folha. Hoje, a situação de Minas não é tão ruim como a de quando Aécio assumiu. Não graças ao Governador, que, em termos de reforma administrativa, nada fez. Pensando apenas em cortes no serviço público, ele não refletiu sobre reforma para arrecadar mais. Quer agora se aproveitar da reforma do Lula. Essa, sim, visa a maior arrecadação para dar sustentação ao serviço público.

Não é necessário continuar a política de cortes nos salários e serviços públicos nem no apostilamento, já que houve redução de gasto com os futuros apostilamentos, os quais, a partir de 29 de fevereiro, não mais existirão. Refiro-me a pessoas que já possuem tal direito. De qualquer forma, a economia está sendo feita.

Portanto, peço ao Governo que estude a possibilidade levantada por representantes dos servidores. Que seja analisada a não-realização do corte dos apostilamentos. É possível esperar isso. É o apelo que fazemos ao Governo.

Reitero a minha posição de não permitir que seja votado o veto relacionado ao apostilamento das diretoras e dos detentores de função pública, e o da Deputada Maria José Hauelsen, sem antes esgotarmos a nossa esperança de pressão e de negociação. Acredito que, hoje, ela ainda não se esgotou.

Novamente agradeço a compreensão do Sr. Presidente, que trouxe a votação para hoje, a fim de que ficasse às claras. Porém, os servidores possuem instrumentos importantes de pressão ao Governo, o qual não avançou o suficiente. É preciso que venham às bases dos Deputados e solicitem-lhes manifestação de apoio, na tribuna, para a derrubada desse veto. Isso faz parte da democracia. Esse processo, em sua totalidade, não foi esgotado, pois não houve tempo para isso. Continuaremos com esses dois vetos ainda no processo de discussão democrática, para que os funcionários ganhem tempo nessa pressão. Além disso, para que o Governador faça as contas direito, em vez de apenas agradecer ao Governo Lula pela reforma tributária, ou tentar obter vitória que não é sua. Quem sabe o Governador desiste desse veto, que opôs numa época em que a situação era pior economicamente? Hoje, a tendência é melhorar.

Muito obrigado.

A Deputada Maria José Hauelsen - Sr. Presidente, Deputado Mauri Torres, Srs. Deputados presentes neste Plenário, galerias que nos acompanham atentas aos resultados da votação, telespectadores, senhores e senhoras, trabalhadores e funcionários desta Assembléia, aqui estamos para dizer, primeiramente, da nossa surpresa ao tomarmos conhecimento do veto a um projeto de lei que não tem nada de prejudicial ao Governo, ao Estado de Minas Gerais ou a quem quer que seja. Muito pelo contrário, impede a situação de aflição que vive o povo mineiro, sobretudo os mais empobrecidos. Apresentamos um projeto de lei que propõe que aqueles que não têm condições de pagar suas contas de água, luz ou telefone, ou que já estão com água, luz ou telefone cortados por falta de pagamento, não tenham também seus nomes inscritos no SERASA ou no SPC. Pedimos isso porque sabemos que, quando uma família deixa de pagar sua conta de água, luz ou telefone, é porque está, de fato, em situação de grande aflição e penúria. Quando isso ocorre, naturalmente já há uma punição, que é o corte de fornecimento de água, luz ou telefone.

Nenhum de nós consegue viver hoje sem água em casa. Experimentamos essa aflição quando a COPASA avisa que vai haver corte de água em tal lugar de tantas a tantas horas. Então nos preparamos para essa situação, que, às vezes, é somente de 12 horas. Imaginem uma família empobrecida, com toda a dificuldade, tendo sua água ou sua luz cortadas por falta de pagamento. Além da falta de água, vem depois a obrigatoriedade do pagamento da conta que está atrasada, a multa, a religação que é cobrada.

Há ainda o constrangimento, que não é pequeno, quando toda a vizinhança e os amigos sabem que aquela família não teve condições de pagar as suas contas em dia. Constrangimento sobretudo para os que estão na penúria. Pretendemos que, pelo menos, o nome das pessoas seja preservado.

O que vimos? O Governador do Estado, Sr. Aécio Neves, que, com certeza, foi eleito por muita gente empobrecida, não teve sensibilidade e votou esse projeto. Com esse veto, ameaçou aquilo que as pessoas têm de mais sagrado, o seu nome, ou seja, a preservação e a lisura do seu nome no trato com os outros, nos acordos feitos e nas dívidas que contraem.

Todas as pessoas de bom-senso e os cidadãos que são corretos nos negócios jamais querem ver o seu nome no SERASA ou no SPC. Agora, essas pessoas que não puderam pagar as contas de água e de luz, com certeza, estarão mais ameaçadas. Ouvi do Líder do Governo que jamais alguém teve o seu nome incluído por não haver pago a conta. No entanto, conversei com uma pessoa de classe média que teve, sim, o seu nome incluído no SPC porque se esqueceu de pagar a conta ou estava em dificuldade e teve o maior trabalho para limpar a sua ficha cadastral.

Justamente quando Lula propõe criar o microcrédito para os bancos que estejam aptos a emprestar R\$200,00, R\$500,00, pequenas quantias, a pessoas que precisam do dinheiro para pagar as suas dívidas ou comprar algum eletrodoméstico sem precisar pagar juros de 6%, 7% ou 8% nem cair nas mãos dos agiotas com juros de 10% a 12%, o Governador vota esse projeto. Essas pessoas, que já têm dificuldade para viver, terão muito mais dificuldade para conseguir algum empréstimo em banco ou comprar qualquer coisa em estabelecimento que vende a crédito.

Pedimos aos Deputados, sobretudo da base do Governo, para se lembrarem que o nosso compromisso, muito antes de ser com o Governo, é com o eleitor que nos colocou aqui na Casa nos garantindo quatro anos de mandato, muito maior do que com aquele que também ajudamos a eleger. Ele pode até ser do nosso partido, mas o nosso compromisso, antes de mais nada, é com as promessas que fizemos em campanha.

Como são bonitas as promessas de campanha! Parece que não há diferença. Todos queremos a mesma coisa. Todos estamos preocupados com a educação, com a saúde, com os mais pobres e desprotegidos. Entretanto, é aqui, nesta Casa, na hora em que nos manifestamos, não somente pela palavra, mas sobretudo na hora em que nos manifestamos pelo voto é que mostramos se somos coerentes ou não com aquilo que falamos em campanha.

Lamentamos esse veto e principalmente o argumento que o Governo do Estado usou para vetar o nosso projeto. Em suas ponderações, o Governador justificou o veto dizendo que quando alguma pessoa deixa de pagar as suas contas de luz, de água ou de telefone essa quantia vai para a conta dos outros usuários. Então, seria repartida para todos os usuários e as pessoas que não têm nada com isso iriam ficar pagando a conta dos inadimplentes.

Chegar a esse argumento para justificar o veto é duvidar da inteligência do povo mineiro, porque todos nós sabemos que as contas de água, luz e telefone são pré-fixadas. Haver muitos inadimplentes na COPASA, na CEMIG ou em qualquer órgão de telefonia não é motivo para aumentarem-se as contas. Esse foi o argumento principal do Governo para vetar o projeto, que tem alcance social muito grande.

Outro argumento: os empresários e as pessoas de boa posição econômica podem também deixar de pagar as suas contas, o que constituiria muito prejuízo para o Governo. Jamais vi empresa no escuro por falta de pagamento. Jamais soube de casa de pessoa com bom poder

aquisitivo sem água por falta de pagamento. Se a conta não for paga e a luz ou a água cortadas pela manhã, na parte da tarde, a conta estará paga e tudo será religado. Então, lamentamos essa situação de insensibilidade por parte do Governo, que castiga os pequenos - não entendi a troca de quê. Parece-me até que quem fez a justificação do veto - acredito que as razões do veto não tenham sido elaboradas pelo Governador - e, com certeza, levou até ele para ser assinado, devia estar com algum problema, para formular argumentos tão fracos, pensando em iludir o povo mineiro. Queremos votar com os Deputados para que esse veto seja derrubado e os pobres não percam o que para eles e para nós todos existe de mais precioso: a honra e o nome limpo em qualquer situação.

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, dignos servidores que acompanham esta reunião, também venho aqui para reforçar os argumentos da Deputada Maria José Haueisen. Algumas matérias analisadas nesta Casa comportam, às vezes, interpretações jurídicas diferentes e polêmicas quanto ao mérito. Porém, esse veto, especificamente, trata de questão de sensibilidade social. Os Deputados Rogério Correia e Maria José Haueisen deixaram bem claro: o trabalhador humilde, o desempregado, o pai ou mãe de família, muitas vezes, ficam na dúvida se compram remédio para dar ao seu filho, se colocam comida dentro de casa ou se pagam suas contas de água ou de luz. Isso ocorre não por vontade própria, mas pelo infortúnio do desemprego, do salário baixo e aviltante. Por isso, esse humilde trabalhador ou desempregado terá seu nome incluído em lista que o condenará a restrições de toda natureza, sendo a maior, como bem disse a Deputada Maria José Haueisen, à sua honra e, até mesmo, por esses cadastros comunicarem-se com outros, à possibilidade de acesso ao microcrédito ou à oportunidade de geração de renda ou emprego. Chegou a hora de definirmos quais são as verdadeiras prioridades.

Será que uma delas é penalizar esse pequeno? Onde está o dono da Encol, que lesou 42 mil mutuários, compradores de classe média baixa e média, os quais até hoje não receberam seus imóveis. Onde estão os envolvidos com a corrupção generalizada do Governo Collor? Estão em que lista, em que SERASA? Estão por aí, em paraísos fiscais, em ilhas, em iates, em grandes mansões, protegidos, muitas vezes, por legislações elitistas, que colocam todo o peso no pequeno, no humilde. Para os grandes e os tubarões, vale tudo. A derrubada desse veto é uma questão de sensibilidade social.

A questão da prioridade vale também para os vetos subseqüentes, em especial para o que se refere à questão do apostilamento. O Deputado Alberto Bejani trouxe dados sobre o tamanho da renúncia fiscal em Minas. Por que empresas como a Mercedes e tantas outras podem levar bilhões do Estado e aquele servidor que serviu, honradamente, a sete governos - que deveriam estar a serviço do povo mineiro - não pode ser beneficiado?

Em um momento que todos discutem a reforma do Estado, deixo a seguinte reflexão: por onde começa a verdadeira reforma do Estado? Começa pelo ser humano, agente que leva as políticas públicas até o contribuinte, o cidadão. Motivar esse servidor, tratá-lo bem, dotá-lo de plano de carreira é a verdadeira reforma de que Minas precisa.

Não será nenhum demérito - muito pelo contrário - para a base de Governo ajudar-nos a derrubar esse veto. Em Belo Horizonte, como Vereador, fui Líder do Governo, na administração do Prefeito Célio de Castro. Na época, discutimos uma reforma que tratava também do apostilamento, mas, no caso, a própria base convenceu o Governo de que alguns critérios eram injustos. Conseguimos aprovar uma emenda que garantia aos servidores no exercício do cargo, após adquirirem as condições - seja de tempo no cargo, seja de tempo de serviço -, o direito ao apostilamento, por um motivo muito simples: quando fizeram sua opção por assumir aquele cargo, as regras já estavam fixadas, e eles tinham suas expectativas. Essa emenda foi chamada de "a reforma da reforma", e conseguimos aprová-la junto com o funcionalismo, pressionando, fazendo um trabalho de convencimento do Governo e provando que aquela ação não iria contra ele, mas a favor do serviço público na Capital.

Aqui, na Assembléia, depois de muita negociação, conseguimos avançar também, com a participação da base de Governo, e um dos avanços veio a ser motivo desse veto. Agora, temos de reiterar o avanço, derrubando o veto com o apoio da base.

Para esclarecer aos que acompanham a reunião, na última votação, tivemos uma presença registrada de 43 Deputados.

Para derrubar o veto, precisamos de, no mínimo, 39 votos. O número de Deputados presentes é muito reduzido para conseguirmos o nosso intento. Diante disso e do acerto realizado com as lideranças que estão permanentemente defendendo os interesses do serviço público de Minas Gerais, seria conveniente não votarmos o veto referente ao projeto da Deputada Maria José Haueisen e os subseqüentes, em especial aquele que trata do apostilamento das Diretoras e Diretores de escola e dos detentores de função pública. Esse número reduzido de Deputados pode significar a nossa derrota, ou seja, a derrota do serviço público de Minas Gerais.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Sr. Presidente, Srs. Deputados, pessoas presentes nas galerias e telespectadores da TV Assembléia, durante toda a tarde, estivemos, no Plenário, ouvindo atentamente as exposições dos diversos parlamentares e as manifestações legítimas e entusiasmadas das galerias, defendendo os seus pleitos e entendimentos.

De acordo com o espírito democrático que norteou e vem norteando as discussões relativas à votação dos vetos e os debates políticos e encaminhamentos ocorridos até agora, desde a votação da reforma administrativa encaminhada pelo Governador e votada aqui de forma consensual, teceremos alguns comentários sobre aspectos não apenas relativos aos vetos em questão, como também a assuntos políticos ligados à administração estadual e federal e ao próprio Governador do Estado, levantadas, com ênfase, por parlamentares da Oposição.

Início a fala comentando o que foi levantado pelo Deputado Chico Simões ao tratar de uma pesquisa que tentava medir a honestidade dos homens públicos do Brasil.

Parto do princípio de que - e prefiro acreditar nessa linha - honestidade não é favor, mas um dever e uma obrigação de qualquer homem público. Ninguém pode contar vantagem dizendo que é honesto. A honestidade tem de ser inerente ao ser humano. Não temos de sair propagandeando que somos honestos. Quem gosta de falar muito em honestidade, geralmente, não é honesto. Quem é não se preocupa com isso, pois já tem a consciência tranqüila.

A questão da honestidade não pode ser medida. Não existe aquele que é mais ou menos honesto, nem aquele que é mais, nem o que é menos, nem o que é muito honesto. A pessoa é honesta ou não é. Não há meio termo para isso.

Desculpe-me o termo, Deputado, mas essa pesquisa é fajuta. Não contribui, não acrescenta nada à condição democrática, à discussão que vivemos hoje no País. Trata-se de uma pesquisa que não traz nada de sério, a não ser uma discussão estéril, que não mede, não demonstra, não constrói nada. E nós, parlamentares da base de Governo, não podemos admitir que essas exposições sejam feitas com insinuações. Não aconteceram aqui afirmações; é preciso fazer justiça. Todavia, houve algumas insinuações, as quais queremos dissipar de uma vez por todas. Essa pesquisa, para nós, não vale nada, visto que a honestidade é inerente ao caráter da pessoa. Quem é honesto não precisa fazer propaganda, fica com sua consciência tranqüila, pois seus atos falam por si só.

Refiro-me ainda à reforma federal em Brasília, muito citada nesta Casa. É preciso colocarmos os pingos nos is. Muitas vezes, critica-se a posição do Governo Aécio Neves, devido ter ido a Brasília, algumas vezes para pressionar o Governo, outras, reivindicar. Esse é o papel do Governador, que está defendendo os interesses de Minas. Por isso, tem de ir lá realmente, discutir, defender o orçamento e a posição do

Estado, dentro da Federação brasileira, enquanto autônomo financeiramente, para não ter de ficar 4 anos com um pires na mão, como ocorreu no passado, pedindo verbas, favor, esmolas aos outros Governos, como se o Brasil não fosse uma federação e Minas não fosse um Estado autônomo, que tivesse condição política para decidir o seu destino. Logo, não é possível ter de ficar de joelho frente ao Governo Federal todos os meses, pedindo ajuda. Agiu dentro da legalidade, buscando o diálogo e o bom entendimento político com o Presidente.

É bom que se diga: o Presidente Lula em nenhum momento reclamou da atuação do Governador Aécio Neves. Desafio a trazerem aqui qualquer declaração do Presidente Lula, dizendo que a atuação do Governador Aécio Neves em Brasília, durante o período de votação das reformas previdenciária e tributária, dificultou, atrapalhou o Governo. Ao contrário, todas as vezes que o Presidente vem a Minas, tece elogios ao nosso Governador.

A posição da Bancada do PT aqui, muitas vezes, não está em sintonia com a posição do Presidente Lula. Tenta ser mais realista que o rei. Essa é a verdade. É preciso frisar que todas as vitórias que o Presidente Lula obteve no Congresso com as reformas da Previdência e tributária só foi possível devido aos votos do partido do Governador Aécio Neves. Se o PSDB não tivesse votado com o Governo, se não tivesse inteirado os votos necessários, essas reformas não existiriam. Portanto, a crítica feita ao Governador, dizendo que ele vai a Brasília para tumultuar, não condiz com a verdade. A realidade dos fatos mostra o contrário. O PSDB está, em nível federal, apoiando a governabilidade. Muitas vezes, pode ser contra algumas posições, questionando, discutindo na mesa de negociação, mas buscando o entendimento geral para que a governabilidade do País possa ser levada adiante e a credibilidade diante dos órgãos internacionais possa ser realmente valorizada. O partido do Governador Aécio Neves tem colaborado com o Presidente Lula e este, em nenhum momento, reclamou a falta de apoio.

Nossa posição frente ao Governo Federal é a de oferecer apoio crítico. Não somos Governo, logo não temos de elogiar o Presidente, nem defendê-lo. Porém, o apoio crítico está sendo dado. O que não dá para entender é a posição do PT, em nível nacional, que, durante a campanha, falava uma coisa e, no Governo, faz outra. Isso é fato. O PT anunciava que queria romper com o FMI, mas não se viu rompimento.

Dizia que tinha que acabar com a ALCA, suspender as negociações, mas o representante do Governo do Presidente Lula nas negociações da ALCA esteve aqui dizendo que está negociando. Quem negocia não rompeu.

O Presidente Lula ainda está a dever atitudes anunciadas durante a campanha. É lógico que um Governo não se esgota em seis ou oito meses, afinal são quatro anos. Esperamos que, nestes quatro anos, o Presidente Lula cumpra esses compromissos de campanha. No entanto, não estamos vendo nenhuma ação nessa direção. Ao contrário, criticavam tanto o Governo passado por que "fazia" o jogo de banqueiros internacionais, mas, quando o Presidente Lula tomou posse, nomeou um banqueiro para o Banco Central, eleito Deputado Federal pelo PSDB. O Presidente Lula não disse na campanha que, vencendo as eleições, entregaria o Banco Central para um Deputado do PSDB, mas o fez.

É preciso dosar essas considerações. Nós, em momento algum durante este período, levantamos essas questões aqui, porque entendemos as dificuldades de um Presidente que tem a responsabilidade de governar, de fazer as mudanças que pretende. Tomara que as faça! No entanto, o ritmo tem de ser pausado, não se muda tudo de um dia para o outro. Espero que o PT, nesta Casa, tenha o mesmo entendimento que o Governador Aécio Neves, que herdou dificuldades do passado e tem dificuldades no presente, inerentes às ações do Presidente Lula.

Algumas providências que o Presidente Lula toma, no nível nacional, como manter os juros elevados e a recessão econômica, enxugar os orçamentos, que não foram liberados neste ano, prejudica os Estados e municípios. À medida em que as receitas dos municípios caem, como caiu este mês a primeira parcela em 30% nos municípios mineiros, aumenta a pressão sobre o Governo do Estado. Os Prefeitos vêm a Belo Horizonte pedir ajuda ao Governador, mas os recursos estão em Brasília, concentrados no Tesouro nacional. Não está havendo a tão falada distribuição de renda, que tem de haver também entre os entes federativos, entre a União, os Estados e os municípios.

Temos de entender a discussão de uma maneira global. O Governo tem dificuldades que sabemos reais. Pena que o PT tenha criado uma expectativa grande demais para vencer as eleições. Talvez tenha errado na dose e agora está passando por dificuldades. Mas esse não é o caso do Estado. O Governador Aécio Neves está fazendo o que anunciou que faria. Está sendo coerente com o seu discurso. E o PT, na questão da reforma, foi solidário aqui em Minas. Fizemos um entendimento, e as votações foram praticamente consensuais e unânimes. Esperamos que o PT continue com esse espírito, fazendo suas críticas e seus embates, mas que o faça como o PSDB está fazendo em Brasília, com um apoio que, embora crítico, viabilize a governabilidade. Precisamos disso em Minas, como o Presidente precisa em Brasília.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Deputado Antônio Carlos Andrada, quero parabenizá-lo pelo tom polido que usa no embate. Acho que devemos travá-lo dessa forma no parlamento, para que o nível do debate político seja um fator de crescimento para o próprio parlamento e para que possamos crescer em nossa análise política e ajudar, como Situação ou Oposição, a melhorar o Brasil. Essa a intenção.

Mas, gostaria de responder a algumas questões. O Governo Lula não falou em rompimento com o Fundo Monetário Internacional, de forma imediata, ele foi cobrado durante toda a campanha e disse isto em carta aberta ao povo brasileiro: que cumpriria e manteria os acordos que foram feitos com o Governo anterior. Isso até para que o País tivesse a segurança de que a transição para a nova política econômica fosse feita, respeitando-se acordos anteriores. A campanha do Presidente Lula deixou isso claro, e ele vem cumprindo os acordos, mas preparando terreno para, ou não renovar o acordo com o FMI, que é uma das possibilidades, ou fazer o acordo com o Fundo Monetário em outros patamares, que não o atual, que, em nosso entender -, essa crítica, a fazemos ao Governo Fernando Henrique -, foi completamente desvantajosa para o País. Mas é possível que o rompimento com o FMI se dê, não na forma do rompimento que se podia esperar ou querer, e que não era do programa do Presidente Lula, mas por não ser necessário renovar-se acordo com o FMI. Uma coisa é certa, renovaram acordo com o Fundo. Há desvantagem para o povo brasileiro na carta de intenções, mas o Governo está trabalhando para acabar com essas desvantagens. O acordo de outubro, se existir, será mais vantajoso. Há tratamento diferenciado quanto ao FMI.

A mudança na política internacional não ocorreu apenas nesse sentido. A relação do País na ALCA mudou profundamente. Nas negociações de Cancun, o Brasil liderou o bloco de 22 países em desenvolvimento - contrários aos interesses do imperialismo americano e da União Européia, não permitindo que se continuasse a fazer a exploração dos países em desenvolvimento. Não obtivemos vitória nas negociações, mas é consenso mundial que a negociação foi feita com alívio, demonstrando que há, hoje, melhores condições de negociação e outra política, que não a de submissão. Isso ficou claro no acordo de Cancun. Mas mais que isso: a negociação é da ALCA de maneira geral.

Nunca se fez tanto para o fortalecimento do MERCOSUL. Lula apoiou políticas importantes na Venezuela, no Chile, fez acordos com a Argentina. A idéia é o fortalecimento do MERCOSUL para fortalecer também o mercado interno brasileiro. Há sinalização de nova postura internacional, para que o modelo de crescimento econômico brasileiro seja vitorioso. Por isso, o Governo agiu com cautela, pois o perigo da inflação não era apenas de retorno, mas uma realidade.

A possibilidade de o risco-país e a inflação dispararem devido à irresponsabilidade e às más políticas do Governo anterior havia. O Governo aumentou a taxa de juros e vem fazendo a redução gradativa. A idéia é que a redução seja redução seja gradativa, para que o crescimento econômico, junto com a nova política do MERCOSUL, com uma nova condição de negociação externa, com o novo acordo ou até o não-acordo com o FMI, possa colocar-nos em condições de maior crescimento. Há uma mudança de forma gradativa.

Creio que V. Exa. não era partidário do contrário. Não vi V. Exa. defender que o rompimento com o FMI tinha de ser radical e - quem sabe? - chutado para fora do País. Não me parece uma política adequada ao pensamento de V. Exa. nem do seu partido. Queria que V. Exa.

esclarecesse se está reclamando que o Lula está moderado ou se gostaria de maior radicalização na política internacional.

Somos oposição ao Governo Aécio Neves. Fizemos acordo de método, de conteúdo em torno da reforma administrativa. Penso que continuaremos agindo assim. Estamos discutindo também um conteúdo. Solicitamos do Governo que a transição do apostilamento se faça em relação à Diretores de Escola e de detentores de função pública. É uma possibilidade de transição. O fim do apostilamento era posicionamento do Governador Aécio Neves, mas é também do PT. Em vários locais, terminamos com o apostilamento a partir de uma discussão e daquilo que era possível, por meio da execução de planos de carreira, que ainda não vieram. Estão comprometidos. Nossa oposição ao Governador Aécio Neves se dá por vários fatores. No caso da reforma administrativa, nosso comportamento é o mesmo. Há propostas aprovadas no interior da própria reforma administrativa. Obrigado.

O Deputado Chico Simões (em aparte)* - Obrigado, Deputado Antônio Carlos Andrada. Sou obrigado a reconhecer que V. Exa., sempre que ocupa a tribuna, nos leva a refletir. Podemos não pensar da mesma forma, mas V. Exa. tem raciocínio lógico e mostra perfeitamente as diferenças entre os nossos pensamentos e os nossos partidos.

No que diz respeito à política externa, como disse o Deputado Rogério Correia, existe uma diferença fundamental entre o que fala apenas português e aquele que falava três ou quatro línguas. Fala apenas português, mas os ouvintes percebem que está defendendo os interesses nacionais, atitude que, ao longo dos anos, não se fazia presente no País. Fico satisfeito pelo fato de o PSDB reconhecer a competência do companheiro Lula, apoiá-lo e votar suas propostas.

No que diz respeito à pesquisa, deixo bem claro que em nenhum momento tive a intenção de assumir qualquer posição - como V. Exa. bem reconheceu -, mas tão-somente coloquei que se tratava de um fato público, publicado pelo jornal "O Tempo", cujo principal acionista é Vitório Medioli, do PSDB, partido do Governador. Não sou eu que digo isso. Também não tenho nada que fundamente algo contra a honestidade do Governador. No dia em que tiver, não irei apenas denunciá-lo, mas tomar as medidas cabíveis.

Entendemos as dificuldades. Concordo com V. Exa.: ainda não é o Brasil que desejamos. Não quero juros tão altos e tamanha carga tributária. Nenhum país consegue crescer desse jeito. Mas estamos atravessando uma fase de transição. Durante a campanha, Lula não prometeu romper com o sistema, mas dar um giro. Esperamos que esse giro aconteça ao longo desses quatro anos. Neste momento, não estamos fazendo do Brasil aquilo que o partido de V.Exa. achava que iríamos fazer, ou seja, transformá-lo numa Argentina. Isso não aconteceu. Estamos conduzindo o País, sacrificando, realmente, o povo brasileiro. Espero que esse sacrifício seja transitório, pois estamos nos preparando para fazer as mudanças necessárias.

O Governador de Minas não veio a público dizer que iria fazer com o Estado o que está fazendo. Não prometeu privatizá-lo nem sacrificar o funcionalismo público. Muito pelo contrário: prometeu valorizar o Estado e o servidor público. Estamos vendo isso não apenas na política econômica, que não depende da vontade de um governante, mas da conjuntura internacional. Venceremos essas dificuldades e seremos o primeiro país a sair desse modelo macroeconômico que tanto nos sacrifica. Tenho certeza de que V. Exa. concorda comigo.

Deputado Antônio Carlos Andrada, talvez por ainda não haver pesquisado, V. Exa. disse que os municípios estão recebendo menos recursos do que há algum tempo. Sei que não está mentindo. Não deve ter averiguado. Solicito à Casa que faça esse levantamento. Fornecerei um dado, que posso provar, porque fui Prefeito. O FPM aumentou em quase 50% comparado com os valores de 2000. Portanto, não diminuiu no Governo Lula. Se os últimos oito meses forem analisados, houve um aumento de quase 9% com relação ao ano passado. Além do FPM, aumentou também o ICMS. Então, essa discussão dos Prefeitos, com todo respeito... Defendo um município forte, ali é que temos de ter recursos, mas as justificativas que os Prefeitos usam para esconder, muitas vezes, incompetência, empreguismo e nepotismo é uma farsa, uma mentira para responsabilizar o Governo Lula. Não houve diminuição. Deputado Antônio Carlos Andrada, conheço a sua seriedade. Portanto, façamos um levantamento, que ficará provado que o FPM aumentou durante o Governo Lula com relação ao ano 2000, último ano do nosso mandato como Prefeito, em quase 50% no Estado. Obrigado.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Deputado Chico Simões, aceite fazer esse levantamento. Em certa parte, V. Exa., além de fazer o questionamento, dá a resposta. Quando V. Exa. levanta a dificuldade do Presidente Lula, afirma o seguinte: "Estamos sacrificando o povo brasileiro, mas em caráter transitório". Então, é como se o Presidente fosse um Deus e tivesse poder para sacrificar; a situação é transitória, e tudo melhorará. Penso que o Governador Aécio Neves tem o direito de dizer o mesmo. Vivemos momento de dificuldades e sacrifícios, inclusive impostos pelo Governo Federal, porque, na medida em que sacrifica o povo, sacrifica os Governos Estaduais e os municípios. Como Minas pode ser uma ilha dentro desse mar de sacrifícios? O mesmo sacrifício do Presidente é o do Governador mineiro. Somos solidários nesse sentido, mas as dificuldades de Brasília não são as mesmas daqui, as competências são distintas, os quadros são outros. Logicamente, as atitudes não podem ser idênticas. Temos de buscar o nosso caminho.

Não concordo que o Estado está sendo privatizado. Não vi privatização alguma. O que o Governo faz é uma reforma administrativa que contou com o apoio do PT, partido que votou pela aprovação dessa proposta. Então, ela não é tão ruim. Ou o PT entende que votou numa coisa errada? A reforma foi mediana. Não foi tão boa ou tão ruim. Foi equilibrada. Como o seu desdobramento, o Estado busca construir novo caminho, preservando os direitos adquiridos, criando novo quadro e possibilitando a opção dos funcionários. Quanto aos planos de carreira, reclamação de 20 anos, o Governador assumiu o compromisso de mandar, no segundo semestre, projeto a respeito. Se o Presidente Lula pode ter quatro anos para superar o sacrifício e trazer a bonança, não é possível que o Governador de Minas não possa ter um semestre para elaborar plano de carreira e encaminhá-lo à Assembléia. Isso é injustiça. Não se pode resolver questão de demanda reprimida de vários anos em dois ou três meses. Precisamos ser realistas.

Deputado Rogério Correia, realmente, a evolução do PT em direção ao centro está sendo tão rápida que corre o risco de o centro ser atropelado e o partido cair na cadeira da direita. Há pouco tempo, o Presidente Lula falou que nunca foi de esquerda. Daqui a pouco, dirá que sempre foi de direita. Tomara que não o faça, mas, de fato, a evolução do PT está sendo diferente daquela que se esperava. Não defendo o que é certo ou errado, apenas constato isso. Antigamente, ao se falar em FMI, o PT combatia muito. Na campanha, para fazer o jogo político-eleitoral, já admitia manter contratos. Antes, o Presidente Fernando Henrique Cardoso não podia sequer falar em ALCA ou na possibilidade de algo vantajoso com o FMI que, conforme pintado, só trazia coisa ruim. Agora o Fundo pode oferecer condições vantajosas. Então, está havendo mudança de pensamento.

Com relação aos vetos constantes da pauta, a posição do Governo é muito clara, por meio da fala do Secretário Anastasia. Não estamos alimentando coisas que não temos condições de fazer. Os canais de conversação estão abertos, mas temos dois obstáculos sérios. Sabemos que o veto é uma matéria que tramita de maneira engessada. É 8 ou 80, não tem meio-termo, ou é aprovado ou não. Isso dificulta o entendimento. O segundo obstáculo, no entendimento do Governo, é que a questão da função pública é jurídica. A Proposta de Emenda à Constituição nº 49, votada em 2001, que equiparou a função pública ao cargo efetivo, concedeu esse direito a partir de 2001.

O apostilamento proporcional só pode se dar pela lei a partir do quarto ano, e ainda não se passaram quatro anos. É uma questão de ajustamento legal, entendimento do Governo que foi colocado de maneira clara e positiva pelo Secretário Anastasia. Com relação ao apostilamento das Diretoras, foi votado por emendas da base de Governo, a qual entendeu que, no momento em que foi fixada uma data para todos os servidores, não se deveria abrir exceção. Não estamos fazendo distinção a favor ou contra, mas escolheu-se uma data, que foi prorrogada para todos. O pleito das Diretoras é legítimo, mas há outros setores que acreditam ter a mesma legitimidade, e esse é o complicador, porque a questão do apostilamento não acontece da forma como o Governo propôs e o PT votou, que é o fim do apostilamento.

Se regras de transição forem estabelecidas para diversos setores, estaremos ressuscitando o apostilamento. Deveremos agir com criatividade, poderemos encontrar alternativas, mas é preciso ser sincero, pois essa alternativa não é o veto, não há como fazer, regimentalmente, emenda aditiva. A posição do Governo é muito clara, temos tranquilidade para defendê-la e estamos abertos à negociação, haveremos de encontrar um caminho de construção, mas em nova etapa, com o plano de carreira, que poderá atender as Diretoras. Existem caminhos, mas a camisa-de-força imposta pelo veto é um dificultador intransponível. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 16/9/2003, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado André Quintão

exonerando Geraldo Marcos Leite de Almeida do cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão AL-26, 8 horas;

exonerando Jairo Cruz do cargo de Motorista, padrão AL-10, 4 horas;

nomeando Anderson Valadares da Cruz para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas;

nomeando Geraldo Marcos Leite de Almeida para o cargo de Assistente de Gabinete II, padrão AL-25, 8 horas;

nomeando Jairo Cruz para o cargo de Motorista, padrão AL-10, 8 horas.

Gabinete do Deputado Ivair Nogueira

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 17/9/2003, que nomeou Filipe Ramos Toffalini para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2003

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2003

O Pregoeiro, considerando a alteração para o dia 23/10/2003 da data da abertura do Pregão Eletrônico nº 10/2003, que tem como objeto a contratação, pelo período de 12 meses, prorrogável na forma da lei, de empresa para a prestação de serviços de limpeza, higienização e conservação, por metro quadrado, a serem executados nas dependências da Assembléia Legislativa, com fornecimento de materiais e equipamentos necessários, conforme publicação nos jornais "Minas Gerais" e "O Tempo" do dia 18/9/2003, comunica aos licitantes que, conseqüentemente, o encaminhamento das propostas de preços poderá ser feito das 7 horas do dia 18/9/2003 até às 10h15min do dia 23/10/2003.

Belo Horizonte, 22 de setembro de 2003.

Eduardo de Mattos Fiuza, Pregoeiro.

ERRATAS

ATA DA 74ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 16/9/2003

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 18/9/2003, na pág. 46, col. 2, sob o título "REQUERIMENTOS", no despacho do Requerimento nº 1.374/2003, onde se lê:

"(- À Comissão do Trabalho.)", leia-se:

"(- À Comissão de Transporte.)".

ATA DA 76ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 18/9/2003

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 20/9/2003, na pág. 70, col. 2, sob o título "OFÍCIOS", no despacho do ofício do Sr. Gilberto Ciro Ferreira, onde se lê:

"(- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 889/2003.)", leia-se:

"(- À Comissão de Transporte.)".

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação de atos da Mesa da Assembléia verificada na edição de 20/9/2003, pág. 74, col. 2, sob o título "Gabinete do Deputado Weliton Prado", onde se lê:

"Micheli dos Santos Cândido", leia-se:

"Michelli dos Santos Cândido".